

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGÜÍSTICA
GERAL

GISELA FELIX DE FAZZIO

**Estudo toponímico do município de Promissão (SP):
a cidade e as ruas**

São Paulo
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GISELA FELIX DE FAZZIO

**Estudo toponímico do município de Promissão (SP):
a cidade e as ruas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Semiótica e Linguística Geral

Orientadora: Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick

São Paulo
2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

Gisela Felix de Fazzio

Estudo Toponímico do município de Promissão (SP): a cidade e as ruas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, do Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de concentração: Semiótica e Lingüística Geral

Aprovada em 26 de setembro de 2008

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

A Deus, por colocar à prova minha determinação. À minha mãe, pelo eterno incentivo, amor e paciência. Ao meu marido Roberto, por me ensinar a ir além do possível. À minha família, que sempre esteve ao meu lado. À amiga Alessandra, pela generosidade infinita com que sempre se dirigiu a mim e compartilhou idéias, e a Valéria Aranha, pela leitura cuidadosa e sugestões tão pertinentes na fase final da redação.

Agradeço à Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick pela confiança e disponibilidade em compartilhar seu conhecimento com todos os seus alunos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Departamento de Linguística, pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

À Profa. Dra. Maria Aparecida Barbosa, agradeço as aulas no curso de Pós-Graduação, tão importantes para a fundamentação deste trabalho, e as preciosas observações durante o exame de qualificação.

Ao Prof. Dr. Marcos Lopes, pela atenção dispensada durante o curso de Pós-Graduação e pelas críticas e sugestões no exame de qualificação.

Aos funcionários da prefeitura e da Câmara Municipal de Promissão e de Penápolis. Aos funcionários do Museu Ferroviário de Bauru, do Museu Histórico de Penápolis e da Biblioteca Municipal de Promissão. Ao pessoal da Biblioteca Central da FFLCH-USP

Agradeço a generosidade da Profa. Maria Regina Reyes, por conceder a leitura de seus manuscritos. Ao Prof. José Augusto Borgo, pelo socorro sempre que necessário. E aos moradores do município de Promissão: José Esdras Marques de Oliveira, Suseli Martin Gualda Bonadio, Nilton Sérgio Bonadio, Octávio Augusto Parreira Cardoso, Elza Pavoni Catardo, Lair Alves Moreira, que direta e indiretamente contribuíram com este trabalho. Agradeço a Célia pela guarida nas várias viagens ao município, e a Ana Paula, por me acompanhar nas corridas pela cidade.

O princípio era o Verbo, e o Verbo estava junto de Deus e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio junto de Deus. Tudo foi feito por ele, e sem ele nada foi feito. Nele havia vida e a vida era a luz dos homens.

Evangelho (João, I 1-4)

– *Como se chama? perguntou Exu.*

– *Macunaíma, o herói.*

– *Uhum... o maioral resmungou, nome principiado por Ma tem má-sina...*

Macunaíma (Mário de Andrade)

RESUMO

FAZZIO, G. F. **Estudo toponímico do município de Promissão (SP): a cidade e as ruas.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

A comparação entre os dados levantados a partir das cartas geográficas do município de Promissão e os dados históricos aponta para uma relação entre as escolhas toponímicas e a construção da identidade do grupo que primeiro se instalou no local. Por isso, investigamos em que medida o topônimo enquanto termo de uma linguagem de especialidade cumpre o papel, se não de construtor, de elemento de externalização dessa identidade. A seleção da localidade se justifica por sua pouca expressividade junto aos moradores da capital, apesar da importância desse município no processo de desenvolvimento do estado rumo ao Noroeste após a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil e também sua participação na Revolução de 32, enviando combatentes e servindo de pouso para aqueles que vinham do Mato Grosso. A estação de trem de Promissão foi desativada, mas a cidade se mantém próspera, o que chama a atenção. Os objetivos desta pesquisa são: contribuir com o Projeto ATESP e o projeto Atlas das Cidades, a partir da inserção do município de Promissão no levantamento toponímico panorâmico do estado de São Paulo; manter viva a história do lugar e das pessoas que ali chegaram e tanto contribuíram para o desenvolvimento da região Noroeste do estado e para os movimentos políticos da capital de São Paulo; oferecer à população local e ao público em geral um documento científico que dê conta da história do município e apresente a relação entre suas escolhas toponímicas e a realidade sociocultural e lingüística dos habitantes no momento da nomeação; e verificar a validade da definição dos topônimos como produtos e construtores do *self* grupal. Os métodos aplicados à coleta dos dados, classificação dos topônimos e análise são os propostos por Dick (1999) e praticados no Projeto ATESP. A Planta da Cidade de Promissão: perímetro urbano (escala 1:5.000) foi a base para o levantamento dos topônimos, posteriormente classificados de acordo com as taxinomias propostas por Dick (1990). Os dados históricos foram coletados a partir de livros de autores regionais, documentos municipais pesquisados junto às prefeituras e câmaras municipais de Penápolis e Promissão, livro do tomo da igreja matriz e entrevistas com moradores.

Palavras-chave: Onomástica. Toponímia. Promissão. Estrada de ferro. *Self* grupal.

ABSTRACT

FAZZIO, G. F. **Estudo toponímico do município de Promissão (SP): a cidade e as ruas.** Master's degree dissertation – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008

The comparison between data gathered from the maps of the city of Promissão and the historical database leads to a relation between the toponymic choices and the identity construction of the first group to settle there. Therefore we investigate in what level the toponym as a term of specialty language plays the role of the externalization element of this identity, if not that of the constructor. The place choice is justified by its little expressivity concerning the capital habitants, despite the importance of the city in the State's development process toward the Northeast after the construction of the Noroeste do Brasil railway and also the city's participation in the 1932 Revolution, sending combatants and serving as a temporary home for those who came from Mato Grosso. The Promissão Station was deactivated, but the city keeps its prosperity, which calls some attention. The objectives of this research are: contribute to "Projeto ATESP" and the "Atlas das Cidades" project with the insertion of the city of Promissão in the panoramic toponymic studies of the State of São Paulo; preserve the history of the place and the people who arrived there and contributed so much to the development of the area and to the politic movements of the capital of São Paulo; provide local population and general public with a scientific document that addresses the history of the city and presents the relation between its toponymic choices and the sociocultural and linguistic reality of the habitants in the choosing of names; verify the value of defining toponyms as products and constructors of group *self*. The methods applied to the data collecting, toponyms classification and analysis are those proposed by Dick (1999) and practiced at "Projeto ATESP". The "Planta da Cidade de Promissão: perímetro urbano" (1:5.000 scale) was the base to the gathering of toponyms, further classified according to the taxonomies proposed by Dick (1990). The historical database was collected from books by regional authors, city documents researched in the City Halls of Penápolis and Promissão, Mother Church's Book and interviews with members of the population.

Keywords: Onomastic. Toponymy. Promissão. Railway. Group *Self*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Localização do município de Promissão.....	80
Figura 1 – Classificação taxionômica do <i>corpus</i>	89
Tabela 1 – Apresentação do <i>corpus</i>	90
Mapa 2 – Logradouros do bairro Vila Velha, município de Promissão.....	94
Mapa 3 – Logradouros do bairro Vila N.O.B., município de Promissão.....	95
Mapa 4 – Logradouros do Centro, município de Promissão.....	96

SUMÁRIO

Introdução	12
1 Fundamentação teórica	21
1.1 Antecedentes históricos	21
1.2 O liame entre o referente e o referencial	23
1.3 Os subsídios das ciências do léxico à análise toponímica	29
1.4 A noção de pertença presente no ato denominativo	32
2 Metodologia	36
2.1 Aplicação da metodologia de Dick.....	37
2.1.1 Levantamento do <i>corpus</i>	37
2.1.2 Classificação toponímica.....	37
2.1.3 Organização dos dados.....	39
2.1.4 A pesquisa.....	44
2.1.5 Análise.....	45
3 O Oeste paulista: elementos formadores	46
3.1 A primeira tentativa de ocupação.....	46
3.1.1 A posse dos territórios.....	46
3.1.2 A ampliação do território.....	51
3.1.2.1 A escalada da serra do Mar.....	51
3.1.2.2 Definição e constituição das bandeiras.....	52
3.1.3 Divisão do território.....	57
3.2 A segunda tentativa de ocupação do Oeste paulista.....	63
3.2.1 O caminho aberto pela estrada de ferro Noroeste do Brasil.....	63
3.2.1.1 Antecedentes.....	63
3.2.1.2 Interesses estratégicos.....	64
3.2.1.3 Interesses econômicos.....	65
3.2.1.4 A construção da estrada de ferro.....	67

3.2.1.5 As dificuldades.....	70
3.2.2 A Marcha Pioneira.....	74
4 O município de Promissão.....	79
4.1 Dados geográficos.....	79
4.1.1 Localização.....	79
4.1.2 Zona urbana.....	79
4.1.3 Relevo.....	79
4.1.4 Hidrografia.....	81
4.1.5 Temperatura.....	81
4.1.6 Demografia.....	81
4.1.7 Economia.....	82
4.2 Comunicações.....	82
4.2.1 Rodovias e transporte.....	82
4.2.2 Veículos de comunicação.....	83
4.3 Dados historiográficos.....	83
5 Análise do <i>corpus</i>.....	88
5.1 Análise quantitativa.....	88
5.2 Análise qualitativa.....	97
5.2.1 O distrito de Hector Legru: a Terra da Promessa.....	97
5.2.2 Os bairros e logradouros.....	100
5.2.2.1 Vila Velha.....	100
5.2.2.2 Vila N.O.B.....	106
5.2.2.3 O Centro.....	108
5.3 Discurso toponímico: o elo entre a história dos homens e a história do lugar.....	126
Considerações finais.....	130
Referências	133

ANEXO A - Tabela - Nomeações e renomeações de logradouros do município de Promissão (1947-1993).....	140
ANEXO B - Dados estatísticos do município de Promissão.....	141
ANEXO C - Mapa do município de Promissão.....	149
ANEXO D - Fotos das estações de trem de Hector Legru/Promissão.....	150
ANEXO E - Fotos do prédio da Câmara Municipal e da prefeitura de Promissão.....	152
ANEXO F - Fotos da Igreja Matriz.....	154
ANEXO G - Fotos de praças – município de Promissão.....	155
ANEXO H - Fotos de moradores de Promissão.....	157
ANEXO I - Brasão do município de Promissão.....	159
ANEXO J - Moção N.º 146/98.....	160

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por tema a motivação toponímica do município de Promissão, a fim de elaborar o estudo toponímico da cidade, contribuir com o Projeto Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP)¹ e estabelecer a relação entre motivação toponímica e identidade grupal. Para compreender o cerne do trabalho onomasiológico e toponímico a que nos propusemos, consideramos fundamental a observação da constituição do conceito de nome próprio de indivíduo ou lugar no ideário humano.

A palavra está, e sempre esteve, intrinsecamente relacionada ao processo de criação do mundo no intelecto humano. Segundo o mito bíblico (João I, 1-4), o mundo foi criado por meio da materialização da palavra de Deus. Por essa crença, o conceito tomou forma pela verbalização de uma imagem psíquica, já que os objetos e os seres denominados ainda não existiam. Percebemos, em certo sentido, as relações entre esse mito e a realidade lingüística de vários povos ao longo dos séculos, reveladas pelos processos de denominação.

A referência bíblica apresenta desdobramentos em outras crenças populares, como atesta o trecho de Mário de Andrade empregado como epígrafe a este trabalho, em que o próprio Exu revela a influência da sílaba inicial do nome na vida do indivíduo. Nesse caso, a semelhança entre o nome e formas adjetivais boas ou más pode prenunciar o sucesso ou não da pessoa.

Nas sociedades ágrafas, em que existe a necessidade de manutenção permanente da memória, o ato de nomeação segue rígidos padrões, aproximando-se de um artefato divino,

¹ O projeto desenvolvido pelo grupo de pesquisa da professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick levantou a motivação toponímica dos municípios do estado de São Paulo, delineando o quadro taxionômico das nomenclaturas e as famílias ou áreas toponímicas. O Atlas das Cidades é um projeto vinculado ao ATESP, e tem por objetivo o levantamento da microestrutura dos municípios em particular: bairros, rios, ruas, avenidas, praças etc.

motivado pela ancestralidade. Entre esses grupos é respeitado o conceito de nome como parte integrante do homem.

Em algumas sociedades o indivíduo tem dois nomes: um social, pelo qual é conhecido dentro da coletividade, e outro espiritual, concedido pelo seu deus em um cerimonial e conhecido apenas pelo indivíduo e pelo seu líder espiritual. Esse nome nunca deve ser revelado, em virtude da crença de que o homem que o conhecer se tornará dono da alma daquela pessoa (informação verbal)².

Há outros grupos em que o indivíduo recebe vários nomes ao longo de sua infância, até chegar ao nome definitivo, na vida adulta. Essa prática revela o movimento de identificação entre o nome e as fases da vida, incluindo nesse percurso as questões acerca da consolidação do caráter, que é representado pelo nome recebido na fase adulta. Geralmente, esses nomes são definidos a partir de provas que revelam as habilidades físicas e os traços comportamentais do indivíduo, e são motivados pela identificação com a natureza circundante, mais comumente os animais (informação verbal)³.

Em sociedades capitalistas, urbanas ou rurais, a motivação dos prenomes segue outros critérios e vem se alterando ao longo dos anos. Dos motivos elencados por Guérios (1973), alguns permanecem e outros podem ser acrescentados. A fé se manifesta no batismo das crianças, em regiões mais afastadas dos grandes centros, onde a Igreja Católica ainda cultiva um número expressivo de fiéis. Porém, o aumento do número de evangélicos está ocasionando mudança na tipologia desses nomes.

Além da religião, o misticismo é um fator que tem influenciado a escolha dos nomes. A Numerologia tem levado muitas pessoas a adotarem outros nomes, mudarem a grafia dos nomes já conhecidos e até mesmo construírem formas novas a partir da junção de letras que seriam mais favoráveis ao destino do portador. A explicação está na crença de que a forma

² Informação fornecida pela profa. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, em curso de Pós-graduação, na disciplina Toponímia Indígena (1º semestre de 2006).

³ Idem.

(ou o significante, no sentido de Saussure), pode exercer influência sobre o destino e a personalidade do indivíduo evocado por aquele nome. Isso nos remete novamente ao trecho de *Macunaíma* transcrito como epígrafe deste trabalho.

Mas não só as crenças são motivadoras de processos denominativos. As relações de poder e a mídia estão afetando cada vez mais a preferência dos doadores de nomes. É grande o número de nomes importados, principalmente americanos, cuja grafia é totalmente corrompida pela falta de conhecimento da língua original. Também as novelas transmitidas pela televisão introduzem novas formas onomásticas.

Apesar da intervenção dos estrangeirismos, contudo, não existe uma grande variação nos conjuntos antroponímicos paulistas. Segundo a tipologia proposta por Dick (1990), existem: os nomes perenes, ou seja, aqueles que sempre aparecem nos levantamentos e respeitam os nomes tradicionais portugueses que aqui chegaram, podendo ocorrer de forma isolada ou em sintagmas compostos; nomes cíclicos, que surgem em períodos isolados, motivados por um acontecimento social; e nomes de moda ou de época, os quais se esgotam devido à repetitividade, mas podem voltar depois de longo período.

É importante ressaltar que hoje não há a preocupação, pelo menos não na maioria dos denominadores, de escolher o nome de acordo com características da família ou do indivíduo. A determinação é feita muita vez pela sonoridade e beleza da palavra, mesmo porque o batismo é realizado num momento muito precoce da vida da criança, quando ainda não é possível distinguir os traços que irão caracterizá-la.

Apesar dos diversos processos de nomeação dos indivíduos, verificamos que existe a convergência de diferentes grupos para a valorização do nome como elemento desencadeador da realização do indivíduo dentro da sociedade. Processo semelhante ocorre com a nomeação dos lugares.

O ato de nomear os lugares é uma atividade humana tão antiga quanto a própria linguagem, já que supre a necessidade de orientação no espaço geográfico e demarcação do espaço habitado, caracterizando o espaço abrangido por determinado denominativo como propriedade do grupo que primeiramente o nomeou.

Os mecanismos utilizados pelo homem ao longo da história para denominar os espaços foram variados. Os primeiros relatos acerca da nomeação dos lugares apontam que o território recebia o nome de seu possuidor (DICK, 1990). O limite das terras era o alcance do olhar, e a demarcação, o nome do homem que as dominava. Essa forma de nomear se estendeu pela Antigüidade, e no período feudal o homem passou a ser nomeado de acordo com o lugar de sua origem, procedimento congruente com a sujeição do homem à terra, própria da concepção feudal (DAUZAT, 1937).

Ao lado desses mecanismos, estabeleceu-se forte tendência à escolha de signos lingüísticos descritivos do lugar a ser nomeado. Essa classe de motivação tem ocorrência significativa no texto toponímico brasileiro, em que os nomes podem advir da geomorfologia ou de qualquer outra impressão física como tamanho, cor etc. Mesmo que o lugar tenha sido nomeado em época distante, esses designativos são passíveis de reconhecimento intelectual pela manutenção de sua carga semântica.

Hoje, muitas das ocorrências de antropônimos em função toponímica se justificam por constituírem homenagens ou tentativas de resgate do papel do indivíduo dentro do grupo, valorizando qualidades de caráter que seriam representativas da sociedade ou que fazem parte de seu ideário.

Ao mesmo tempo em que o grupo se apropria, intelectual e fisicamente, do espaço pela doação do nome, a área denominada se apropria da humanidade do denominador e passa a apresentar características de personalidade, que são expressas pelos nomes presentes dentro de seus limites. Essas características do indivíduo determinam sua identidade dentro do grupo,

e quando transferidas ao espaço denominado elas determinam a individualidade do espaço, em contraste com outros espaços. A esses traços distintivos chamamos *self*, segundo as teorias apresentadas como fundamentação teórica deste trabalho.

Sendo o processo de nomeação caracterizado como prática imanente ao conhecimento humano, cabe à Toponímia (subárea da Onomástica) o estudo sistematizado dos designativos de lugar, “aproveitando-se do material lingüístico que mais se adequie à configuração dos conceitos que deve transmitir” (DICK, 1999, p. 121). Com esse propósito, procura se pautar também nos recursos oferecidos por áreas como História, Geografia, Antropologia, Sociologia, Filosofia da Linguagem, Psicologia Social e outros campos que possam subsidiar tal estudo.

A interdisciplinaridade possibilitada pela abrangência de caracteres sociais, culturais e psicológicos envolvidos na constituição toponímica amplia a gama de caminhos que se oferecem ao pesquisador no desenvolvimento do trabalho, gerando sempre resultados novos sobre um mesmo objeto, analisado sob os diferentes prismas considerados nas diversas disciplinas.

Nesse sentido, a opção pelo estudo toponímico do município de Promissão possibilita sua inserção no contexto lingüístico-toponímico do estado de São Paulo, a manutenção da história local, esquecida ou desconhecida por muitos, e o delineamento das motivações toponímicas mais recorrentes, que são, em certa medida, caracterizadoras da identidade do grupo refletida no nome próprio selecionado.

O município está situado na zona conhecida por Noroeste, no estado de São Paulo, tema de inúmeros trabalhos científicos, dentre os quais, contudo, poucos trazem informações substanciais sobre Promissão. Os raros trabalhos específicos sobre a cidade se apresentam, por sua vez, como compilação de dados historiográficos muito importantes para a manutenção da história local, mas pouco reveladores do processo de construção das relações entre o

homem e o espaço habitado ao longo do tempo. Além disso, por se tratar de produções locais, têm circulação em âmbito restrito.

A região Noroeste de São Paulo permaneceu desabitada por séculos, devido à ineficiência do sistema sesmarial. A ocupação dessa área ocorreu somente após a construção da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB) e seu desenvolvimento foi marcado pela Marcha Pioneira.

A escolha da cidade de Promissão como objeto de estudo se deu a partir do contato com seus moradores e o conseqüente interesse em compreender a forma como ocorreu a nomeação, já que a cidade se mostra realmente muito próspera, apesar de ser desconhecida da maioria dos habitantes da capital do estado. O município de Promissão teve origem em um contexto muito particular e recente de ocupação do espaço e se desenvolveu rapidamente, graças à alta produtividade de suas terras, compondo um momento de suma importância no desenvolvimento econômico do estado e do país.

Considerando esse panorama, os objetivos desta pesquisa são: inserir o município de Promissão no levantamento toponímico panorâmico do Estado de São Paulo, contribuindo, assim, com o Projeto ATESP e o Atlas das Cidades; manter viva a história do lugar e das pessoas que ali chegaram e tanto contribuíram para o desenvolvimento da região Noroeste do estado e para os movimentos políticos da capital de São Paulo; oferecer à população local e ao público em geral um documento científico que dê conta da história do município e apresente a relação entre suas escolhas toponímicas e a realidade sociocultural e lingüística dos habitantes no momento da nomeação; e verificar a validade da definição dos topônimos como construtores e/ou representantes da identidade grupal.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. O Capítulo 1, dedicado à fundamentação teórica, tem como pano de fundo o fato de que o ingressante nos estudos de Toponímia invariavelmente se depara com uma grande dúvida: o que são os nomes próprios

no campo das ciências da linguagem: unidades lexicais, vocábulos ou termos? Essas questões acerca dos topônimos perduram há anos sem que se consiga realmente defini-los, devido à própria formação toponímica.

Buscamos, então, delimitar os conceitos de unidade lexical e termo para justificar nossa opção por este último, a partir da proposta de Lídia Almeida Barros (2004), aplicando os testes de verificação no *corpus* colhido do mapa cartográfico da cidade de Promissão. A definição dos nomes próprios como termos é fundamental para a compreensão dos processos de re-significação implícitos na toponimização do signo lingüístico e para a análise semântica posterior.

Por entendermos a sociedade como um organismo vivo e atuante, possuidora de feições próprias quando confrontada com outra sociedade, nos valemos de obras sobre a constituição do *self* e suas implicações. Também consultamos obras de lingüistas, como Saussure e Benveniste, cuja influência está presente no modelo teórico de Dick, além de obras de Filosofia da Linguagem, que nos pareceram apropriadas para a compreensão dos processos cognitivos presentes no ato denominativo e para o estabelecimento da relação entre o ato denominativo e a externalização da identidade grupal, possibilitada por tal ato.

O levantamento do *corpus* teve como base a *Carta geográfica dos municípios do estado de São Paulo* publicada pelo IBGE em 1975, em escala 1:100.000, e a *Planta da cidade de Promissão: perímetro urbano*, de 2003, em escala de 1:5.000. O trabalho se desenvolveu por meio de pesquisa de campo e consulta a documentos capazes de revelar os mecanismos de nomeação e renomeação que permearam a história da cidade desde seu surgimento até o ano de 2003, como se verifica no Capítulo 2 desta dissertação.

Por se tratar de uma pesquisa de campo, não foi possível excluir da rotina do trabalho as teorias que alicerçam a pesquisa etnográfica, considerando os métodos próprios para obtenção de dados e as possibilidades de avaliação desses dados diante dos fatos observados.

Tornou-se imprescindível, portanto, por parte da pesquisadora, a inserção no meio social estudado, para conseguir apreender as manifestações socioculturais na dinâmica de sua ocorrência, além de seriedade e disposição para reavaliar conceitos e rever teorias.

No Capítulo 3, apresentamos a história da zona Noroeste em seus dois momentos: a primeira tentativa de ocupação – marcada pela relação de Portugal com o Brasil e a influência dessa relação tanto na conquista do território pelos bandeirantes quanto no parcelamento de terras, no período colonial, pelo sistema de sesmarias – e seu fracasso; a segunda tentativa de ocupação, cujo marco foi a construção da CEFNOB e a Marcha Pioneira.

O Capítulo 4 é dedicado à apresentação do município: suas características geográficas, econômicas e sociais, bem como sua história.

A análise do *corpus* é apresentada no Capítulo 5, em que procuramos destacar a relação do texto toponímico do município com a história do espaço em que se encontra e dos denominadores.

Consideramos importante ressaltar algumas condutas que foram adotadas no trabalho, no que diz respeito ao estabelecimento do texto:

- embora cientes das divergências semânticas entre os termos cidade e município, utilizamos aqui um pelo outro, já que tal variação não traz prejuízo à compreensão do texto;

- utilizamos letra maiúscula em algumas situações não previstas pela gramática normativa do português, quando compreendemos uma individualização na aplicação do signo lingüístico a determinado objeto;

- a estrada de ferro é citada pelos acrônimos CEFNOB (no período anterior à encampação) e N.O.B. (para o nome Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, do período em que esteve sob a direção do governo federal);

- a terminologia área toponímica é utilizada paralelamente a campo semântico, quando há relação entre dois ou mais topônimos ou entre a motivação toponímica e o logradouro nomeado;

- as citações em inglês foram traduzidas no corpo do texto e o original correspondente inserido como nota de rodapé.

Ainda, cabe observar que encontramos ligeira variação entre os números fornecidos pelo IBGE e pelo Seade quanto ao contingente da população municipal, ao rendimento médio e à área do município. Essas divergências, no entanto, não foram consideradas como significativas para os resultados de nossa pesquisa. Apresentamos no texto os números fornecidos pelo Seade e colocamos à disposição em anexo os números do IBGE.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

As preocupações acerca da natureza dos nomes remontam a épocas anteriores a Cristo. No entanto, o estudo sistematizado da Onomástica – do grego *onomastikós*, “a arte de denominar”, conforme Houaiss (2001, p. 2.066) – teve início em 1878, com os trabalhos de Auguste Longnon no domínio da Toponímia, subárea da Onomástica que se dedica aos nomes dos lugares.

Os estudos de Longnon foram retomados em 1922 por Dauzat, cuja obra *Les noms de lieux*, de 1937, se tornou importante referência no campo onomasiológico. Ele também organizou o I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia, em 1938, onde, entre outros pontos, foram decididas “a realização periódica de Congressos Internacionais de Toponímia e Antroponímia”, “a organização de uma Sociedade Internacional de Toponímia e Antroponímia” e a “criação, nos países que não os possuísem, de departamentos oficiais para elaboração de glossários de nomenclatura geográfica” (DICK, 1990, p. 2).

Na América setentrional, George Stewart, autor de *A classification of place names*, elaborou um modelo classificatório dos topônimos, considerando como critério fundamental a motivação semântica. Assim, de acordo com Dick (1999, p. 141), ele dividiu os mecanismos de denominação em nove categorias: “nomes descritivos, possessivos, comemorativos, incidentais, eufemísticos, manufaturados, etimologias populares, nomes deslocados (*shift names*) e nomes resultantes de erro em sua formulação (*mistake names*)”.

As publicações do Grupo de Estudos de Coronímia e de Terminologia Geográfica, de Quebec, no Canadá, possibilitaram a ampliação das questões toponímicas, com a participação de pesquisadores de diversas disciplinas, como Lingüística, História e Antropologia. Em

1966, Henri Dorion e Louis Hamelim propuseram a substituição do nome do campo de estudo de Toponímia para Coronímia, a fim de abranger um maior número de fenômenos naturais e humanos.

No Brasil, Levy Cardoso pôs em evidência a necessidade de esforços conjuntos entre IBGE e pesquisadores para desvincular os estudos toponímicos e a lexicologia indígena. Atribuímos grande importância a essa iniciativa, pois a restrição do interesse onomasiológico a lexias de origem indígena empobrece as pesquisas na medida em que exclui outras construções que compõem o texto toponímico brasileiro. Isso não significa, no entanto, que os estudos sobre tal léxico devam ser abandonados, pois, como o próprio Levy Cardoso assinalou, obras como *O tupi na geografia nacional*, de Theodoro Sampaio (1955), e *A contribuição do bororo à toponímia brasileira*, de Carlos Drummond (1965), foram e continuam sendo fundamentais para os estudos da Toponímia.

A metodologia proposta por Drummond foi adotada pelos pesquisadores das décadas de 70 e 80, quando a Toponímia enquanto disciplina científica era ministrada apenas na Universidade de São Paulo. Entre esses pesquisadores, Dick, seguindo também Dauzat, formulou taxionomias que pudessem dar conta do texto toponímico brasileiro. De início, eram 19 categorias, que posteriormente foram ampliadas para 26. É importante ressaltar que o modo como foram elaboradas as taxionomias de Dick permite sua expansão de acordo com as necessidades do pesquisador e da realidade social sob análise.

Em sua estrutura denominativa, as taxionomias são compostas por um elemento genérico, definidor da classe do nome, unido ao vocábulo topônimo. Por exemplo, os nomes de acidentes geográficos cuja origem é um animal, como córrego dos Patos, são classificados como zootopônimos (*zoo* = animal). A função dessa categorização, segundo a própria autora, é oferecer “um instrumento de trabalho que permitirá a aferição objetiva de causas

motivadoras dos designativos geográficos, procurando suprir as demandas da pesquisa” (DICK, 1990, p. 26).

A possibilidade de classificação genérica dos topônimos permite a visualização, no mapa, de grandes áreas de influência, seja de povos indígenas, imigrantes ou outros denominadores, que abrangem regiões delimitadas, formando famílias toponímicas unidas pela mesma motivação.

Antes de abordarmos as taxionomias, faz-se necessário delimitar o objeto de estudo da Toponímia – o topônimo – e ressaltar suas várias formas de compreensão: enquanto unidade lexical; enquanto “fóssil lingüístico” passível de recuperar a memória do grupo; enquanto vocábulo especializado, pertencente a uma área de conhecimento; e enquanto construtor da identidade psicossocial individual e grupal.

1.2 O LIAME ENTRE O REFERENTE E O REFERENCIAL

A intelecção dos topônimos enquanto unidades lexicais exige a análise dos processos envolvidos na linguagem humana para o estabelecimento de tais unidades, ora chamadas de signos lingüísticos, segundo Saussure (1969). A pertinência da relação entre a palavra e o objeto é matéria de investigação há séculos, pois a palavra sempre esteve revestida de poder e superstição. Os mitos mais antigos já apontavam o poder criador das palavras, uma vez que através delas o homem pode conhecer e transmitir o conhecimento do mundo que o cerca.

Entendemos “conhecer” não como vislumbrar pela primeira vez, mas como ter consciência das sensações que os fatos ou objetos causam em nós. Assim, quando nomeamos um objeto da natureza, o que está em jogo são os efeitos que ele produz no denominador, e não o que Aristóteles chamou de substância primeira ou o elemento caracterizador inerente ao objeto. Este, segundo o filósofo grego, não pode ser dito.

Antes de Aristóteles, Platão, em *Crátilo*, já tratara da justeza dos designativos, ao analisar os nomes dos deuses e das virtudes. Após comparar os nomes com os atributos de cada deus e os mesmos nomes em diferentes dialetos, para verificar a pertinência e a relação de determinadas consoantes com aqueles atributos, Platão concluiu que “nenhum nome é dado por natureza a qualquer coisa, mas pela lei e o costume dos que se habituaram a chamá-la dessa maneira” (PLATÃO, 2001, p. 146).

Assim, a linguagem se caracteriza como um mecanismo de externalização de nosso pensamento, de forma dissimulada. É por meio dela que conseguimos ordenar os estímulos e sensações imanentes dos objetos e fatos, num processo composto por três operações do espírito, como sugere Arnauld e Lancelot (1992) e Arnauld e Nicole (1965)¹:

- conceber: “conhecer” as coisas que se apresentam ao nosso espírito, o olhar do espírito sobre as coisas;

- julgar: unir as diversas idéias pela semelhança (p.ex., terra e redondo), afirmar que uma coisa é ou não é;

- raciocinar: formar julgamentos a partir de outros com base nas relações de causa e efeito.

As duas primeiras etapas do processo apresentado por Arnauld podem ser relacionadas com o processo de aquisição da linguagem de objeto, descrita por Russell (1946). Esta linguagem se constitui de palavras que podem ser usadas isoladamente e cuja significação se aprende pela confrontação com objetos. É a primeira forma de linguagem que a criança conhece e está pautada na presentificação do objeto quando enunciada a palavra. Esta é chamada de palavra-objeto, já que sua realização está vinculada à imagem do objeto/fato: é aprendida pela repetição frente a ele e sua intelecção corresponde a uma reação adequada às expectativas que o objeto/fato suscita.

¹ No livro *La logique ou l'art de penser* (1965), Arnauld e Nicole acrescentam uma quarta operação: ordenar, dispor de maneira própria os julgamentos e raciocínios que temos acerca dos sujeitos.

O processo de aprendizagem da linguagem de objeto é composto por quatro etapas:

- entender a palavra ouvida, vendo o objeto/fato;
- entender a palavra ouvida, na ausência do objeto/fato;
- proferir a palavra, vendo o objeto/fato;
- proferir a palavra, na ausência do objeto/fato.

Dominadas essas quatro etapas, pode-se dizer que se conhece o nome do objeto/fato:

“Quando a associação está estabelecida, o objeto sugere a palavra e a palavra sugere o objeto, exatamente igual a um objeto visto sugere sensações de tato, e um objeto tocado no escuro, sensações visuais” (RUSSELL, 1946, p. 81).

Essa associação é uma convenção social que, para os falantes da língua, tem validade de lei natural dada pela experiência diária. Wittgenstein (1958) considera essa associação como um fenômeno psicológico composto por dois fatores: um, orgânico, compreende a inteligência dos signos e sua interpretação (pensamento); e outro, inorgânico, compreende a manipulação desses signos. Esses fatores permitem que os acontecimentos, ocorridos ou não, sejam verbalizados e compreendidos pelo interlocutor.

Por exemplo, quando enunciamos um acontecimento vivenciado, nós presenciamos o fato, julgamos esse fato de acordo com nossas sensações e “dizemos” o fato com as palavras que melhor descrevem as sensações que ele nos causou, numa seqüência: factual–mental–verbal. Já nosso ouvinte ouve o enunciado, compreende a mensagem e age de acordo com ela, numa seqüência: verbal–mental–factual. Para que o “fato dito” coincida com o “fato ouvido” é necessária a convenção do signo que nomeia a ação esperada e a reação executada. Essa convenção somente é alcançada por meio de inúmeras tentativas e erros que fazem parte do processo de aprendizagem. Nos termos de Russel (1946, p. 386), “a linguagem consiste em hábitos, os hábitos implicam repetição e esta só pode ser de universais. Mas no conhecimento

nada disto é necessário, posto que usamos a linguagem – e podemos usá-la corretamente – sem nos dar conta do processo seguido para adquiri-la”.

O desconhecimento, ou a não-consciência, dos processos mentais envolvidos no desenvolvimento da linguagem nos permite indagar sobre a possibilidade de existência da linguagem ou do pensamento quando não há verbalização ou enunciação. Essa possibilidade não pode ser descartada, uma vez que, certamente, há um conhecimento pré-verbal de acontecimentos vivenciados que não passam necessariamente à enunciação. No entanto, se a pessoa que foi exposta a tais acontecimentos for questionada quanto a suas reações diante deles, certamente emitirá um julgamento ou explicação de suas sensações, sem se dar conta do processo lingüístico anterior que possibilitou esse conhecimento. (Chamamos aqui esse processo de lingüístico porque certamente ele compreende as etapas que caracterizam a linguagem, anteriormente descritas.)

Sabendo que, quando um adulto emprega uma palavra, o faz para causar no ouvinte uma reação relacionada a ela, e que em português a ordenação sintática é relevante para a significação da oração, podemos perceber a diferença, por exemplo, entre “bom sucesso” e “sucesso bom”, sem deixar de considerar também a questão da convenção social nas construções sintagmáticas e no estabelecimento do topônimo.

É interessante notar a diferença presente na linguagem quando se trata de não constatar a existência de um lugar por desinteresse do grupo ou de negar a existência de um enunciado. No que diz respeito ao lugar, este somente será nomeado se interessar ao grupo, ou seja, se houver recorte espacial. Caso contrário, ele será um não-lugar referencializado pela generalização de um espaço relevante (SAPIR, 1969). Ele existirá factualmente, mas não lingüística e socialmente. No entanto, esse desconhecimento não extingue sua existência; apenas aponta a irrelevância dela na vida grupal.

Já para negar a existência de um enunciado, Russell (1946) aponta a necessidade de tornar esse enunciado presente, ou seja, fazê-lo existir para depois negar sua existência, pois somente percebemos a ausência do enunciado pela sua enunciação numa linguagem secundária².

Diante do exposto acerca do conhecimento, podemos afirmar que este existe independentemente de sua verbalização e que esta só ocorre na presença de estímulos, que podem ser externos – um questionamento, a necessidade de transmitir um acontecimento ou dar uma ordem – ou internos, como a necessidade do locutor de dizer as sensações ou suscitar uma reação no ouvinte.

Sapir (1969) percebeu em suas pesquisas sobre os grupos nutka (tribo costeira) e paiúte (habitantes do deserto) uma especialização lexical quando se tratava de referentes específicos da região em que habitavam, o que demonstra não a relevância do ambiente, mas o interesse do homem em explicitar ao máximo o mundo que o cerca. Esse dado revela que o meio físico (natural ou social) estimula e exerce influência sobre a variedade lexical, sem, contudo, resultar em alterações de ordem morfológica ou sintática.

Além do já referido, não podemos nos esquecer de que durante muito tempo o conhecimento demonstrado por meio da nomeação sofreu influência do critério de semelhança: semelhança com os astros ou a natureza; semelhança por vizinhança ou parentesco; semelhança por transposição de atributos (FOUCAULT, 1966). Isso muitas vezes levou à convergência de conceitos e nomes. Assim, todo objeto verde ligado à terra por meio de raízes e que se estendesse por determinado espaço poderia ser chamado “mato”, por vizinhança ao que assim se convencionou chamar, ou por semelhança de cor, ou outro critério. Essa tendência denominativa remonta à segunda etapa na organização do

² Do ponto de vista da Filosofia da Linguagem, a linguagem primária é o discurso sobre o mundo: afirma e nega o real. A linguagem secundária é o discurso metalingüístico, que afirma ou nega o que se diz sobre o mundo.

pensamento, proposta por Arnauld e Lancelot (1992) e Arnauld e Nicole (1965) e descrita anteriormente: julgar.

No entanto, no início do século XVII, surgiu a necessidade de uma análise pautada na identidade e diferença, na medida e na ordem em que as coisas se apresentam no mundo. Esse princípio, original das ciências naturais, se justifica pela necessidade de nomear “corretamente” os objetos e fenômenos da natureza. Essa precisão na nomenclatura, levada ao extremo, chega ao nome próprio, ou seja, aquele que pode ser aplicado a apenas um indivíduo e que o distingue dentro do grupo em que está inserido.

Nesse sentido, o nome próprio abarca vários fenômenos delimitados em uma porção contínua de tempo-espço. Esses fenômenos são as características físicas, psicológicas e sociais distintivas dos diversos objetos, pessoas e lugares. Já os signos lingüísticos utilizados para referenciá-los são os signos constituintes do léxico do grupo denominador. Ou seja, são palavras conhecidas dos falantes da língua que passam a ser utilizadas como referentes de novos fenômenos, seja por questões convencionais ou semânticas.

Contudo, não podemos nos esquecer de que os habitantes não estão isolados e imunes à influência de outros grupos. É preciso considerar o que Oliveira (1996) chamou de “fricção interétnica”, que muitas vezes revela denominações redundantes semanticamente, como “rio Aguapeí”. Nesse exemplo, o significado de *y* [(*t*) “o que é fluido, líquido”; por conseqüência, “água”, “rio”] se perdeu e o denominador português o repetiu pelo signo lingüístico de correspondência semântica em seu idioma. Esse tipo de contato lingüístico influenciou sobremaneira na toponímia brasileira, podendo ser encontrado em inúmeros outros exemplos.

Em situações de contato em que uma das línguas é suprimida por outra, os topônimos muitas vezes se caracterizam como as últimas formas de resistência da língua de adstrato. Esse dado torna compreensível a expressão utilizada por Brunhes (apud DICK, 1990), que os considera “fósseis lingüísticos”, não no sentido de algo ultrapassado, morto ou inválido, mas

como estruturas cristalizadas possibilitadoras de reconstrução da história do grupo humano doador do nome, através da recuperação das estruturas morfossintáticas e das motivações toponímicas. Essa recuperação de estruturas só é possível porque, como já dissemos, os topônimos “compartilham das modificações estruturais dos demais lexemas”, mas sua “característica dêitica” os condiciona a “reformulações conceituais” (DICK, 1999, p. 121).

Enquanto signo lingüístico, a palavra possui duas faces – o significante e o significado –, mas ao ser alçada à categoria especial dos nomes próprios, a correlação até então existente entre essas duas faces é quebrada e se perde o significado, passando o signo a remeter ao referente ou sujeito, numa nova significação instituída pelo denominador. Essa especialização na utilização do signo lingüístico toponimizado permite classificar os topônimos também como termos da ciência onomasiológica, passíveis de ser estudados à luz da Lexicologia e da Terminologia, como veremos.

1.3 OS SUBSÍDIOS DAS CIÊNCIAS DO LÉXICO À ANÁLISE TOPONÍMICA

O objeto de estudo da Lexicologia é a unidade lexical considerada como unidade inseparável que pode ser comutada e combinada dentro de um sistema sintagmático. O estudo de tal unidade pode realizar-se sob diferentes aspectos (morfossintático, semântico-sintático e léxico-semântico) e diferentes perspectivas de tempo e espaço.

No estudo lexicológico são consideradas todas as acepções da palavra, em todos os domínios (familiar, técnico, científico etc.). Sua abrangência é o sistema da língua global, ou seja, todas as possibilidades que o sistema de uma dada língua oferece ao falante. Essa talvez seja a diferença mais significativa entre Lexicologia e Terminologia, uma vez que a última considera a palavra somente dentro de um domínio especializado, além de estudá-la apenas no plano sincrônico.

A forma como Wüster (1998) pensou a Terminologia, assim como sua Teoria Geral da Terminologia (TGT), aponta seu interesse fundamental no estabelecimento da univocidade do termo e de uma terminologia padronizada, razão por que “os termos científicos são, basicamente, criados com afixos e radicais” tomados do grego e do latim (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 26)³. Pela ótica reducionista da TGT, os termos são rótulos do conhecimento científico, servem como representações dos conceitos, sem, contudo, participarem do léxico comum, como se fosse possível uma “dissociação entre pensamento e linguagem” (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 33).

No final do século XX, desenvolveram-se novas pesquisas, das quais se destaca a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), proposta por Maria Teresa Cabré e o grupo do Instituto de Lingüística Aplicada da Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona, que valoriza “os aspectos comunicativos” (KRIEGER e FINATTO, 2004, p. 35). Dessa forma, os termos, enquanto unidades de uma linguagem de especialização responsáveis pela comunicação dos conceitos científicos, constituem também a gramática da língua e a linguagem natural. De acordo com Krieger e Finatto (2004, p. 35), “não há termos, nem palavras, mas somente unidades lexicais, tendo em vista que estas adquirem estatuto terminológico no âmbito das comunicações especializadas”.

No entanto, a classificação de unidades lexicais em função terminológica demanda uma análise criteriosa de sua constituição e a aplicação de testes capazes de identificar os sintagmas lexicais terminologizados. Do ponto de vista morfossintático, um termo pode ser uma unidade simples (“constituído de um só radical”) ou complexa (“constituído de mais de um radical aos quais podem se acrescentar outros elementos”), como especifica Barros (2004, p. 100). Há ainda os chamados termos compostos, que se diferenciam dos complexos pelo

³ Veja-se o caso das taxionomias toponímicas, como zootopônimo, descrito anteriormente.

alto grau de lexicalização. Barros (2004) aponta algumas características que identificam os sintagmas lexicais:

- a) não autonomia de um componente em relação aos outros que compõem a unidade léxico-semântica sem que haja modificação de sentido; ex.: quinta e feira em quinta-feira;
- b) impossibilidade de comutação de um componente sem acarretar mudança de sentido; ex.: mesa-redonda (tipo de debate)/mesa quadrada;
- c) não separabilidade dos componentes; ex.: terra fina/esta terra é fina;
- d) particularidade da estrutura interna; ex.: ausência de determinação significa integração dos elementos constitutivos: ter medo, fazer justiça, ser de bom tamanho. (BARROS, 2004, p. 103)

Outros critérios de avaliação do grau de lexicalização são: a existência de uma definição especializada; a compatibilidade do sintagma em relação a termos semanticamente próximos; a comutação sinonímica; a produtividade ou facilidade de uso; a estabilidade, entre outros.

Sendo o termo uma unidade lexical que passou por processo de re-significação, quando analisamos um mapa e encontramos rua Pará, esse nome não está referindo o estado brasileiro ou o significado em tupi (*pará* = rio), mas sim o espaço geográfico delimitado no mapa referente a essa rua. O mesmo ocorre com Jardim Público, que não refere qualquer jardim aberto ao público, ou praça, mas um em específico. Assim, ao analisar uma carta geográfica, podemos considerar os topônimos como termos monossêmicos, uma vez que designam lugares específicos.

Nesse sentido, a aplicação dos métodos e das teorias da Socioterminologia também é cabível, uma vez que essa área considera o termo a partir das “práticas lingüísticas e sociais concretas dos homens que o empregam” (GAUDIN⁴, 1993 apud BARROS, 2004, p. 69), propondo “um estudo *in vivo* nas línguas de especialidade” (BARROS, 2004, p. 69). Esse posicionamento justifica, a nosso ver, no caso da pesquisa toponímica, a inserção do pesquisador no grupo ou a realização de visitas constantes.

⁴ GAUDIN, F. **Pour une socioterminologie**: des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles. Rouen: Publications de l’Université de Rouen, 1993.

A Socioterminologia também nos auxilia porque, ao contrário da TGT de Wüster, compreende o termo como um signo lingüístico, conforme o sentido dado por Saussure, ou seja, composto por “conteúdo e expressão indissociáveis” (BARROS, 2004, p. 70).

As evoluções e modificações da carga semântica dos topônimos obrigam o pesquisador que deseja aprofundar-se na apreensão de suas reais potencialidades a uma análise no plano sincrônico e no plano diacrônico das línguas (DICK, 1999). Sem essa preocupação, o resultado da pesquisa se apresentará como um mero elenco de nomes desconectados da experiência e memória do grupo social.

1.4 A NOÇÃO DE PERTENÇA PRESENTE NO ATO DENOMINATIVO

Durante muito tempo o espaço recebeu o nome do denominador como forma de marcar a posse territorial. O processo se inverteu e os homens passaram a ser nomeados de acordo com o espaço geográfico de origem e também conforme a classe social. Desse modo, o nome passou a fazer parte da constituição da identidade (*self*) do indivíduo dentro do grupo ou do grupo frente a outros grupos, revelando as características físicas, psicológicas e sociais distintivas dos diversos objetos/lugares nomeados.

A Psicologia Social moderna demonstra grande interesse em entender o *self*, ou a identidade, e suas implicações pessoais e sociais. Erikson (1968) aponta a popularização do termo “crise de identidade” como oriunda da necessidade individual de alcançar a realização pessoal.

Já Baumeister (1984) expõe a problemática do *self* baseado em quatro questões: “como a identidade é ativa e criativamente definida pela pessoa; qual a natureza da relação entre indivíduo e sociedade; como a pessoa compreende seu potencial e então o realiza; como

e quão bem as pessoas conhecem a si mesmas”⁵ (BAUMEISTER, 1984, p. 163). As bases de suas considerações são os dados históricos e a literatura, que apresenta temas e caracteres muito próprios da sociedade, representativos do momento da produção – característica, também, dos processos denominativos.

Ainda no século XVI a sinceridade aparecia como uma virtude essencial, por permitir conhecer a equivalência entre a aparência e a identidade pessoal, demonstrando que esta não pode ser apreendida inequivocamente por aquela. Segundo Trilling, “foi no século XVI que primeiramente as pessoas interpretaram o *self* como um espaço interno e escondido e como algo a ser distinguido do modo como a pessoa age em público”⁶ (TRILLING⁷, 1971 apud BAUMEISTER, 1984, p. 165).

As mudanças na crença cristã, envolvendo a morte e a predestinação do indivíduo, alteraram de forma significativa as consciências dos séculos XVII e XVIII. Na Idade Média, a frustração e o sentimento de incompletude não eram considerados seriamente, pois a recompensa para uma vida regrada, que cumprisse os ritos da Igreja e seus mandamentos, viria no *post-mortem*; a realização pessoal era a possibilidade de subir ao paraíso. A relevância da Igreja na vida social influenciou sobremaneira o emprego dos nomes próprios como forma de reverência e sinal de predestinação.

No entanto, no século XVIII, com a propagação dos dogmas do puritanismo protestante sobre a predestinação humana a partir do nascimento, houve o enfraquecimento das doutrinas católicas e muitos deixaram de guiar sua vida pelo modelo da fé cristã. A inserção do trabalho como elemento determinante da personalidade ligada à classe e ao papel

⁵ [...] *how identity is actively or creatively defined by the person, what is the nature of the relationship between the individual and society, how does the person understand his or her potential and then fulfill it, and how and how well do persons know themselves.*

⁶ [...] *that it was the 16th century in which people first came to believe that the self was an inner or hidden space and was something to be distinguished from the way the person acted in public.*

⁷ TRILLING, L. **Sincerity and authenticity**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

social criou a possibilidade de as pessoas escolherem suas potencialidades em busca da realização, em vez de somente aceitarem o destino imposto por Deus.

A identificação do produtor com seu produto foi a tônica pré-industrial. Ela possibilitou que o homem reconhecesse suas potencialidades, materializadas em sua produção, como um bem desejado, consumido e valorizado por outros indivíduos.

Esta identificação se dissipou com o desenvolvimento industrial e o surgimento das linhas de produção, uma vez que o produtor não participava mais de todo o processo produtivo. A impossibilidade de se reconhecer e de ser reconhecido no produto final de seu trabalho causa o distanciamento entre produtor e consumidor, diminuindo a possibilidade de realização pelo trabalho.

O crescimento da chamada classe média acarretou a diminuição da fixidez da hierarquia social, gerando conflitos entre os interesses sociais e pessoais, marcados pelo desejo de privacidade, até então desconsiderada no âmbito das relações sociais. Nesse contexto, os transcendentalistas creditavam a possibilidade de realização aos “valores da virtude pessoal, à fertilidade de recursos, ao desejo de liberdade e [...] à disposição para seguir sozinho”, todos elementos da “experiência individual capazes de conduzir o ser através da opressão da sociedade”⁸ (BAUMEISTER, 1984, p. 170).

A crença na obtenção da completude em âmbito privado perdeu força diante dos escritos do início do século XX, que tinham por tema principal a alienação do indivíduo frente à sociedade, demonstrada pelo sentimento de impotência, insignificância e frustração. Apesar de as explicações sobre os fatos históricos implicados no desenvolvimento da identidade parecerem lógicas, muitas são percepções sobre as características envolvidas na constituição da identidade.

⁸ [...] values of personal virtue, resourcefulness, and desire for freedom, [...] willingness to go it alone [...] private experience that carried them beyond the oppressive and mundane conditions of society.

Além disso, existem diferenças entre as definições sociológica e psicológica do termo identidade. Para a Sociologia, identidade pressupõe interação do indivíduo com a sociedade e, nesse sentido, o processo denominativo é elemento ratificador da interação, na medida em que o indivíduo recebe o nome do grupo em que está inserido e é capaz, da mesma forma, de nomear o espaço em que vive. Do ponto de vista da Psicologia, “os elementos da interioridade e da continuidade são indispensáveis”⁹ (GLEASON, 1983, p. 918). Femminella (apud GLEASON, 1983, p. 920) afirmou que “o indivíduo internaliza as heranças sociais de seu grupo num nível tão profundo que elas podem se aproximar de uma herança genética”¹⁰. Assim, a identidade se atesta pela perpetuação de traços distintivos (caracteres) internalizados ao longo do tempo, como afirma Ricouer:

A identidade de uma pessoa, de uma comunidade, é feita dessas identificações com valores, normas, ideais, modelos, heróis nos quais a pessoa, a comunidade, se reconhecem. O reconhecer-se no contribui para o reconhecer-se com [...]. A identificação com figuras heróicas manifesta claramente essa alteridade assumida. (RICOEUR, 1991, p. 147)

O topônimo, nesse sentido, faz parte da construção da identidade do grupo, uma vez que é uma herança lingüística deixada pelos primeiros povos a dominarem o lugar e que o processo de seleção paradigmática está vinculado aos valores morais do denominador, aos seus ideais e a modelos preestabelecidos pelo grupo, ou exteriores a ele, que se queira seguir.

⁹ [...] *the elements of interiority and continuity are indispensable.*

¹⁰ [...] *a person internalizes the social heritage of his or her group at so deep a level that it is 'damn close' to being 'genetically inheritable'.*

2 METODOLOGIA

As pesquisas onomasiológicas envolvem um fazer científico pautado na observação empírica do dado onomástico, o que compreende uma série de etapas consecutivas: levantamento, classificação, análise e descrição dos dados. A base dessas pesquisas se encontra nas características lingüístico-histórico-culturais do grupo denominador, de forma semelhante ao trabalho proposto pela Etnografia.

Desse modo, faz-se necessário buscar respaldo em documentos diretos (leis e decretos sobre os nomes) e indiretos (narrativas, livros do tomo, livros do registro civil, que não tratam diretamente dos nomes), bem como em bibliografia referente à perspectiva adotada para a abordagem lingüística, além de relatos orais que contribuam para a compreensão das causas da denominação. Segundo Malinowski (MALINOWSKI¹, 1953 apud DURHAM, 1986, p. 26), após a delimitação do objeto, é preciso ter em mente que o valor científico de uma obra depende da apresentação imparcial e honesta dos resultados. Ou seja, deve-se separar o que é resultado da observação empírica e o que são inferências do pesquisador.

Por estar o objeto de estudo das ciências da linguagem ancorado na figura humana e sendo esta tão complexa e passível de se enganar e ser enganada pela mutabilidade comportamental e memorialística, a coleta de dados *in loco* demanda a aplicação de algumas “regras do bom senso e de princípios científicos bem conhecidos [...]: o estudioso deve ter objetivos verdadeiramente científicos e conhecer os valores e critérios da moderna etnografia. [...] Deve criar condições adequadas para o trabalho, o que significa, principalmente, viver realmente entre os nativos, [...] deve aplicar certos métodos especiais de coleta, manipulação e registro de dados” (DURHAM, 1986, p. 29).

¹ MALINOWSKI, B. Introduction: the subject, method and scope of this inquiry. **Argonauts of the Western Pacific**: an account of native enterprise and adventure in the archipelagoes of Melanesian New Guinea. Pref. Sir James Frazer. 4. ed. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1953. p. 1-25.

Nesta pesquisa toponímica, adotamos a metodologia aplicada por Dick na elaboração do Projeto ATESP e do Atlas das Cidades, detalhada a seguir.

2.1 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE DICK

2.1.1 Levantamento do *corpus*

No estudo lingüístico das terminologias ou termos, o levantamento do *corpus* deve ser realizado a partir dos discursos especializados em que tais termos se aplicam. Dessa forma, o levantamento sincrônico do signo toponímico foi feito a partir das cartas geográficas, por constituírem o texto em que o signo lingüístico toponimizado se realiza.

Para a localização e delimitação da área municipal, utilizamos a **Carta geográfica dos municípios do estado de São Paulo**, publicada pelo IBGE em 1975, em escala 1:100.000. Posteriormente, consultamos no Departamento de Obras do município de Promissão a planta atualizada (datada de 2003) da área urbana da cidade, em que constam os bairros escolhidos para a pesquisa.

2.1.2 Classificação toponímica

Após a coleta do topônimo, a investigação atingiu o nível abstrato da aplicação do modelo teórico de Dick, de fundamental importância para o delineamento do processo gerativo do texto toponímico regional. Por esse modelo, chamado taxionômico, podemos verificar a ocorrência de topônimos de mesma motivação, seu número e a formação de campos ou áreas toponímicas. Essas áreas correspondem aos campos semânticos dos signos

lingüísticos toponimizados e revelam as influências étnicas, culturais e históricas, entre outras, no momento da nomeação.

Realizamos a divisão dos topônimos em designativos de acidentes físicos (que fazem parte da natureza: rios, montes etc.) e acidentes humanos (construídos pelo homem: ruas, bairros etc.). Esse tipo de ordenação já fora realizado por Dauzat, partindo de uma classificação existente na Geografia – geografia física e geografia humana – e faz parte do método do Projeto ATESP, por distinguir os dois tipos de realidade encontrados pelo denominador.

Não foram encontrados acidentes físicos na área abrangida por nossa pesquisa. Assim, procedemos à classificação com base nas taxes elencadas por Dick para os acidentes humanos. Em função da peculiaridade do *corpus*, fomos impelidos a fazer adaptações conceptuais nas duas primeiras taxionomias, descritas a seguir:

- Antropotopônimos: nomes de pessoas de influência local ou nacional que ainda não tivessem consolidado sua importância no momento da nomeação, ou seja, contemporâneos ao momento da nomeação ou ao desenvolvimento do município, que se apresentam sem referência a títulos ou dignidades. Ex.: Eugênio Bonadio (rua). Nesta categoria o *corpus* apresenta uma clara subdivisão, que implica ligeira alteração no emprego da taxionomia conforme proposta por Dick.

- Historiotopônimos: relativos aos movimentos histórico-sociais, seus membros e as datas em que ocorreram. Consideramos como historiotopônimos todos os nomes motivados por datas que referem momentos históricos. Quanto aos nomes de pessoas, consideramos dentro desta taxie apenas aqueles em que a referência ao indivíduo já estava cristalizada no momento da criação do povoado e durante o desenvolvimento do distrito. Ex.: Zumbi (praça).

- Animotopônimos: relativos à vida psíquica (desejos, sentimentos, percepções etc.). Ex.: da Saudade (rua).

- Axiotopônimos: relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios. Ex.: Dr. Uetsuka (rua).
- Corotopônimos: relativos aos nomes de cidades, estados etc. Ex.: Ceará (rua).
- Cronotopônimos: encerram indicadores cronológicos. Ex.: Vila Velha (bairro).
- Ergotopônimos: relativos aos elementos da cultura material (criados artificialmente para exercer determinada função). Ex.: Esperanto (avenida).
- Etnotopônimos: relativos aos elementos étnicos (povos, tribos, castas). Ex.: Guarani (rua).
- Hagiotopônimos: relativos aos santos e santas do hagiológico romano. Ex.: Santo Antônio (rua).
- Hodotopônimos: relativos às vias de comunicação rural e urbana. Ex.: do Beco (rua).
- Sociotopônimos: relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade. Ex.: Expedicionários (praça).
- Acronimotopônimos: relativos aos nomes formados a partir das sílabas dos sintagmas. Ex.: Vila N.O.B. (bairro).
- Hierotopônimos: relativos aos nomes sagrados de diferentes religiões. Ex.: da Bíblia (praça).
- Geomorfotopônimos: relativos às formas topográficas. Ex. Esplanada (avenida).
- Cardinotopônimos: relativos à localização no espaço. Ex.: Centro (bairro).

2.1.3 Organização dos dados

Todos os dados coletados foram armazenados conforme o parâmetro estabelecido por Dick para as fichas lexicográfico-toponímicas, cujo modelo apresentamos adiante. Não efetuamos alterações na denominação dos campos do modelo proposto, mas devido às

características do objeto de estudo e dos dados coletados foi necessária uma adequação conceitual em alguns campos. Apresentamos a definição de cada campo conforme utilizado por nós, com o intuito de facilitar a compreensão dos modelos:

- Localização: relação hierárquica do lugar referencializado. Por exemplo, o município em que se insere o bairro cujo nome analisamos.

- Topônimo: o nome do lugar.

- Tipo de acidente: já que não foram encontrados acidentes físicos (AF), todas as fichas apresentam a sigla AH, relativa a acidente humano.

- Taxionomia: classificação segundo o modelo de Dick.

- Estrutura morfossintática: morfologia do sintagma nominal toponimizado.

- Entrada lexical: campo utilizado para registro do nome completo, na ocorrência de alcunhas e apelidos de família.

- Etimologia: campo utilizado para registrar a origem do topônimo, somente quando relevante.

- Histórico: registro de variações ortográficas e renomeações.

- Informações enciclopédicas: registro das causas da nomeação e da biografia dos homenageados pelos topônimos.

- Contexto: informações complementares.

- Fonte: local de coleta do topônimo e dos dados.

Os demais dados dizem respeito à autoria e data da pesquisa.

Apresentamos a seguir um modelo da ficha em branco e dois modelos preenchidos, respectivamente, com um antropotopônimo e um animotopônimo.

Ficha lexicográfico-toponímica

Localização – Município:		
Topônimo:	Tipo de acidente:	Taxionomia:
Estrutura morfossintática:		
Entrada lexical:		
Etimologia:		
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Contexto:		
Fonte:		
Pesquisador:	Revisor:	
Data da coleta:		

Fonte do modelo de ficha lexicográfico-toponímica: Dick, 2004b

Ficha lexicográfico-toponímica

Localização - Município: Promissão		Bairro: Centro
Topônimo: Bento da Cruz	Tipo de acidente: AH – rua	Taxionomia: Antropotopônimo
Estrutura morfossintática: 2º prenome + apelido de família		
Entrada lexical: Manoel Bento da Cruz		
Etimologia: português		
Histórico:		
<p>Informações enciclopédicas: Manoel Bento da Cruz nasceu em 1875 no Rio de Janeiro, filho de portugueses que enriqueceram com o comércio. Estudou no Colégio D. Pedro II; fez direito na Faculdade do Rio de Janeiro. Aos 18 anos casou-se com uma paulista, sobrinha dos barões de Serra Negra e Resende. Morou em diversas cidades do interior do Estado e no Mato Grosso.</p> <p>Em 1905, já está vivendo na Zona Noroeste, sob a alcunha de Coronel, onde exerce sua profissão junto aos herdeiros de terras que desejam legalizar a situação de suas propriedades após a Lei de Terras de 18/09/1850. Seus negócios nem sempre foram lícitos e como pagamento recebia extensas faixas de terra que iam da atual cidade de Penápolis até Birigüi. Acredita-se que influenciou no traçado da linha férrea e na localização de algumas estações, de forma a valorizar suas propriedades.</p> <p>Nesta época, constitui a Companhia de Terras, Madeira e Colonização para a comercialização de terras. Em 20 de maio de 1909, vende as terras de sua cliente Ludovina Pereira Rocha para o agrimensor Adolfo Hecht, que a repassa a René Laurent em 14 de fevereiro de 1918. Estas terras compunham a Fazenda Itacolomy, posteriormente, dos Patos, e foram loteadas e vendidas aos migrantes e imigrantes, originando a cidade de Promissão.</p>		
Contexto:		
Fonte: do topônimo: Planta da Cidade; dos dados: Ghirardello, 2002.		
Pesquisador: Felix, G.	Revisor: Dick	
Data da coleta: 12/2006		

Fonte do modelo de ficha lexicográfico-toponímica: Dick, 2004b.

Ficha lexicográfico-toponímica

Localização - Estado: São Paulo		
Topônimo: Promissão	Tipo de acidente: AH – município	Taxionomia: Animotopônimo
Estrutura morfossintática: substantivo feminino simples		
Entrada lexical: Promissão		
Etimologia:		
Histórico: Hector Legru		
<p>Informações enciclopédicas: Promissão: s.f. 1. ato ou efeito de prometer; promessa [<i>Canaã é chamada na Bíblia de Terra da P.</i>] 2. p. ext. coisa prometida. Etim. lat. <i>promissio, onis</i>, rad de <i>promissum</i>, supn. de <i>promitere</i> ‘lançar, atirar longe; deixar crescer para diante (barba); oferecer; propor, apresentar, prometer, dar a sua palavra, obrigar-se’.</p> <p>Nome sugerido pelo Coronel João Francisco Coelho, morador do distrito e vereador de Penápolis, ao prefeito Cel. Manoel Bento da Cruz. Segundo registra a profa. Reyes (s/d), a justificativa do Coronel para a mudança do nome era a ausência de vínculo entre o nome Hector Legru e aquele distrito, já que o banqueiro belga que financiou a CEFNOB, nunca esteve no Brasil.</p>		
Contexto:		
Fonte: do topônimo: IBGE, 1975; dos dados: Reyes, s/d; Ghirardello, 2002; Houaiss, 2001		
Pesquisador: Felix, G.	Revisor: Dick	
Data da coleta: 12/2006		

Fonte do modelo de ficha lexicográfico-toponímica: Dick, 2004b.

2.1.4 A pesquisa

Realizamos a pesquisa em documentos e livros junto a órgãos públicos, à igreja matriz de Promissão, museus, bibliotecas e sites institucionais, além de coletar relatos orais de moradores da cidade. Apesar da perspectiva sincrônica de nossa pesquisa, consideramos as variações lingüísticas encontradas.

A Câmara de Penápolis apresenta registros a partir de 1914, já digitalizados, que podem ser acessados via Internet. Nos debruçamos particularmente sobre as atas e os decretos de 1914 a 1923, ano em que Promissão foi emancipada. Na prefeitura de Promissão, tivemos acesso aos livros de decretos.

Consultamos os livros do tomo da Igreja, nos quais se evidencia a ação dos primeiros habitantes na vida social e algumas renomeações. Alguns dados geográficos e estatísticos foram obtidos através dos sites do IBGE e do Seade, por representarem fonte mais atualizada. Coletamos informações em obras sobre a história do Brasil, a ocupação e divisão das terras, a estrada de ferro e a história do município. Algumas dessas informações foram fornecidas pelo Museu Ferroviário de Bauru e pelo Museu Histórico Pedagógico “Fernão Dias Paes”, atual “Gláucia M. de Castilho Muçouçah Brandão”, de Penápolis. Além disso, utilizamos obras teóricas específicas para a abordagem toponímica adotada. Todas estão relacionadas no fim deste trabalho.

De todas as fontes, os relatos orais foram as que constituíram as mais reveladoras da toponímia promissense, capazes de desvendar alguns enigmas toponímicos.

2.1.5 Análise

Seguindo a perspectiva apresentada anteriormente, o método indutivo de análise nos auxilia na construção de hipóteses de trabalho que se conformem ao objeto e ao *corpus* selecionado, no intuito de alcançar a “verdade do nome” dentro da esfera tempo-espaço. Dick (1999, p. 134) propõe que seja feito um diagnóstico da área, considerando seus “traços semióticos: morfologia urbana, sistema de circulação viária, ruas, avenidas, marcos principais, economia”. A análise dos vínculos existentes entre indivíduo e meio resulta no estabelecimento da função do nome dentro do grupo como forma de identidade, fruto de uma ideologia dominante ou de um *ethos* grupal.

A inserção do pesquisador no ideário do *modus vivendi* do grupo denominador mostra-se fundamental para a compreensão da dinâmica dos nomes no interior das relações interpessoais e da relação entre os falantes e o espaço. Caso isso não ocorra, o material coletado em documentos e cartas geográficas permanece morto, fora do contexto de sua realização.

É preciso ressaltar que as hipóteses estabelecidas no início da pesquisa de campo são importantes; sua confirmação ou refutação depende da coleta de todos os dados encontrados em referência ao objeto, e o pesquisador deve ter discernimento para modificá-las, se isso for necessário. Não podemos alcançar um resultado legítimo se nos ativermos apenas aos nomes exóticos ou aos que despertem alguma curiosidade devido a sua morfologia, ou então aos que simplesmente respondam às nossas hipóteses, pois, caso isso ocorra, o resultado do trabalho ficará comprometido devido à possível manipulação de dados.

3 O OESTE PAULISTA: ELEMENTOS FORMADORES

As características geográficas, políticas, sociais e culturais de qualquer região do Brasil não podem ser estudadas sem que se olhe para o passado colonial do país e procure entender os processos gerativos pelos quais a sociedade brasileira passou. Por essa razão, apresentamos alguns dados acerca da história da colônia portuguesa na América e sua relação com a metrópole.

O desinteresse inicial de Portugal pela ilha de Vera Cruz, a corrida dos poucos habitantes ao sertão, a fim de garantir a sobrevivência, e a divisão das terras para assegurar o domínio português são fatores que, além de explicar a existência, ainda no século XX, de terras devolutas que foram o alvo da Marcha Pioneira, também funcionam como um fio condutor para compreender a construção da identificação do grupo com o espaço ocupado.

3.1 A PRIMEIRA TENTATIVA DE OCUPAÇÃO

3.1.1 A posse dos territórios

O “fenômeno da circulação” está presente em todas as sociedades humanas e, como afirmou Azevedo, “parece residir à base de todo processo de civilização” (s.d., p. 13). Sua importância cultural e comercial transparece no desenvolvimento das sociedades e na descoberta de novas terras e povos. O continente americano foi o maior resultado dos movimentos europeus na Idade Média, fossem eles gerados por interesse de colonização, caso da América do Norte, ou por interesse de exploração, como ocorreu com os países da América do Sul.

Fato é que os portugueses que se lançaram ao mar para a conquista das novas terras já traziam o gene da circulação, haja vista que o costume de navegar fazia parte da vida do português e passava de geração a geração. Muito se alude à situação geográfica de Portugal como fator de propulsão às viagens marítimas, além de sua delicada situação política frente a França e Espanha. Naquele momento crucial, a posse de maior número de colônias garantiria aos países europeus a hegemonia local.

Isso gerou uma verdadeira corrida pelos mares em busca de novas terras, que resultou, em 1494, no Tratado de Tordesilhas. Por esse tratado, “os descobrimentos a 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde pertenceriam a Portugal e os que estivessem a leste seriam de Espanha” (WASHINGTON LUÍS, 2004, p. 361). Mas, apesar de Cabo Verde ser um arquipélago, não foi identificada qual ilha deveria servir como ponto de partida para a medição. E o fato de não estipular o comprimento da légua reforçava a imprecisão, já que era grande a variação dessa medida entre os países. Esses dois dados explicam a dificuldade em estabelecer o limite dos domínios portugueses e espanhóis na América do Sul.

Certamente, não houve interesse por parte dos dois reinos de desfazer o mal-entendido, uma vez que a dificuldade na delimitação das áreas de domínio permitia o gradual avanço sobre a porção alheia, sem que se pudesse atestar com certeza a infração, e porque, no início do século XVI, o interesse do rei Dom Manuel I de Portugal estava voltado ao rentável comércio das Índias, e não à nova colônia.

Dom João III, que assumiu o trono em 1521, herdou uma nação assolada pela seca, pela miséria e por doenças (WASHINGTON LUÍS, 2004). Na tentativa de sanar os problemas políticos e sociais, o rei tomou empréstimos externos que prejudicaram ainda mais a situação de Portugal frente ao panorama internacional. Pressionado “entre Francisco I e Carlos V em lutas pela hegemonia da Europa, D. João III só usando de manhas poderia manter os domínios e senhorios” (WASHINGTON LUÍS, 2004, p. 48). Entre o rei português e o rei francês as

relações eram ardilosas: em um momento eles negociavam a paz e posteriormente corrompiam autoridades ou contratavam corsários com a finalidade de se prejudicarem mutuamente. Já a relação de Dom João III com Carlos V, da Espanha, com quem tinha um grau de parentesco, parecia ser mais cordial, apesar de ambos desrespeitarem o Tratado de Tordesilhas.

Com o declínio do comércio das Índias, ainda no reinado de Dom Manuel I, e os relatos acerca da dimensão dos senhorios portugueses na América do Sul e de suas possíveis riquezas, surge o interesse de conhecer e explorar a colônia. Além disso, era uma maneira de assegurar o domínio, pois por essa época os corsários franceses já negociavam o pau-brasil com os nativos da terra.

Não fosse o medo de perder o território para franceses e espanhóis, o Brasil continuaria sendo para Portugal apenas lugar para degredo de criminosos e desajustados e para “ajuntar judeus” (WASHINGTON LUÍS, 2004, p. 50). Em Portugal, duzentos eram os crimes punidos com degredo para o Brasil, condenação que se transformou em um dos pilares da sociedade paulista¹. Fato semelhante se daria quando da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil, como veremos adiante. Dom João III

não pensou em colonizar [...]. Colonizar quer dizer conhecer e explorar a terra, saneá-la, distribuí-la a homens capazes de a lavrar, de a fazer produzir, e de educar os selvagens nela encontrados [...] organizar um país ou pelo menos transformá-lo aproximando-o da metrópole, fazer dele uma pátria ou incorporá-lo a uma pátria. E todos vivendo sob as mesmas leis e as mesmas aspirações e com as mesmas recordações. (WASHINGTON LUÍS, 2004, p. 50)

Sua preocupação era garantir o domínio, encontrar as riquezas tão alardeadas e explorá-las ao máximo. Por esse motivo, ao Brasil era vetado o contato direto com outras

¹ A vila de São Paulo teve seu desenvolvimento acelerado a partir da chegada dos degredados. Como o lugar não oferecia condições de vida dignas, esses homens se aventuravam no sertão, ao lado dos senhores mais influentes, em busca de enriquecimento. Eles são os antepassados das famílias quatrocentonas de São Paulo, ou famílias tradicionais.

nações. Todas as relações de importação e exportação de produtos e matérias-primas eram intermediadas pela metrópole, que também deliberava sobre o estabelecimento de indústrias na colônia e cobrava o quinto sobre toda a produção e descoberta de ouro e pedras preciosas.

Há relatos de algumas expedições, anteriores, à costa brasileira; no entanto, a primeira a demonstrar o interesse de Portugal pela colônia foi em 1530, quando Dom João III enviou “cinco navios com cerca de 400 homens, inclusive capitães, alguns fidalgos, equipagem, pilotos, mestres, guranição [sic] militar, pessoal de intendência, intérpretes, alguns degradados” sob o comando de Martim Afonso de Sousa (WASHINGTON LUÍS, 2004, p. 58)². No entanto, Washington Luís (2004) ressalta que

Embora a primeira carta régia acerca da viagem de Martim Afonso aponte seus poderes sobre os homens da esquadra e os homens das terras que ele descobrisse, além de seus poderes para julgar faltas cíveis e impor penas pecuniárias, ele não era responsável pelo governo das terras. Isto fica claro pela leitura das duas cartas régias seguintes em que há a delimitação de sua área de atuação. Entre suas atribuições estava: fazer o reconhecimento da costa expulsando os franceses, descobrir minas de ouro, fortalecer civil e militarmente pontos da costa (WASHINGTON LUÍS, 2004, p. 69)

Sabemos que Martim Afonso de Sousa pouco realizou durante os anos em que esteve na capitania de São Vicente. A expedição, formada por oitenta homens, que ele enviou ao sertão em busca de ouro, sob o comando de Pero Lobo, foi atacada pelos carijós próximo à foz do rio Iguaçu no rio Paraná e todos os brancos morreram.

Foi também em 1530 que Dom João III iniciou a doação de extensas áreas de terra (capitanias) “aos seus favoritos, ou àqueles que tinham prestado serviço, como estímulo a novos serviços” (WASHINGTON LUÍS, 2004, p. 55). O poder do donatário da capitania era poder político “de jurisdição, de governos”, e não “direitos sobre o solo” (PORTO, 1979, p. 21). Da grande área compreendida pela capitania, apenas uma pequena porção era concedida

² No capítulo 2 do livro de Washington Luís (2004) há uma apresentação detalhada das atribuições de Martim Afonso de Sousa.

ao donatário como “propriedade particular” para que ele a explorasse. O restante do território deveria ser dividido e doado aos habitantes, conforme a Carta Régia.

Apesar dos poderes absolutos atribuídos aos donatários, geralmente nobres ou pessoas abastadas, estes não demonstravam interesse particular em explorar suas terras ou administrar seus domínios diante da selvageria local. Então, eles passavam o controle das capitânicas a locotenentes, que, por sua vez, pouco podiam fazer, dada a precariedade em que viviam³.

Martim Afonso de Sousa, tendo recebido em doação a capitania de São Vicente, nunca voltou a essa terra nem ordenou qualquer melhoria em seus domínios. Em fins de 1552 e inícios de 1553, durante uma visita do governador Tomé de Sousa, deu-se ali, a construção do forte de Bertioga por iniciativa dos moradores locais para se protegerem de ataques de índios. Hans Staden foi nomeado artilheiro por Tomé de Sousa, devido a sua experiência militar. Mas a precariedade da instalação foi conhecida quando do ataque por índios tamoios, que levaram Staden para Ubatuba⁴.

Em 1557, com a morte de Dom João III, o trono passou para seu neto, Dom Sebastião, sob a regência da viúva, a rainha Dona Catarina, irmã de Carlos V da Espanha. A turbulência política do reino isolou ainda mais a colônia, que se viu abandonada à própria sorte. Após intensas manobras, o cardeal Dom Henrique, irmão de Dom João III, retomou a regência de Portugal, em 1562, até a maioridade do herdeiro.

Quando Dom Sebastião faleceu em Alcácer Quibir, em 1578, o cardeal Dom Henrique, já em idade avançada, assumiu novamente o poder em Portugal. Como ele não possuía herdeiros diretos, sua morte pôs fim à dinastia de Avis. Em 1580, Dom Filipe II das Espanhas, herdeiro da Coroa Portuguesa pela linha feminina, tomou posse pela força. Os reinos permaneceram unificados por sessenta anos, de 1580 a 1640.

³ Duarte Coelho foi o único donatário, a saber, que não abandonou suas terras, localizadas na área do atual estado de Pernambuco.

⁴ O relato de Hans Staden acerca de seu seqüestro pode ser conferido em **Duas viagens ao Brasil**. Tradução Guiomar de Carvalho Franco. Prefácio Mário Guimarães Ferri. Introdução e notas Francisco de Assis Carvalho Franco. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1974. 216p.

Durante esse período, considerado o auge das bandeiras, todas as incursões dos bandeirantes além do Tratado de Tordesilhas eram tidas como lutas locais por conquista de terras, pois estavam todos sob o jugo do mesmo soberano. A partir de 1641, tais movimentos passaram a representar “combates em guerra internacional” (WASHINGTON LUÍS, 2004, p. 402).

3.1.2 A ampliação do território

3.1.2.1 A escalada da serra do Mar

A despeito da falta de interesse da Coroa Portuguesa pelo Brasil, houve quem por vontade própria se aventurasse na faixa litorânea, ainda nos primeiros anos do século XVI. Além, é claro, dos degredados, que, embora cumprindo penas, eram aqui tratados como senhores, dentro das possibilidades oferecidas pela terra.

Os portugueses que se localizaram em Santos e São Vicente logo se viram impelidos a vencer a muralha da serra do Mar. O desejo que os movia era a comprovação das riquezas oferecidas pela terra, divulgadas pelas lendas dos índios com quem estabeleceram os primeiros contatos. Os seus poucos conhecimentos e nenhum refinamento no trato propiciaram a esses homens empreender tão dura jornada e forjar a imagem do paulista, conforme retratada por vários espanhóis e governadores-gerais, como gente aguerrida e sem escrúpulos:

O material humano vindo da península era constituído por gente rústica, que mal sabia escrever o nome. Havia nele uma riqueza enorme de instinto, com tôdas as vantagens biológicas de ignorância. Sinceramente se tem que admirar o papel que essa inteligência simples e sem preconceito de cultura viria a desempenhar na formação bandeirante do grupo social aí fixado. (RICARDO, 1959, p. 191)

Após a fixação do homem no planalto, teve início a marcha para oeste. Cassiano Ricardo (1959, p. 70) diz que “a origem de todas as pátrias está na violência”. No Brasil não foi diferente. As primeiras expedições contavam com a violência contra a mulher indígena, a escravização do homem indígena e a troca injusta de bugigangas por frutos da terra, ainda na feitoria pré-afonsina. Esse período foi profundamente marcado por um estado de “pânico social e político” (RICARDO, 1959, p. 42), resultante da rudeza da terra e do abandono social por parte da metrópole.

Não é possível falar em bandeiras antes ou logo após a chegada de Martim Afonso de Sousa a São Vicente e do estabelecimento do branco em São Paulo de Piratininga. Todas as incursões ao sertão anteriores a essa época, como a que foi determinada por Martim Afonso em 1532, eram expedições exploratórias e até de resgate de escravos, que não contavam com o grau de organização alcançado posteriormente pelas bandeiras paulistas.

3.1.2.2 Definição e constituição das bandeiras

Em Portugal, o termo “bandeira” tinha significado militar: uma tropa de choque que tinha à frente um porta-bandeira. No entanto, em documentos de 1674 que circulavam tanto na colônia quanto na metrópole a palavra já adquirira novo significado:

Se a palavra “bandeira” é portuguesa, morfológicamente, ninguém irá contestar que, semânticamente, passou a ser brasileira, a ter uma nova acepção. Porque a palavra acompanha o homem e, quando este muda, ela também muda, não só de ambiente como de sentido. (RICARDO, 1959, p. 50)

E, embora não tivesse vínculo algum com entidades militares, a organização interna das bandeiras era muito próxima dessa acepção.

Cassiano Ricardo (1959) ressalta a diferença que existe entre conquista de terras e conquista de território. Segundo o autor, a bandeira visava à conquista de territórios. Assim,

teria um sentido político e coletivo, em detrimento do interesse privado e particular, que seria o foco de outros movimentos migratórios, como as entradas, as expedições agropastoris e outras formas de adentramento e ocupação de áreas ainda desconhecidas.

A bandeira carregava consigo usos e valores culturais, governo e organização social; tinha seu regimento e suas leis, sua hierarquia social e independência política, não lhe faltando, sequer, a experiência de uma eleição por conta própria. Esse caráter de disciplina, próprio de grupos sociais mais organizados, como as cidades ou as nações, a diferenciou de outros movimentos migratórios.

A expedição bandeirante se organizava em torno do homem mais rico da capitania. Numa época miserável como foi o século XVI colonial, a riqueza era medida principalmente pelo número de escravos que o branco possuísse e também por seus bens e sua experiência no sertão. O número de participantes dependia do motivo da bandeira e do prestígio do bandeirante chefe.

As viagens ao sertão contavam com a presença do língua, responsável pela comunicação do bandeirante com os índios encontrados nas novas regiões “descobertas”. Havia autoridade, mas não autoritarismo, e a obediência era imposta pelo desejo comum de vencer os inimigos que encontrassem e descobrir riquezas.

Dentre os objetivos das bandeiras encontramos “a caça ao silvícola; a conquista do ouro, da prata, das esmeraldas; o povoamento, para garantia de estabilidade ou medida estratégica contra o inimigo” (RICARDO, 1969, p. 44). Mas Antônio Raposo Tavares justifica as bandeiras ao Guairá, respondendo ao

Pe. Cristovão de Mendonça por que título faziam guerra às reduções [...] ‘que por el título de Dios les daba en el libro de Moyses de debelar las gentes’ dando a entender que a exemplo dos israelitas, eles vinham conquistar a nova Canaã que entendiam sua. (PASTELLS⁵, s.d. apud WASHINGTON LUÍS, 2004, p. 352)

⁵ PASTELLS, P. *História da Companhia de Jesus*, v. 1. Madri: Victoriano Suarez, [s.d.].

Em 30 de julho de 1609, Dom Filipe III declarou que todos os índios eram livres, batizados ou não. Essa lei causou tanto tumulto na colônia que o rei se viu obrigado a revogá-la em 10 de janeiro de 1611. Pela nova carta régia seria permitida a captura e escravização do índio por dez anos, em casos de guerra justa e motivos justificáveis. Como o rei não definiu o que seria “justo” e “justificável”, as bandeiras de preia continuaram a existir, baseadas na “lei dos paulistas”⁶.

Muitos foram os fatores que impeliram o paulista a esse movimento. Primeiro, “o sertão chamou o homem”; depois, “a montanha o empurrou terra adentro, dizendo-lhe ‘vá ver o que o sertão quer’”; “e o rio, algumas vezes, o conduziu nos ombros para que ele fosse saber o que o sertão queria [...]” (RICARDO, 1959, p. 77).

O rio Tietê desempenhou um papel importantíssimo nas incursões ao sertão, principalmente depois de descobertas as minas de Cuiabá. Ele constitui um capítulo à parte na história das bandeiras: as monções, como eram chamadas as bandeiras fluviais. Muitos são os relatos acerca dessas viagens e todos apontam os perigos encontrados pelos homens que se aventuravam através das corredeiras.

As viagens pelo Tietê partiam de Porto Feliz. Eram utilizadas canoas grandes, cavadas em um único tronco de árvore, nas quais eram acomodados: alimentos, armas, munições e tudo mais que fosse necessário, de acordo com o objetivo da bandeira, além dos bandeirantes e dos índios que os acompanhavam. Esse tipo de viagem demandava muitos índios, pois em vários trechos de grandes quedas d’água era necessário abandonar as canoas e caminhar pela margem do rio, carregando todos os suprimentos. Depois de passar pelo trecho encachoeirado, os homens voltavam ao rio em novas canoas que construía pelo caminho. Quando o trecho a

⁶ Os paulistas não respeitavam as ordens do rei de Portugal. Baseavam-se em valores éticos, morais, religiosos e sociais próprios, o que muitas vezes gerou conflitos entre a Coroa, a Igreja e São Paulo.

percorrer não era muito longo, por vezes eles carregavam as canoas por terra, mas isso não era o mais usual.

O caminho do Tietê esteve ativo até fins do século XIX, mesmo após o término da corrida do ouro de Cuiabá. Apesar dos quase seis meses de navegação que o trecho demandava, constituiu importante meio de comunicação entre aquela cidade e São Paulo.

Além da curiosidade e esperança de riqueza despertada pelo sertão, das dificuldades impostas pela serra do Mar para o contato com o litoral e do movimento do rio que – miticamente – conduz ao interior e não ao mar, concorria para essas incursões o fator da constituição dos homens bandeirantes: os mamelucos. Estes

herdaram dos pais uma inteligência mais apurada, a iniciativa e a tenacidade nos esforços, as possibilidades da civilização [...] das mães herdaram a resistência física às agruras do viver sem conforto [...] mais a imunidade às febres, conseguiram a adaptação ao clima áspero e selvagem do sertão [...] herdaram também os ódios de tribos [...] e o gosto de guerrear. (WASHINGTON LUÍS, 2004, p. 214)

Washington Luís aponta que, embora muitos bandeirantes tivessem origem espanhola ou portuguesa, como Antônio Raposo Tavares, os indígenas já tinham o hábito das expedições organizadas com intuítos definidos. O europeu se tornava bandeirante somente após assimilar os padrões culturais indígenas e as fábulas que influíram sobremaneira em seu imaginário, ou seja, após a mestiçagem intensa com os aborígenes. Só depois de ter passado por esse processo ele podia ser considerado paulista. Paulista por contágio do ambiente, por adaptação moral, porque estava impregnado pelas idéias do tempo e porque participava das determinantes psicológicas que dominavam aquela sociedade rústica. E por ser paulista é que podia bandeirar, já que nenhum outro grupo no Brasil empreendeu jornada tão vultosa (RICARDO, 1969).

O elemento indígena pode ser analisado sob vários aspectos na formação das bandeiras:

a) como precursor do fenômeno, visto que “o costume de bandeirar já era indígena”; b) como fator da mestiçagem que foi a origem étnico-cultural da bandeira, uma vez que só mestiçado com índio é que o branco (português ou espanhol do planalto) realiza a sua formidável aventura territorial; c) como “objetivo” econômico da bandeira em seu ciclo de caça ao bugre, responsável pelas expedições que alargaram o Brasil para o sul; d) como meio de transporte “vivo”, dotado de extraordinária rapidez e – o que é mais – transporte que transporta a si mesmo e conhece os caminhos a percorrer; como comparsa do bandeirante, pois os tupis constituem o elemento social imprescindível pelo préstimo e mobilidade na conquista. (RICARDO, 1959, p. 130)

Esse dado nos permite afirmar que na formação do caráter paulista estão presentes constituintes da identidade psicossocial desses dois grupos, sendo o português marcado pelo desejo de conquistar novos territórios que garantissem sua sobrevivência e o índio marcado pela continuidade de sua característica andarilha e pelo retorno ao sertão.

Mas a bandeira não caminhou somente para oeste; ela caminhou para o norte e para o leste, contribuindo também para o povoamento do nordeste. Sua atuação se deu do século XVI ao século XVIII, quando o Tratado de Madri, de 1750, revogou o Tratado de Tordesilhas e fixou as novas fronteiras do domínio português.

Cassiano Ricardo faz uma distinção entre as noções de descobrir e tomar conhecimento, e entre tomar conhecimento e tomar posse. O autor também aponta o perfil geográfico assumido pelas fronteiras brasileiras como resultado ocasional de um desejo inconsciente de identificação com o território relativo à América do Sul, pela semelhança. Assim, além de a figura do país ser semelhante à figura do continente, sendo o maior país da América do Sul é o que “guarda mais América do Sul em si” (RICARDO, 1959, p. 67).

Após a ocupação dos espaços pelos grupos bandeirantes, houve um momento de imobilidade social, necessário para a acomodação do homem à terra e para o desenvolvimento de atividades locais que possibilitassem novos movimentos. Essa situação se fez acompanhar

de um distanciamento entre grupos como os de Cuiabá e Goiás e o grupo da capital, ocasionado pela dificuldade de acesso por via terrestre e/ou fluvial.

Criado o corpo do país, fazia-se necessário criar a alma. Isso somente seria possível com o povoamento das regiões anexadas, já no século XVIII, pelas bandeiras de povoamento ou o chamado movimento pioneiro.

Com o movimento bandeirante, surgiram muitos núcleos às margens do Tietê e do Paraíba. Alguns foram desativados com o tempo; muitos se desenvolveram até constituírem as cidades da chamada franja pioneira a que Monbeig (1998) se refere. A marcante atuação dos bandeirantes na conquista do território e no desenvolvimento dessas povoações ficou expressa na toponímia brasileira.

Sua sensibilidade à simbologia, à imaginação e aos sinais pode ser percebida em topônimos como serra dos Martírios, cujas pedras pontudas remetem ao emblema da Paixão, e rio dos Pilões, porque aí se encontram pedras côncavas que lembram enormes pilões (RICARDO, 1959). Percebe-se, por esse modo de nomear, a tendência ao descritivismo, presente também na cultura indígena, relacionado à simbologia da cultura européia e cujos exemplos podem ser encontrados por todo o Brasil.

3.1.3 Divisão do território

Quando Dom João III decidiu tomar a posse efetiva dos territórios que lhe pertenciam pelo Tratado de Tordesilhas, estes já estavam habitados por alguns poucos desbravadores portugueses, espanhóis e franceses, além dos degredados. Esses habitantes ocupavam aleatoriamente o território, tomando para si as terras que julgavam necessárias a sua subsistência.

O fracasso da posse e ocupação por meio das capitânicas hereditárias levou à instituição do governo-geral, responsável por fazer valer na colônia a vontade do rei português representada em seus regimentos, alvarás e leis, da mesma forma que os donatários, mas num sistema unificado.

É sabido que, devido às dimensões do território português, não era admitida a existência de terras improdutivas, pois elas acarretariam problemas de ordem econômica e social. A fim de evitar tais problemas, foi adotado o sistema sesmarial, que consiste na doação de terras para cultivo – as sesmarias. Com o objetivo de incrementar e ampliar o processo de colonização e garantir seu poder sobre a colônia, Portugal adotou, para o Brasil, a mesma política de terras empregada na Corte.

“Sesmarias”, definem as Ordenações Filipinas, “são propriamente as dadas de terras, casais ou pardieiros que foram ou são de alguns senhorios e que já em outro tempo foram lavrados e aproveitados e agora não o são”. (PORTO, 1979, p. 30)

Quando atentamos para a definição de sesmaria dada pelas Ordenações Filipinas, podemos crer que tal sistema não poderia ser implantado no Brasil sem adequações estruturais e semânticas, uma vez que as terras brasileiras concedidas por esse sistema não pertenciam a antigos senhorios nem haviam sido lavradas anteriormente. A definição apresentada mostra-se marcada pela realidade do mundo europeu e parece um contra-senso se empregada *ipsis literis* ao Novo Mundo nesse início de colonização.

Hoje temos consciência de que os verdadeiros proprietários da terra eram os índios e que se eles não a cultivavam era por questões culturais. Contudo, tais convicções não faziam parte do ideário português. Já que o termo “sesmaria” era empregado às “terras distribuídas [...] através de Sesmeiros, integrantes do Siximum, ou Sesmo, colégio integrado de seis membros” (PORTO, 1979, p. 33), a condição de já ter sido ocupada e trabalhada parece não

ter influenciado no momento de transplantação do sistema. Mais tarde, sesmeiro passou a designar a pessoa que recebia as terras, e não mais o distribuidor.

Para receber as terras por sesmaria, o colono deveria recolher o dízimo, já que todo solo era sujeito à “jurisdição espiritual”, mas estava isento do foro. Os tributos cobrados pela Coroa recaíam sobre os frutos do trabalho na terra. O terreno concedido ao colono livremente pertenceria a ele “para todo o sempre” (PORTO, 1979, p. 35), desde que fossem respeitadas algumas condições, que eram alteradas e ampliadas pelas ordenações régias.

A primeira condição foi a base do sistema sesmarial na Corte: o aproveitamento da terra. Mas esse aproveitamento deveria ocorrer num prazo determinado, não superior a cinco anos, já que era sobre essa produção que a Coroa recolheria os tributos. Assim como acontecia em Portugal, as terras que não fossem trabalhadas dentro do prazo estipulado eram confiscadas pela Coroa, que as entregava a outro concessionário, desde que este não possuísse outras terras ou provasse ser capaz de cultivar os novos domínios. Na impossibilidade de cultivar toda a extensão da sesmaria, o colono também poderia arrendar a porção excedente a outrem que a aproveitasse. Caso não houvesse interesse por parte dos colonos em explorar as ditas terras, estas constariam como terras devolutas sob o senhorio da metrópole.

A segunda condição essencial era o registro da carta de doação junto à autoridade da capitania. Esse registro possibilitava o controle sobre as terras legalmente concedidas e a verificação de ocupações ilegais e de terras devolutas. Foram freqüentes os conflitos entre colonos que ocupavam e trabalham a terra sem, no entanto, requererem a posse legal e aqueles que, possuidores de cartas de doação das mesmas terras, faziam valer seus direitos sobre o solo.

Ainda em fins do século XVII, criou-se mais uma condição para a concessão de terras: a confirmação por parte do rei. Nessa mesma ordenação, de 1699, ficou estipulado o pagamento de foro. Essa ordem, além de protestos dos juristas, ocasionou fraudes na posse

das terras, principalmente daquelas que se encontravam afastadas do centro das capitânicas, porque a legalização da posse se tornava onerosa. O colono deveria requerer a posse junto ao governador-geral; concedida a data, deveria registrar a carta de doação junto à Provedoria da capitania, enviar os documentos à Corte, a fim de requerer a confirmação régia, e efetuar o pagamento do foro. Em 1700, foi taxado o foro de “seis mil réis por légua, nas datas a 30 léguas da costa e quatro nas mais distantes” (PORTO, 1979, p. 134). Também ficou determinado que as terras convenientes à Coroa não seriam doadas, ficando para a Fazenda Real e seu serviço.

No que diz respeito à extensão das datas, somente entre 1695 e 1698 surgiram as primeiras leis. Algumas cartas de doação anteriores a esse período apresentavam um esboço de medição ao demarcarem as terras, utilizando elementos da paisagem, a fim de que o sesmeiro pudesse reconhecer e certificar seu domínio; outras apenas citavam a extensão das terras, sem qualquer referência mais específica quanto à demarcação.

Com o crescimento acentuado da população no final do século XVII, fez-se necessária a restrição na extensão das datas para que “fique lugar de acomodarem outros pretendentes de igual merecimento” (Doc. hist.⁷, I, p. 161 apud PORTO, 1979, p. 112). Na prática, a restrição não funcionou. A medição e demarcação, consideradas obrigatórias a partir de 1699 para que se procedesse à cobrança do foro, foram dificultadas pela falta de geômetras e, finalmente, foram suspensas pelo alvará de 10 de dezembro de 1796, pelo mesmo motivo.

Mesmo a condição do aproveitamento muitas vezes não foi considerada. Bastava a fixação do colono na terra para garantir o domínio português, principalmente nas áreas de fronteira. Nesse sentido, “terra cultivada” e “terra trabalhada” significavam tão-somente “terra habitada”.

⁷ BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos históricos, 108 v. Rio de Janeiro, 1928.

Os problemas e a confusão que marcaram a divisão de terras no período colonial persistiram no período imperial e republicano⁸. Em 17 de julho de 1822, “D. Pedro baixou a Resolução [...]: ‘Fique o suplicante na posse das terras que tem cultivado e suspendam-se todas as sesmarias futuras até a convocação da Assembléia Geral e Legislativa’” (PORTO, 1979, p. 139). Essa resolução foi uma resposta a um morador que requeria as terras que ocupava há vinte anos sem jamais tê-las possuído legalmente.

A idéia era que se estabelecesse algo como:

- confisco das terras recebidas por sesmarias que não tivessem sido cultivadas. Se o sesmeiro não tivesse cultivado toda a extensão de sua data, teria o direito de posse somente sobre a área trabalhada mais 400 jeiras acadêmicas para ampliar sua cultura;
- fim das doações gratuitas de sesmarias, “salvo nos casos especiais”;
- obrigação de deixar a sexta parte do terreno inexplorada para garantir o fornecimento de lenha e “madeiras necessárias”;
- obrigação de deixar ao menos uma légua a cada três para a criação de vilas.

O quadro político brasileiro entre 1822 e 1850 não propiciou a lei fundiária. As resoluções eram pouco ou nada respeitadas devido a sua incoerência social. Mas, em 18 de agosto de 1850, o Congresso aprovou a Lei 601, que disciplinaria o sistema fundiário nacional, composto então por: terras de uso público, pertencentes ao Estado ou aos municípios; sesmarias legítimas, cujos proprietários cumpriram todas as condições; sesmarias irregulares, cujos titulares não cumpriram as condições; solo ocupado por posseiros; e terras devolutas.

As terras devolutas correspondiam às sesmarias que voltavam ao domínio da Coroa pelo descumprimento de alguma condição por parte do beneficiário. No entanto, a Lei 601 designou como terra devoluta: 1) as terras não utilizadas para o uso público; 2) as que não

⁸ Ainda hoje a questão da posse de terras gera conflitos no norte do país, haja vista o embate recente entre índios e um fazendeiro, em Raposa Serra do Sol.

fossem de domínio particular legítimo (sesmarias com condições cumpridas); 3) as que não fossem de domínio particular ilegítimo (sesmarias que não cumpriram as condições); 4) e as que não estivessem ocupadas por posseiros (PORTO, 1979). Os casos contidos em 3 e 4 seriam legitimados por essa lei, desde que fossem cumpridas as condições de prazo para aproveitamento, medição e demarcação do terreno.

Com o fim da doação de sesmarias, decretado em 1823, e a possibilidade de legalizar a posse indevida, pela lei de 1850, iniciou-se uma corrida de grileiros, cujo intuito era adquirir terras legais para vender aos imigrantes que vinham trabalhar nas lavouras de café. Para alcançar seus intentos, eles falsificavam cartas de doação, transplantavam pés de café e casas velhas, simulando o aproveitamento da terra e sua ocupação desde tempos remotos.

Embora trate direta e incisivamente do problema da ocupação da terra no Brasil, a Lei 601 não pôs fim à balbúrdia das posses ilegais que continuaram República adentro, com a truculência de grileiros e sesmeiros.

O respeito ao índio, renunciado por Dom Filipe III, e, principalmente, a preservação das áreas indígenas, não resistiram à ganância dos grandes e pequenos proprietários de terra que iniciaram a marcha para o oeste⁹ após o declínio das primeiras zonas cafeeiras.

⁹ Atente-se para a alteração semântica provocada pela utilização, aqui, do artigo definido, em relação à forma sem artigo, como aparece no título do livro de Cassiano Ricardo (1959). No momento relatado pelo autor, a marcha se dava rumo ao desconhecido, que era representado apenas pelo ponto cardeal. Depois da anexação dessas terras ao território português, as referências em outras obras já ocorrem com o uso do artigo, designando a região conquistada pelos bandeirantes.

3.2 A SEGUNDA TENTATIVA DE OCUPAÇÃO DO OESTE PAULISTA

3.2.1 O caminho aberto pela estrada de ferro Noroeste do Brasil

3.2.1.1 Antecedentes

Após o intenso movimento das bandeiras, houve um período de estagnação da população paulista, em que ocorreu o estabelecimento das áreas de produção agrícola no território aberto pelos bandeirantes. O papel que nos séculos XVII e XVIII coubera aos índios e à mineração foi desempenhado pelo café na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento dos grandes latifúndios.

A fixação do homem nas províncias do Norte e do Oeste foi marcada pela dificuldade de contato com a capital e o litoral do Brasil. As causas desse distanciamento eram: a existência de grandes áreas de mata desabitadas devido à ampla extensão do território e o pequeno número de habitantes do país, que preferiam localizar-se mais próximo dos centros urbanos; a hostilidade dos índios que habitavam as matas e tentavam manter suas terras contra nova usurpação; e a dificuldade dos caminhos de interligação.

Para os grupos localizados nos campos de Mato Grosso se impunham os difíceis trajetos fluviais, principalmente pelos rios Paraná e Tietê, e a precária estrada que cortava Goiás, cujo percurso levava cerca de cinco meses. Posteriormente, buscou-se o caminho pelos rios da bacia Amazônica até o litoral de Belém. Mas a via mais utilizada era o rio Paraguai.

Na segunda metade do século XIX, a região de Mato Grosso era ocupada por antigos mineradores que, após a decadência das minas de Cuiabá, tornaram-se criadores de gado. Na mesma época, em São Paulo, a zona cafeeira foi paulatinamente ocupada por migrantes mineiros que fugiam da crise na mineração e, posteriormente, da convocação para lutar na

Guerra do Paraguai. Restava, no entanto, entre essas duas regiões, uma vasta área de mata fechada, que constava nas cartas, até o início do século XX, como “terras desconhecidas habitadas por índios” ou “terras devolutas” (STEVAUX¹⁰, século XIX apud GHIRARDELLO, 2002, p. 11).

O crescimento econômico das cidades e vilas do interior de São Paulo – Campinas, Batatais, Jaboticabal, Ribeirão Preto, entre outras, próximas à serra da Mantiqueira –, alcançado graças à alta produtividade da terra roxa, e as vastas pastagens propícias à criação de gado, em Mato Grosso, despertaram o interesse de investidores estrangeiros, principalmente belgas (QUEIRÓZ, 1997).

Esses fatos operaram na demanda pela construção de um meio de comunicação mais eficaz entre Cuiabá e Rio de Janeiro, sob dois pontos de vista: o estratégico e o econômico. Sob o ponto de vista estratégico, cabia proteger a soberania nacional. Sob o ponto de vista econômico, era necessário escoar a crescente produção cafeeira e transportar gado vivo.

3.2.1.2 Interesses estratégicos

Os contatos comerciais estabelecidos entre o estado de Mato Grosso e a Argentina através dos rios Paraguai e Prata concorreram para o desenvolvimento da indústria de charque em Mato Grosso, que também se favorecia no contato com a Bolívia, o Chile, Peru, Paraguai e Uruguai. Essas relações multinacionais na fronteira oeste do país atraíam empresas européias que se fixavam em Mato Grosso (QUEIRÓZ, 1997). Havia dificuldade de fiscalização e atuação mais efetiva do Estado nessas relações comerciais, o que causava inquietação política. A possibilidade de uma ação separatista – influenciada pela dificuldade de contato com a capital e pelo crescente investimento de recursos estrangeiros na economia

¹⁰ STEVAUX **Carta da província de São Paulo**. Mapa datado do fim do século XIX. Cf. GHIRARDELLO (2002), p. 11.

local – ou da anexação do território mato-grossense por parte da Argentina ou outro país da fronteira agravou a situação.

Mas não era apenas a questão do território. Em fins do século XIX, a Argentina se mostrava como uma liderança na América Latina. Cogitou-se a criação dos Estados Unidos da América do Sul, do qual fariam parte os países anteriormente citados, com exceção do Brasil, tendo como centro a Argentina (QUEIRÓZ, 1997).

Frente a esse panorama, o Brasil precisava dar uma resposta à altura das pretensões argentinas. Deveria construir o que havia de mais moderno em termos de transporte terrestre: uma estrada de ferro transcontinental. Ela estabeleceria a comunicação entre Mato Grosso, o interior de São Paulo e o Rio de Janeiro; chegaria até a fronteira com a Bolívia e ofereceria a esse país uma opção mais rápida e barata para alcançar o Atlântico. Havia também o interesse em fechar um acordo com a Bolívia e construir conjuntamente uma ligação com o Pacífico.

O acontecimento que determinou a urgência da construção da estrada de ferro foi a Guerra do Paraguai (1864-1870). Durante esse período, a navegação pelo rio Paraguai foi interrompida, prejudicando sobremaneira a comunicação da província de Mato Grosso com o restante do país. O embate revelou a deficiência dos caminhos internos para o transporte rápido de tropas e suprimentos em casos de necessidade e a fragilidade da guarda nas fronteiras.

3.2.1.3 Interesses econômicos

A construção das primeiras linhas ferroviárias do Brasil esteve invariavelmente marcada por interesses econômicos. Em 1835 já havia leis que expressavam a necessidade de investimento em transporte ferroviário, como a chamada “Lei Feijó”, que trata da ligação entre Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro. O primeiro trecho, no entanto,

só foi construído em 1854 – “ligava a atual cidade de Mauá à Estação de Fragoso e teria limitado relevo econômico” (GHIRARDELLO, 2002, p. 18).

Quatro anos depois foi inaugurada a Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II. Ela estabelecia “a ligação com São Paulo, passando pelo Vale do Paraíba, grande produtor de café, e Minas Gerais” (GHIRARDELLO, 2002, p. 18). Seu objetivo era claro: transportar a produção de café.

Com o mesmo objetivo, os ingleses construíram a estrada de ferro Santos-Jundiaí, entre 1860 e 1867. Os fazendeiros, motivados pelas vantagens proporcionadas pelas ferrovias, começaram a investir parte dos lucros na construção de novos caminhos que explorassem ainda mais as regiões dos grandes latifúndios. Foi esse o caso das estradas de ferro Paulista, Ituana, Mogiana e Sorocabana.

Percebe-se claramente que foi o desenvolvimento populacional e a demanda da produção agrícola o que impulsionou a construção daquelas estradas. Mas o que dizer de um caminho que cortaria o vasto e desabitado planalto central? Segundo Queiróz (1997), a motivação para a construção de uma estrada de ferro que cortasse o Oeste era abalar economicamente a indústria de charque sediada em Mato Grosso, que contava com capital argentino, transportando gado vivo para São Paulo e Rio de Janeiro.

O autor também aponta o interesse de investidores de origem franco-belga na construção da ferrovia. Esse grupo – que se associava a investidores locais para a formação de empresas ou o fomento de empresas recém-criadas – financiou a obra que beneficiaria, entre outras, a empresa Brazil Land and Cattle Packing Co., a qual possuía fazendas de gado em Campo Grande e Três Lagoas, além de um frigorífico em Osasco.

Os demais estudos acerca da ferrovia não apresentam essa relação de interesses econômicos como motivo para sua construção e o estabelecimento de seu trajeto. Contudo, esses dados não podem ser negligenciados, uma vez que muitos foram os planos de viação

para a construção dessa ferrovia e muitas foram as alterações de trajeto sugeridas por outras companhias, por políticos e empresários. Certamente, pode ter havido alguma influência desses grandes grupos no plano efetivo da estrada de ferro, embora isso não pareça ter sido suficiente para suplantarmos o caráter estratégico desse caminho.

3.2.1.4 A construção da estrada de ferro

Movido por necessidades estratégicas e econômicas, bem como pelo desenvolvimento do transporte ferroviário,

Em outubro de 1890 vinha à luz um decreto dispondo sobre o estabelecimento de “um sistema de viação geral ligando diversos Estados da União à Capital Federal”. Dentre as ferrovias concedidas por esse decreto encontram-se duas das que se destinavam a Mato Grosso, segundo o plano ulteriormente concluído pela Comissão de Viação Geral, a saber: 1) a estrada de Catalão (Goiás) à fronteira com a Bolívia, passando por Goiás, Cuiabá e Cáceres; 2) a estrada que, partindo de um ponto entre Uberaba e São Pedro de Uberabinha (MG), se dirigisse à vila de Coxim, no Estado do Mato Grosso. (QUEIRÓZ, 1997, p. 19)

Esse mesmo decreto concedia ao Banco União do Estado de São Paulo o privilégio para a construção do trecho Uberaba-Coxim. Muitos foram os planos para o traçado dessa estrada. Os primeiros estudos chegaram a ser realizados, mas a falta de capital e as divergências quanto ao traçado adiaram o início das obras, levando o banco a pedir várias vezes a prorrogação da concessão.

Essas prorrogações permitiam à instituição financeira manter seus direitos até encontrar um adquirente que ressarcisse o capital empregado nos estudos preliminares. Em 21 de junho de 1904, o Banco União associou-se a mais oito acionistas para constituir a sociedade anônima Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB), à qual foi transferida a concessão da estrada Uberaba-Coxim.

No entanto, em abril desse ano, a Cia. Paulista de Estradas de Ferro já havia submetido ao Clube de Engenharia do Rio de Janeiro um plano para a alteração do ponto de partida da estrada, de Minas Gerais para São Paulo. Essa mudança foi aceita e estabelecida pelo Decreto 5.349, de 18 de outubro de 1904. Por essa resolução a ferrovia deveria partir de Bauru e ter por ponto final Cuiabá.

Foram determinantes para essa decisão a pressão da Cia. Paulista, que estava ampliando sua linha até Bauru, e também o projeto de levar até aquela cidade os trilhos da Cia. Sorocabana, que havia sido recém-encampada pela União. Ambas as companhias lucrariam com o movimento da CEFNOB, que se utilizaria de seus trilhos para atingir as demais cidades do interior do estado e os portos.

Também pesou na escolha a posição geográfica de Bauru, último posto avançado, às portas do sertão. Nos estudos preliminares para a construção da ferrovia, o engenheiro Gonzaga de Campos relata, acerca dos primeiros cem quilômetros: “Apenas um ou outro sertanista e mesmo alguns profissionaes, encarregados de reconhecer características de extensas propriedades teritoriaes, se tinham aventurado em penetrar com picadas naquella região” (GHIRARDELLO, 2002, p. 32). A partir dessa quilometragem eram encontrados apenas índios.

O reconhecimento do trecho em solo paulista foi organizado pela CEFNOB e liderado pelos engenheiros Horácio Willians, Queiroz Botelho e Sylvio Saint-Martin. Como esse trabalho foi anterior à Comissão Geográfica de 1905, suas incursões não possuíam qualquer respaldo documental. Os dois primeiros engenheiros foram responsáveis pelas “coordenadas geográficas de Bauru e Itapura” (GHIRARDELLO, 2002, p. 32) e pelo levantamento geral dos rios Tietê, Paraná e Aguapeí/Feio. Tal como as bandeiras, por vezes eles se utilizaram dos rios como caminhos. Saint-Martin liderou o grupo responsável pelo reconhecimento dos

primeiros cem quilômetros e da seção até a Corredeira do Inferno, no Tietê, que seria o ponto de transposição.

Uma das grandes preocupações no traçado proposto pelos engenheiros era a transposição dos rios Tietê e Paraná, dado o grande volume de suas águas. A construção das pontes sobre os dois rios certamente elevaria muito o custo da obra. Assim, para conter os gastos, foi proposto que se aproveitasse ao máximo os recursos naturais.

Os estudos não se restringiram ao traçado da ferrovia. Eles observaram todos os elementos para a viabilização da construção e as potencialidades da região, como a vegetação e o solo, no intuito de amparar os futuros fazendeiros, propiciando melhor investimento em agriculturas rentáveis. O aumento da produção beneficiaria diretamente a CEFNOB, uma vez que demandaria maior número de funcionários para as lavouras e estes se utilizariam dos trens para seus deslocamentos; além disso, o escoamento de toda a produção se daria por meio da estrada de ferro.

Verificou-se então que, a partir de Bauru, os primeiros cem quilômetros não apresentavam terra propícia ao cultivo do café. Esse plantio poderia ser favorecido nos espigões que apresentavam vegetação mais vigorosa. Já nos cem quilômetros seguintes “a terra era excelente para essa lavoura, em particular a localizada no divisor de águas” (GHIRARDELLO, 2002, p. 33). A abundância de veios d’água era favorável à agricultura e à estrada de ferro, que seguiria o curso do Tietê pelo divisor de águas com o Aguapeí/Feio, fugindo de desníveis bruscos e aproveitando os córregos, riachos e o próprio Tietê. Optou-se, assim, por um traçado mais longo, que circundava morros e cruzava pequenos veios d’água, a fim de evitar a construção de rampas e pontes.

Em 1907 deixou de existir a necessidade de transposição do Tietê, com a mudança do destino da ferrovia, que corria no espigão entre esse e o rio Feio, passando a projetar-se na direção oeste, rumo a Corumbá – e assim transpondo apenas o rio Paraná –, e não mais ao

norte, rumo a Cuiabá. Essa modificação barateou ainda mais a construção, diminuindo os prejuízos que a CEFNOB contava naquele momento.

A construção do primeiro trecho de cem quilômetros não encontrou muitos percalços, devido à proximidade com Bauru e a existência, ao redor, de alguns fazendeiros isolados. No entanto, nos trechos à frente, a Companhia e seus funcionários se depararam com obstáculos de toda espécie.

3.2.1.5 As dificuldades

A CEFNOB atribuía o atraso na entrega dos trechos à dificuldade de transportar o material necessário, derrubar a mata e contratar mão-de-obra, uma vez que corriam longe as histórias sobre a violência do paludismo e dos índios caingangue. Muitos são os relatos acerca de ataques indígenas aos acampamentos dos trabalhadores e às instalações da ferrovia, como escritórios e armazéns, com roubo e destruição dos trilhos.

Somente em 1912 os caingangues da região foram pacificados. Tal feito resultou dos esforços do então Coronel Rondon, chefe do Serviço de Proteção aos Índios, criado em 1910. O plano de pacificação foi executado pelo tenente Manoel Rabelo, com o auxílio dos tenentes Sampaio e Cândido Sobrinho, bem como de alguns caingangues, já pacificados, do Paraná.

A equipe responsável pela pacificação se estabeleceu às margens do ribeirão dos Patos, a dois quilômetros da estação de Hector Legru, pois esse foi o local mais visado pelos ataques indígenas.

Não há registro de outras tentativas de contato pacífico com os nativos, anteriores aos esforços do Serviço de Proteção ao Índio. A literatura a esse respeito mostra que até a data dessa iniciativa os embates foram marcados pela truculência de ambas as partes.

Além da violência, a insalubridade aumentava à medida que os trilhos se aproximavam do Tietê, e com ela as doenças como malária, febre amarela e leishmaniose. A situação chegou a tal ponto que a região passou a ser chamada “úlceras de Bauru” (GHIRARDELLO, 2002, p. 41).

A saúde dos trabalhadores era agravada pelas condições de trabalho. Aos migrantes brasileiros, de estrutura física mais resistente, cabia o trabalho de derrubada e destacamento. O serviço mais especializado, como assentamento de dormentes e trilhos, ficava a cargo de imigrantes portugueses e espanhóis, pouco resistentes ao calor da região. No entanto, todos cumpriam jornada de dez horas diárias, sem direito a folga, e eram obrigados a consumir produtos comercializados pela própria companhia em seus armazéns, a preços exorbitantes, o que os levava a um endividamento crescente (GHIRARDELLO, 2002). Não havia a possibilidade de abandonar o trabalho, uma vez que o empregado se veria sozinho na mata e sujeito a ataques dos índios e dos bugreiros, que também agiam como capatazes da ferrovia a fim de coibir revoltas.

As péssimas condições sanitárias e de trabalho e os ataques indígenas viraram notícia por todo o país, chegando ao exterior. Os emigrantes eram alertados para evitar a região e mesmo os estrangeiros que já se encontravam em outras localidades do estado de São Paulo só se dirigiram à Noroeste após 1912.

Logo se ouviu a resposta do movimento operário, que conclamava o “boicote ao trabalho na ferrovia” (GHIRARDELLO, 2002, p. 44). As constantes baixas e a ausência de interessados no trabalho de construção da Noroeste levou o governo a tomar uma atitude controversa. Da mesma forma que fizera o rei de Portugal no período colonial, o governo federal e estadual, a pedido da CEFNOB, enviou “degredados” para cumprirem suas penas no campo de obras.

De pronto a população de Bauru se posicionou contrariamente ao envio dos criminosos. A cada novo grupo que chegava acompanhado por soldados, os jornais publicavam manifestos veementes, que, no entanto, pouca força tinham diante da necessidade e dos interesses envolvidos na construção do caminho férreo.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, em setembro de 1906 foi instalado o primeiro trecho de 25 quilômetros, Bauru-Presidente Tibiriçá¹¹. Em outubro do mesmo ano foram inauguradas as estações de Jacutinga, no quilômetro 48, e Presidente Alves, no quilômetro 71. Em 16 de fevereiro de 1908 a comitiva presidencial inaugurou as estações Lauro Muller (km 92), Presidente Penna (km 125), Albuquerque Lins (km 151), Hector Legru (km 178) e Miguel Calmon (km 202). Ainda nesse ano foram inauguradas as estações Pennápolis (km 220) e General Glycério (km 240), e, em dezembro, a estação Araçatuba (km 281)¹². As primeiras estações foram construídas em madeira. Eram instalações rústicas e não contavam com armazém. Algumas estações, como a de Bálsamo (inaugurada posteriormente), funcionaram em vagões improvisados.

A curta distância entre as estações até Presidente Penna justifica-se pela presença de alguns fazendeiros impelidos pelo avanço dos trilhos. Já as distâncias maiores desse ponto em diante se explicam pela inexistência de ocupação das terras e pela situação financeira da companhia. As paradas eram construídas em pontos estratégicos e visavam apenas à manutenção das máquinas, já que não havia passageiros ou produção a transportar.

Em 1907, devido aos constantes atrasos e à sua delicada situação financeira, a CEFNOB perdeu a concessão do trecho de Mato Grosso. Criou-se a “nova companhia chamada Estrada de Ferro Itapura-Corumbá de propriedade da União” (GHIRARDELLO, 2002, p. 61).

¹¹ Em 1909 foi instalada a estação Val de Palmas, no quilômetro 10, e a estação Toledo Piza, no quilômetro 83. Em 1917, a chave do quilômetro 262 passou a ser estação de Birigüi.

¹² Para informações sobre as cidades do estado de São Paulo originadas a partir da CEFNOB, cf. GHIRARDELLO, 2002. Para o trecho mato-grossense, cf. QUEIRÓZ, 1997.

Após a encampação da CEFNOB, em 1917, o traçado da ferrovia sofreu retificações, a fim de amenizar curvas muito fechadas e reduzir a quilometragem. Em Hector Legru, houve a aproximação dos trilhos em direção ao córrego Patinhos, afastando-o da área central. O governo mudou o nome da ferrovia para Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB).

Em 1957, a estrada de ferro passou para o domínio da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), que manteve o transporte de passageiros até 1995, quando este foi interrompido em virtude da concorrência das estradas de rodagem. No ano seguinte, a RFFSA passou a concessão da ferrovia à Novoeste, que rebatizou a estrada de ferro com o nome da empresa e mantém o transporte de cargas (GIESBRECHT, 2006; NEVES, 1959).

A época de ouro da estrada de ferro N.O.B. correspondeu ao período de alta produtividade dos cafezais. No entanto, como afirma Azevedo,

O valor estratégico de uma estrada de ferro não se mede apenas pela sua capacidade de transporte de tropas e de seu abastecimento, mas pela função civilizadora (econômica, comercial, política e cultural) que exerce, transformando as regiões percorridas que, de terras de ninguém [...] passaram a ser poderosos centros de produção agrícola e industrial. (AZEVEDO, s.d., p. 91)

Esse foi certamente o caso da CEFNOB. Não é possível calcular quanto tempo seria necessário para que essas terras alcançassem o desenvolvimento que apresentam hoje se não fossem servidas pelos trilhos da ferrovia.

A estação de Hector Legru permaneceu no prédio de madeira até 1922, quando foi inaugurada sua nova instalação, no ponto onde hoje está locada a Câmara Municipal de Promissão. Em 1971, devido à “construção da variante Lins-Araçatuba” (GIESBRECHT, 2006), a estação foi transferida para uma região afastada do centro, atual bairro Vila N.O.B. A estação de Promissão foi desativada, mas, apesar disso e da distância entre o antigo prédio e a região central, a estrada de ferro e sua estação estão presentes na memória dos moradores

como elementos formadores do povoado de origem do município (GIESBRECHT, 2006; NEVES, 1959).

3.2.2 A Marcha Pioneira

Como vimos, a área denominada Oeste do estado de São Paulo estava, até o início do século XX, muito aquém dos limites atuais da região Oeste que conhecemos. A expansão se deu pelo movimento denominado Marcha Pioneira, fruto do desenvolvimento da civilização capitalista a partir do incremento do maquinário utilizado no beneficiamento do café e do crescente aumento do consumo desse produto pelo mercado europeu. Além desses fatores, o desenvolvimento dos meios de transporte, que permitiu o aproveitamento de terras mais distantes dos portos, e o esgotamento do solo ocupado pelos cafezais, que não recebia o tratamento necessário para a manutenção de seus nutrientes, contribuíram para o deslocamento rumo ao oeste.

A construção da CEFNOB e o empenho de companhias como a São Paulo Land, Lumber & Colonization Cia., de propriedade do Coronel Manoel Bento da Cruz, rapidamente dirigiram o fluxo de pequenos fazendeiros, sitiantes e imigrantes para Bauru e região. Segundo Azevedo (s.d., p. 79), “a Noroeste era bem ‘a terra da Promissão’”.

A rápida divisão e ocupação das terras demandou a construção de vias de comunicação entre as áreas de produção e a estrada de ferro. Assim surgiram redes de transporte fluvial e terrestre para o escoamento da produção crescente:

“‘Sôbre tais rêdes’, acrescenta Lucien Fébvre, ‘não é a geografia desde então, é a política e a história que se exprimem diretamente: trata-se de verdadeiras armaduras forjadas na matéria mais resistente possível, por homens

cuidadosos de manter e de conservar grupados os elementos construtivos de uma formação nacional””. (FÉBVRE¹³, 1912 apud AZEVEDO, s.d., p. 88)

Foi como um exército armado que os pioneiros ocuparam o Oeste. Uniram suas forças para a construção de rodovias e ampliação de pequenos trechos de ferrovias que servissem ao escoamento dos produtos agrícolas. O anúncio da alta produtividade das terras e os preços acessíveis incitavam ainda mais os compradores de pequeno e médio porte. A concorrência entre os fazendeiros médios e a escassez de mão-de-obra obrigou-os a oferecer salários “exagerados”, segundo relatório da secretaria da Agricultura (MONBEIG, 1998, p. 157).

Para os colonos interessava, além do salário maior, a possibilidade de culturas intercalares e, posteriormente, a aquisição de pequenas propriedades. Esses novos desbravadores eram o alvo de maciças propagandas de loteamentos ao norte do Paraná e também nas terras cortadas pela estrada de ferro Noroeste do Brasil.

Para Orville Derby, essa região seria o “futuro centro industrial e comercial para a população que um dia há de encher os sertões do Vale do Paraná” (DERBY apud AZEVEDO, s.d., p. 208), com represas e instalações hidrelétricas, vias fluviais, terrestres e aéreas, riquezas minerais, agrícolas e pastoris.

No entanto, a superprodução do Oeste paulista gerou a primeira crise do café, no início do século XX (1900-1905), e, conseqüentemente, levou à criação de sociedades anônimas que substituíssem a relação fazendeiros-comissários na administração das exportações.

A desaceleração da região teve uma pausa com a guerra de 1914. Os países da Europa demandavam carne frigorificada e em conserva; os paulistas voltaram a ser criadores e o desenvolvimento retornou às fazendas, associando para sempre os cafezais às pastagens no Oeste, com outros tipos de cultura, capazes de manter o homem no campo:

¹³ FÉBVRE, Lucien. La terre et l'evolution humaine. Introduction géographique à l'histoire. Paris, La Renaissance du Livre, 1912. Bibliothèque de Synthèse Historique.

A cultura de algodão e a lavoura de cereais sucederam-se à de café, disputando-lhe a primazia pelo volume de sua produção, e transformando a Noroeste, em que se multiplicavam também as fazendas de criar especialmente nos municípios de Promissão (antiga Heitor Legru), Araçatuba e Andradina, numa das mais opulentas regiões do Estado de São Paulo e mesmo do país. (AZEVEDO, s.d., p. 96)

Após a guerra, a produção cafeeira retornou com tal efervescência do mercado que, em 1924, foi criado o Instituto de Defesa do Café. Competia ao órgão garantir o preço de exportação, tomando as medidas cabíveis para a manutenção das taxas, bem como oferecer crédito aos fazendeiros para as colheitas futuras. Os empréstimos eram concedidos por bancos estrangeiros através do Banco Paulista de Crédito Agrícola. Também era sua função impedir novas crises causadas pela superprodução, como a de 1900, que quase se repetiu em 1921.

O *crack* da bolsa de Nova Iorque, em 1929, derrubou de vez os cafeicultores paulistas. A queda do valor da saca de café impossibilitou aos fazendeiros quitarem suas dívidas. Os bancos se viram proprietários de extensas fazendas pelas quais não tinham interesse. Os fazendeiros, por sua vez, apoiaram a revolução de 30, levando Getúlio Vargas ao poder, com a esperança de verem revertida a situação das zonas cafeeiras paulistas. Mas Getúlio não correspondeu a essa expectativa (MONBEIG, 1998).

O descontentamento com a política de Vargas provocou o levante revolucionário de 1932, do qual muitos jovens da região Oeste tomaram parte. Dominada a insurreição, o governo tomou medidas como a redução em 50% das hipotecas agrícolas e das dívidas e a destruição do estoque de café. Essa atitude se configurava como uma tentativa de devolver as terras aos fazendeiros, mas, ao mesmo tempo, desencorajar a produção cafeeira.

Assim, a Marcha Pioneira tomou outros rumos. Os fazendeiros que já haviam chegado ao norte do Paraná investiram na plantação de algodão, que tinha como mercados consumidores certos o Japão e a Alemanha. Essa cultura havia se iniciado nos anos de guerra, com grande sucesso. O Japão não só comprava a produção como enviava mão-de-obra para o

plântio e a colheita, capital para os investimentos necessários e navios para o escoamento do produto (MONBEIG, 1998).

Aos proprietários que ainda possuíam terras virgens além da frente pioneira como reserva de capital era possível vendê-las a colonos ou imigrantes japoneses para tentar compensar as perdas causadas pela superprodução cafeeira. Essa alternativa ocasionou a expansão do povoamento para regiões cada vez mais distantes, que iam demandando políticas públicas de investimento em infra-estrutura local e em transporte.

A chegada da Segunda Guerra Mundial não abalou São Paulo. A população urbana havia crescido, assim como a necessidade de gêneros alimentícios (arroz, café, trigo etc.), que rendiam lucros imediatos a pequenos e grandes agricultores. No entanto, a alta inflação do período de guerra elevava a cada dia o custo de vida e apontava o mercado imobiliário como a melhor opção de investimento.

Os moradores dos centros que possuíam algum dinheiro procuravam terrenos urbanos, mas também se interessavam por terras nas novas zonas, especialmente aquelas que já eram atendidas pelas vias férreas ou que se sabia o seriam. Essa nova situação valorizou as terras ainda não exploradas, apesar de ser conhecida sua baixa produtividade, dado o tipo de solo. A esses investidores isso não importava, já que essas terras serviam como refúgio para descanso e não como atividade econômica.

Ainda que o interesse desses compradores não tenha sido a produção agrícola, podemos considerar esse momento como o início de novos desbravamentos porque, além deles, fazendeiros de outras regiões, colonos e imigrantes também tomaram parte nesse novo processo de adentramento.

A constante mudança dos fazendeiros paulistas, freqüentemente se embrenhando mais a oeste, ou seja, em direção a terras ainda não desbravadas, remete, segundo Monbeig (1998), a uma psique bandeirante. Esse seria o traço identificador do povo paulista ou, até, do

elemento nacional, uma vez que tal movimento já se produzira na saída dos portugueses de sua terra natal.

De qualquer modo, verificamos que a marcha para oeste se processou em todo o continente americano, fosse em busca de riquezas ou de sobrevivência. Retomando a citação de Azevedo (s.d.) acerca da relação entre os movimentos das civilizações e o desenvolvimento das sociedades, percebemos que essa relação se repete numa alternância recíproca dos papéis de causa e efeito. Assim, se a princípio o movimento causa o desenvolvimento, logo em seguida o desenvolvimento demanda o movimento, principalmente em busca de melhores condições de vida.

4 O MUNICÍPIO DE PROMISSÃO

4.1 DADOS GEOGRÁFICOS¹

4.1.1 Localização

O município de Promissão está localizado no planalto ocidental paulista, no centro da região Noroeste. Sua área é delimitada ao norte pelo rio Tietê, ao sul pelo rio Feio e a leste e oeste pelos afluentes e subafluentes desses dois rios, totalizando uma área de 787 quilômetros quadrados. A cidade pertence à região administrativa de Bauru e à região de governo de Lins, e faz fronteira com Ubarana e Adolfo, ao norte; Getulina, ao sul; Alto Alegre, Avanhandava e Barbosa, a oeste; e Guaiçara, a leste.

4.1.2 Zona urbana

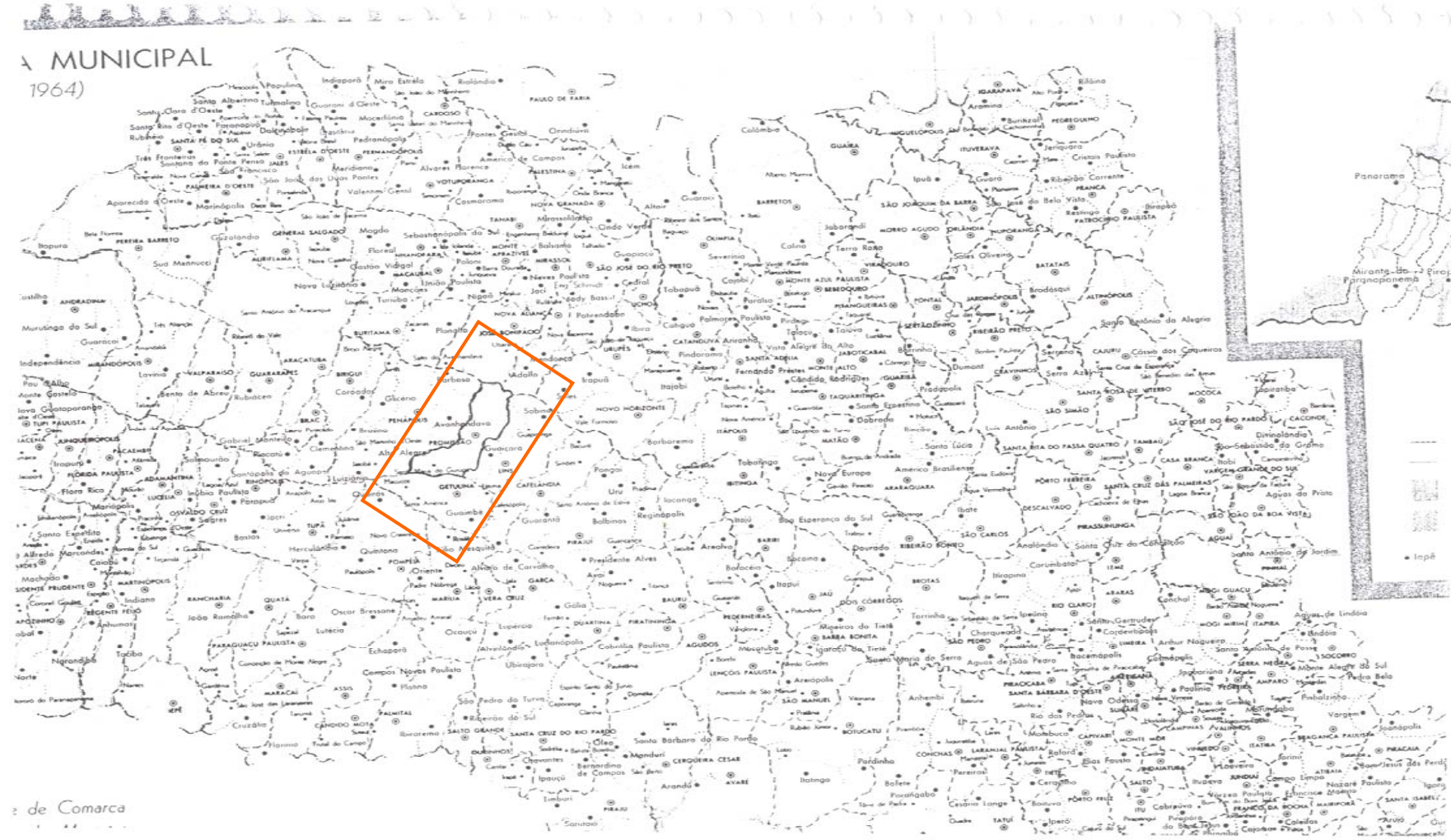
A sede do município está a 401 quilômetros de distância da capital do estado, em linha reta, e 470 quilômetros por rodovia. Suas coordenadas geográficas são: 21° 32' de latitude sul e 49° 52' de longitude a oeste de Greenwich.

4.1.3 Relevo

Sua paisagem é marcada por relevo pouco acidentado com colinas onduladas na zona rural e terreno plano na sede municipal. A altitude na sede não ultrapassa os 411 metros e a média municipal é de 425 metros.

¹ Os dados desta seção foram obtidos através de diversas fontes, a saber: **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, v. 29. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. p. 377-381; ROSA, 1978; relatórios do Seade (cf. site da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados); relatórios do IBGE, incluídos no Anexo B.

Mapa 1 - Localização do município de Promissão. Fonte: IBGE, 1975.



4.1.4 Hidrografia

O município é banhado pelos rios Tietê, Feio e Dourados, pelo ribeirão Barra Mansa e por muitos córregos, como o Antinha, o Três Ranchos e o Patinhos, além de outros de menor volume. O ribeirão dos Patos atravessa transversalmente a cidade e foi o que primeiro denominou a região conhecida como Fazenda dos Patos.

4.1.5 Temperatura

Apesar da grande quantidade de veios d'água, o clima tropical, com duas estações bem definidas e temperatura média anual igual a 27°C, caracterizado por períodos de seca e períodos de chuva forte, causa o assoreamento do solo. Foi assim que surgiu em 1974 a área conhecida como “Buracão”, ao lado da avenida Francisco Gimenes, no final da rua Goiás.

Por vezes, ocorrem geadas no inverno, com grande prejuízo para a lavoura.

4.1.6 Demografia

De acordo com o relatório do Seade, a população total em 2006 era igual a 33.266 habitantes, com densidade demográfica de 41,87 hab/km². Mas José Esdras Marques de Oliveira, diretor de Indústrias e Comércio do município, afirma com base em dados da prefeitura que esse índice não representa a realidade local, pois o número de habitantes deve estar em torno de 40 mil (informação verbal)¹.

¹ Informação fornecida por José Esdras Marques de Oliveira em 2008.

4.1.7 Economia

A base da economia de Promissão sempre foi a agricultura. Com a introdução da pecuária, motivada pela crise do café, essas duas atividades dominam o panorama econômico local, gerando grande número de empregos.

O município conta com 63 indústrias, sendo sete de médio ou grande porte. Dessas, três têm destaque na economia do estado e do país, com números representativos de exportações. São elas: Marfrig, frigorífico proprietário de marcas como Pena Branca, DaGranja e Bassi, que possui unidades espalhadas por todo o Brasil; Promilat, laticínio que pertence à rede Habib's; e Equipav, usina de álcool e açúcar, instalada há 26 anos.

4.2 COMUNICAÇÕES

4.2.1 Rodovias e transporte

Promissão se liga a Guaiçara e Lins, situada a 20 quilômetros de sua sede municipal, por meio da vicinal Kitizo Utyama. O município conta também com a vicinal Shuei Uetsuka, que faz a interligação com a rodovia Marechal Rondon e com a via de acesso Major Antônio Dinalli, que liga o centro urbano à BR 153, com destino a São José do Rio Preto.

A cidade não conta com transporte municipal urbano. Há apenas as linhas de ônibus que ligam a zona rural ao Centro e este com os municípios vizinhos. Na área central o transporte é feito por bicicletas, automóveis e moto-táxi. As ruas também favorecem as caminhadas, uma vez que possuem terreno plano e muitas árvores.

A Empresa Reunidas Paulista oferece três carros diários partindo de Promissão com destino a São Paulo, três com destino a Penápolis e um com destino a Araçatuba. Há três

carros da empresa que partem de São Paulo e passam por Promissão, todos com destino a Araçatuba.

Já a empresa Rápido Linense opera o transporte regional, oferecendo 14 carros diários com destino a Lins, passando por Guaiçara, e sete com destino a Penápolis, passando por Avanhandava.

4.2.2 Veículos de comunicação

O serviço de comunicação conta com mídia impressa e radiofônica local. Existem três jornais – *O Correio, A Cidade, A Verdade* – e duas emissoras de rádio: Rádio Cultura de Promissão e Rádio Band FM de Promissão. As outras emissoras sintonizadas emitem sinal a partir das cidades vizinhas.

4.3 DADOS HISTORIOGRÁFICOS

Os números fornecidos pelo Seade e pelo IBGE apontam que, embora seja um município pequeno e de baixa riqueza, Promissão fornece boa infra-estrutura a seus habitantes, além de ter boa participação na economia do estado, guardadas as devidas proporções³⁰. A economia, a natureza, a estrutura da cidade e a receptividade do promissense, tudo convida quem se aventura pela Noroeste.

O município de Promissão possui características muito peculiares, apesar de ter a mesma origem de outros chãos, como já vimos. Dentre as estações inauguradas em 16 de fevereiro de 1908, a que deu origem a esse município foi a única a receber o nome de um

³⁰ Ver Quadros 2 e 3, em Anexo B.

estrangeiro que sequer conhecia o Brasil. Esse dado gerou a crítica de Ghirardello acerca do processo denominativo das estações:

O exemplo mais gritante da falta de critério é a escolha do nome “Hector Legru”, na realidade “Legrou”, para a estação do quilômetro 178. Legrou, grande banqueiro belga, foi um dos financiadores da CEFNOB e jamais pisara solo brasileiro, muito menos a região, mas ainda assim recebe uma estação com seu nome. (GHIRARDELLO, 2002, p. 87)

Alguns autores, como Queiróz (1997), afirmam que Hector “Legrou” era parisiense. Ficamos com a maioria que o considera belga. Fato é que, apesar de nunca ter pisado em solo brasileiro, o banqueiro Legru (como ficou registrado) compartilhava muitos interesses financeiros com Percival Farquhar e com o engenheiro João Teixeira Soares, um dos fundadores da Noroeste e seu vice-presidente. Ainda segundo Queiróz, Hector Legru tinha outros investimentos, como ações da Empresa de Armazéns Frigoríficos, formada no Rio de Janeiro, que explicariam seu interesse no desenvolvimento do transporte férreo.

Se o nome de Legru aparece na região por ele ter financiado a obra, o nome do Coronel Manoel Bento da Cruz se perpetuou pela implantação de um projeto de divisão e venda das terras, que teve início antes da inauguração das estações:

A iniciativa mais bem-sucedida no parcelamento das terras ocorrerá na área compreendida entre as estações de Hector Legru, futura vila de Promissão, e Araçatuba, num total de 103 quilômetros pela linha. Nela imperará a posse, ou a reunião de posses, de praticamente um único proprietário, coronel Manoel Bento da Cruz. (GHIRARDELLO, 2002, p. 96)

Bento da Cruz nasceu no Rio de Janeiro, em 1875. Filho de rico comerciante português, formou-se em direito e se casou com a sobrinha dos barões de Serra Negra e Resende. Morou em várias cidades do interior de São Paulo e do Mato Grosso. Em 1905 chegou à Noroeste, no local onde seria a futura estação de Penápolis. No exercício de sua

profissão junto a fazendeiros que desejavam legalizar a situação de suas terras³¹, iniciou a construção de seu império com as propriedades que recebia como pagamento pelos serviços prestados, repassando parte dessas terras a quem lhe prestava serviços.

Isso ocorreu em Hector Legru, que foi

aberta em terras pertencentes ao agrimensor Adolfo Hecht, companheiro de Manoel Bento da Cruz e autor de várias divisões rurais. É o mesmo Bento da Cruz que, como procurador, vende as terras de sua cliente, Ludovina Pereira Rocha, a Adolfo Hecht em 20 de maio de 1909. (GHIRARDELLO, 2002, p. 150)

Foi Hecht quem iniciou o arruamento do povoado, a pedido de Bento da Cruz. As grandes parcelas de terras negociadas com médios e grandes fazendeiros atraíram colonos que logo se tornaram proprietários. Muitos desses colonos se perpetuaram na toponímia promissense, dada sua intensa participação na vida política, econômica e social da futura cidade.

Por volta de 1913, Francisco Gimenes se estabeleceu ali. Ele construiu em frente à estação a primeira residência do povoado, que serviu como hospedaria para os compradores que vinham visitar as terras. Em 1915, chegaram Olívio Pereira Ramos, Leonel Cristi e Silvério Campanelli (REYES, s.d., p. 29).

No ano seguinte, João Francisco Coelho veio de Jaboticabal, passou algum tempo em Miguel Calmon e sua primeira obra no local foi a abertura de um caminho entre os dois povoados, por onde transportou sua mudança para Legru.

Em Promissão, além de impulsionar a ocupação com o parcelamento das terras, Bento da Cruz deixou outra marca, como prefeito de Penápolis. No seu governo foi criado o Distrito de Paz de Hector Legru, circunscrição administrativa que contava com a atuação de um

³¹ Cf. Capítulo 3 deste trabalho, que aborda a Lei de Terras.

subprefeito e de um ou mais juízes de paz, responsáveis pela oficialização de casamentos e divórcios e pela emissão de certidões de óbito, entre outras.

A solenidade de instalação do distrito, em 17 de março de 1920, foi de suma importância para a toponímia local. Foi nessa ocasião que Bento da Cruz citou a sugestão do Coronel João Francisco Coelho, seu partidário e morador mais influente de Legru, de mudar o nome do distrito.

A substituição foi feita em 30 de setembro de 1921, pela Lei nº 1.787-A. Dois anos mais tarde, dado o significativo desenvolvimento do distrito, o presidente do estado, Washington Luís Pereira de Sousa, criou o município de Promissão pela Lei nº 1.934, de 29 de novembro de 1923 (REYES, s.d., p. 35).

Segundo registros no livro do tombo (nº 1, p. 1-2), quando o padre Raymundo Rodolpho Correia assumiu a recém-criada paróquia de Nossa Senhora Aparecida da Promissão, em 26 de julho de 1925, o prédio da igreja estava inacabado e o andamento da obra, a cargo do Coronel João Francisco Coelho, que já tinha erguido a capela de São Francisco.

A grande arrecadação da paróquia com a quermesse de 1931 possibilitou a compra de “um terreno de 40 X 40 m na esquina da avenida Pernambuco com a rua Bahia, destinado à construção de uma nova Matriz” (livro do tombo nº1, p. 13). O novo templo foi inaugurado em 24 de dezembro de 1941. O antigo prédio, que ficava na avenida Esplanada, atual avenida Júlio Prestes, foi demolido em 1963.

Outra grande instalação foi o Jardim Público Municipal, inaugurado em 14 de julho de 1928, na gestão do prefeito Antônio Figueiredo Navas (1926-1928). Até essa data, as comemorações e manifestações político-sociais se realizavam na antiga avenida Esplanada e no espaço ao lado da antiga estação. Com a construção dessa praça, os eventos se transferiram para lá.

Com a crise de 1929, Promissão, assim como outras cidades do estado, se viu obrigada a diversificar sua agricultura com o fomento do cultivo de subsistência, ainda presente, e as plantações de milho, arroz e, principalmente, cana-de-açúcar. As décadas de 40 e 50 representaram o período de ouro do município.

Os jovens da época, filhos de colonos que muito lutaram para alcançar melhores condições de vida, saíram para estudar nos grandes centros. Poucos retornaram ao município, devido às escassas vagas em áreas especializadas. O trabalho no campo foi aos poucos entregue a empregados oriundos de outras cidades, dando início a nova ocupação.

Ainda encontramos descendentes daquelas primeiras famílias. Acreditamos na necessidade de reavivar a memória dos habitantes de Promissão e lançar uma reflexão sobre a identidade do grupo promissense dentro do contexto estadual, partindo da compreensão de seu denominativo e da construção do sentido deste nome ao longo do processo histórico de que a constituição do município é fruto.

5 ANÁLISE DO *CORPUS*

O *corpus* do presente trabalho é formado pelos nomes do município de Promissão e de três de seus bairros com os respectivos logradouros. O recorte do *corpus* foi definido a partir da localização da estação de trem e compreende os bairros Vila Velha, Vila N.O.B. e Centro. Neste bairro, encontramos o Jardim Antônio Ferreira Grama que se caracteriza como uma vila particular, não constituindo outro bairro.

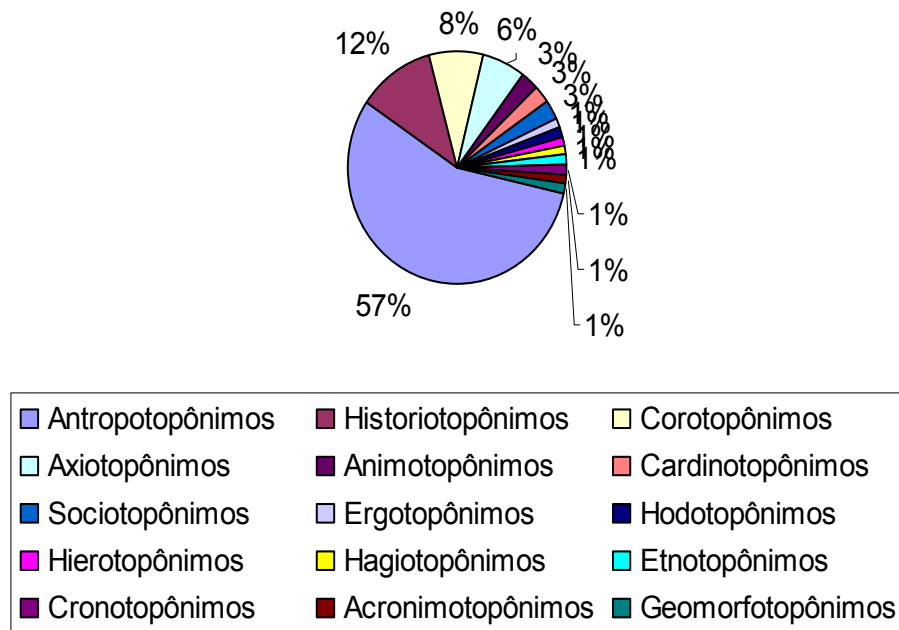
A divisão sistemática das terras realizada pelos arruadores gerou a configuração retilínea dos logradouros. As avenidas seguem horizontalmente, paralelas à antiga esplanada, e as ruas se apresentam verticalmente, perpendiculares às avenidas.

5.1 ANÁLISE QUANTITATIVA

O *corpus* é composto por 77 topônimos. Destes, 18 se aplicam a avenidas, 41 a ruas, 10 a praças, 3 a bairros, 2 a alamedas, 1 a travessa, 1 a jardim e 1 ao município, como foi sistematizado na Tabela 1, que apresenta o *corpus*.

A classificação segundo a taxionomia de Dick revelou o predomínio de antropotopônimos, representando 57% do total de nomes, seguidos pelos historiotopônimos (12%), corotopônimos (8%) e axiotopônimos (6%). As demais classes têm baixa frequência, como é possível visualizar na Figura 1 a seguir.

Figura 1 - Classificação taxionômica do *corpus*



Esses dados apontam a tendência à homenagem de indivíduos e o abandono da motivação religiosa. Essa mudança no critério de seleção toponímica se explica pela transformação na perspectiva de realização pessoal no século XVIII³², e pela relação entre essa nova perspectiva e a situação em que se originou o povoado.

Os números, então, retratam a contextualização do município no influxo histórico de que é produto. Nesse contexto, é importante ressaltar que qualquer análise quantitativa carece de respaldo qualitativo para validar seus resultados, sem o qual se corre o risco de inferir uma série de valores inexpressivos em relação à realidade lingüística do grupo a partir do qual selecionamos o *corpus*.

³² Cf. Capítulo 1 deste trabalho.

Tabela 1 - Apresentação do *corpus*

Qt.	Localização	Acidente	Tipo	Topônimo	Classificação	Observações
1	São Paulo	Município	AH	Promissão	Animotopônimo	Anteriormente Hector Legru
2	Promissão	Bairro	AH	Vila Velha	Cronotopônimo	Também chamada de Hector Legru
3	Vila Velha	Avenida	AH	Acre*	Corotopônimo	Estado brasileiro
4	Vila Velha	Avenida	AH	Artur Franco	Antropotopônimo	Primeiro prefeito
5	Vila Velha	Avenida	AH	Francisco Gimenes	Antropotopônimo	Construiu a primeira residência
6	Vila Velha	Avenida	AH	Paraíba	Corotopônimo	Estado brasileiro
7	Vila Velha	Praça	AH	Ipiranga	Historiotopônimo	Homenagem à Independência do Brasil
8	Vila Velha	Rua	AH	Campos Salles *	Antropotopônimo	Homenagem ao presidente do estado
9	Vila Velha	Rua	AH	Ceará	Corotopônimo	Estado brasileiro
10	Vila Velha	Rua	AH	Francisco Martin Romera	Antropotopônimo	Desbravador, teve grande participação social e política
11	Vila Velha	Rua	AH	Guarani*	Etnotopônimo	Homenagem ao povo guarani
12	Vila Velha	Rua	AH	Hector Legru	Antropotopônimo	Banqueiro que financiou a CEFNOB
13	Vila Velha	Rua	AH	Jonas de Freitas	Antropotopônimo	Desbravador
14	Vila Velha	Rua	AH	José da Silva Barbosa*	Antropotopônimo	Médico de importante participação no setor de saúde
15	Vila Velha	Rua	AH	Josefina Vasconcelos de Freitas	Antropotopônimo	Ex-funcionária do correio; moradora desta rua
16	Vila Velha	Rua	AH	Padre José de Anchieta*	Historiotopônimo	Homenagem
17	Vila Velha	Rua	AH	Rodrigo Monteiro	Antropotopônimo	Desbravador, fundador de V. Dinízia
18	Vila Velha	Rua	AH	Tiradentes*	Historiotopônimo	Homenagem
19	Promissão	Bairro	AH	Vila N.O.B.	Acronimotopônimo	Influência da estação
20	Vila N.O.B.	Avenida	AH	Esplanada*	Geomorfotopônimo	Refere à morfologia
21	Vila N.O.B.	Praça	AH	Expedicionários	Sociotopônimo	Homenagem aos promissenses que lutaram na Segunda Guerra

Continua

Continuação

Qt.	Localização	Acidente	Tipo	Topônimo	Classificação	Observações
22	Vila N.O.B.	Rua	AH	Jácomo Pavoni	Antropotopônimo	Desbravador
23	Vila N.O.B.	Rua	AH	Oswaldo J. Barros	Antropotopônimo	Morador
24	Vila N.O.B.	Rua	AH	Romílio Aimoni Girodo	Antropotopônimo	Morador
25	Promissão	Bairro	AH	Centro	Cardinotopônimo	Refere ao núcleo econômico e social
26	Centro	Avenida	AH	Ademar de Barros **	Antropotopônimo	Governador do estado
27	Centro	Avenida	AH	Bandeirantes	Historiotopônimo	Homenagem aos conquistadores do Oeste
28	Centro	Avenida	AH	Ernesto Monte	Antropotopônimo	Ex-prefeito de Bauru
29	Centro	Avenida	AH	Esperanto	Ergotopônimo	Refere à língua Esperanto
30	Centro	Avenida	AH	Eurico Gaspar Dutra **	Antropotopônimo	Presidente da República
31	Centro	Avenida	AH	José Orlando Pereira	Antropotopônimo	Vice-prefeito em 1929
32	Centro	Avenida	AH	Julio Prestes	Antropotopônimo	Político ligado ao movimento de 32
33	Centro	Avenida	AH	Minas Gerais	Corotopônimo	Estado brasileiro
34	Centro	Avenida	AH	Noroeste	Cardinotopônimo	Refere ao caminho da estrada de ferro
35	Centro	Avenida	AH	Pedro de Toledo **	Antropotopônimo	Político ligado ao movimento de 32
36	Centro	Avenida	AH	Rio Grande	Corotopônimo	Estado brasileiro
37	Centro	Avenida	AH	Silvano Faria	Antropotopônimo	Desbravador, primeiro oficial do Registro Civil
38	Centro	Avenida	AH	Washington Luis **	Antropotopônimo	Governador do Estado que criou o município
39	Centro	Praça	AH	1 de Maio	Historiotopônimo	Instalação do primeiro governo municipal
40	Centro	Praça	AH	da Bíblia	Hierotopônimo	Homenagem a religiões que cultuam a Bíblia
41	Centro	Praça	AH	João XXIII	Antropotopônimo	Papa
42	Centro	Praça	AH	Milton Ferreira Grama	Antropotopônimo	Político local de família influente
43	Centro	Praça	AH	Nove de Julho	Historiotopônimo	Homenagem aos voluntários de 1932
44	Centro	Praça	AH	Rotary	Sociotopônimo	Praça mantida por esta instituição
45	Centro	Praça	AH	Zumbi	Historiotopônimo	Homenagem ao líder negro

Continua

continuação

Qt.	Localização	Acidente	Tipo	Topônimo	Classificação	Observações
46	Centro	Rua	AH	Adelino Marques	Antropotopônimo	Funcionário público, criador do brasão
47	Centro	Rua	AH	Afonso Pena **	Antropotopônimo	Presidente da República
48	Centro	Rua	AH	Baltazar Rodrigues	Antropotopônimo	Desbravador
49	Centro	Rua	AH	Bento da Cruz	Antropotopônimo	Prefeito de Penápolis e empresário
50	Centro	Rua	AH	Cel. João Francisco Coelho	Axiotopônimo	Influente político local
51	Centro	Rua	AH	Conselheiro Antônio Prado	Axiotopônimo	Esteve na inauguração da estação
52	Centro	Rua	AH	D. Pedro I	Historiotopônimo	Homenagem
53	Centro	Rua	AH	D. Pedro II	Historiotopônimo	Homenagem
54	Centro	Rua	AH	da Saudade	Animotopônimo	Refere ao cemitério e ao passado da N.O.B.
55	Centro	Rua	AH	Dante Rocchi	Antropotopônimo	Prefeito
56	Centro	Rua	AH	do Beco	Hodotopônimo	Refere o antigo caminho sem saída
57	Centro	Rua	AH	Dr. Bruno Sammarco	Axiotopônimo	Prefeito
58	Centro	Rua	AH	Dr. Gomes Neto	Axiotopônimo	Juiz de Direito, diretor da Casa de Menores
59	Centro	Rua	AH	Dr. Uetsuka	Axiotopônimo	Líder dos imigrantes japoneses
60	Centro	Rua	AH	Érico de Abreu Sodré	Antropotopônimo	Superintendente do Banco Bandeirantes
61	Centro	Rua	AH	Eugênio Bonadio	Antropotopônimo	Desbravador
62	Centro	Rua	AH	Genaro Samarco	Antropotopônimo	Desbravador, pai de Bruno Sammarco
63	Centro	Rua	AH	Gentil Moreira	Antropotopônimo	Desbravador, influente comerciante
64	Centro	Rua	AH	José Antônio de Melo	Antropotopônimo	Fundador da V. Carioca
65	Centro	Rua	AH	Lúcio Raimundo do Prado	Antropotopônimo	Político influente
66	Centro	Rua	AH	Miguel Martin Gualda	Antropotopônimo	Prefeito, filho de Francisco M. Romera
67	Centro	Rua	AH	Olívio Pereira Ramos	Antropotopônimo	Primeiro juiz de paz
68	Centro	Rua	AH	Roberto Simonsen **	Antropotopônimo	Homenagem ao economista
69	Centro	Rua	AH	Roque Francisco da Cunha	Antropotopônimo	Funcionário público, tocava na banda
70	Centro	Rua	AH	Santo Antônio	Hagiotopônimo	Antiga estrada para chácara Sto. Antônio

Continua

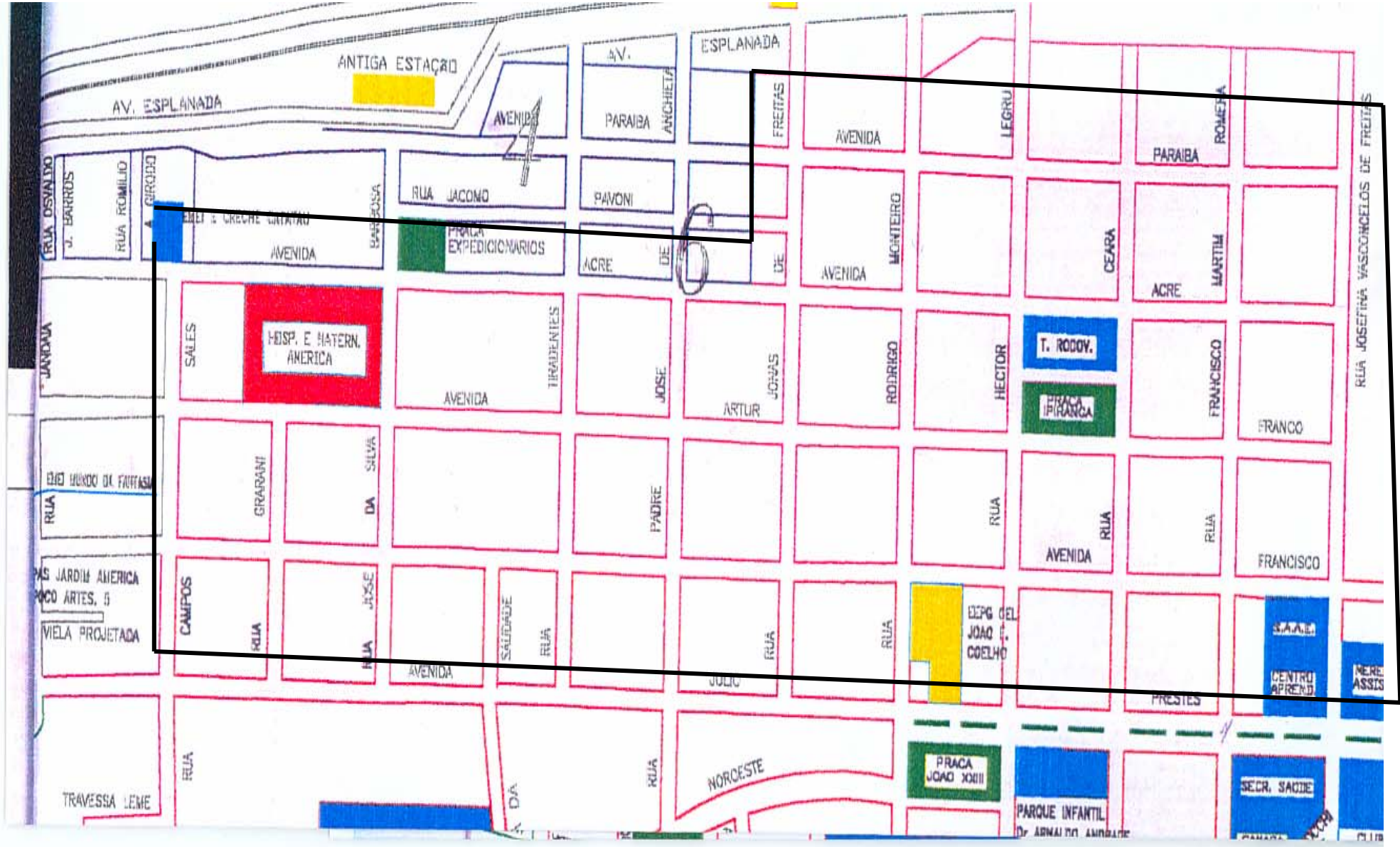
conclusão

Qt.	Localização	Acidente	Tipo	Topônimo	Classificação	Observações
71	Centro	Rua	AH	São Paulo	Corotopônimo	Estado brasileiro
72	Centro	Rua	AH	Sassaichi Mazaki	Antropotopônimo	Influente dentro do grupo japonês
73	Centro	Travessa	AH	Maira	Antropotopônimo	Moradora
74	Centro	Jardim	AH	Antônio Ferreira Grama	Antropotopônimo	Desbravador, dono da Incomadeiral e
75	Centro – Jd. A.F.G.	Alameda	AH	Antônio Ferreira Grama	Antropotopônimo	pai do ex-prefeito Ivo F. Grama
76	Centro – Jd. A.F.G.	Alameda	AH	Iva Sartori Grama	Antropotopônimo	Moradora; família influente
77	Centro – Jd. A.F.G.	Praça	AH	Nilton R. Ferreira Grama	Antropotopônimo	Morador; família influente

* Estas ruas e avenidas atravessam os três bairros, mas foram listadas em apenas um deles.

** Foram classificados desta maneira segundo os critérios expostos na metodologia e por não estarem acompanhados de títulos que pudessem enquadrá-los em outra taxa.

Mapa 2 - Logradouros do bairro Vila Velha, município de Promissão. Fonte: Planta da cidade de Promissão, 2003



5.2 ANÁLISE QUALITATIVA

5.2.1 O distrito de Hector Legru: a Terra da Promessa

Como vimos, o nome da estação ferroviária Hector Legru, centro irradiador da ocupação daquelas terras, estendeu-se ao povoado e posteriormente ao distrito. Reflexo da mentalidade do fim do Império e início da República, período em que o topônimo foi marcado pelas homenagens de cunho político e econômico. Nesse sentido, a primeira denominação com a qual nos deparamos está em perfeita consonância com a toponímia de São Paulo e do país, haja vista que o nome do banqueiro belga se repetiu em Santa Catarina, sendo posteriormente substituído ali pelo do engenheiro Eugênio de Mello.

A substituição do nome Hector Legru por Promissão, em 1921, pode ser justificada pela influência de interesses econômicos do grupo que comercializava terras na região, composto por amigos e partidários do prefeito de Penápolis, Coronel Manoel Bento da Cruz. No entanto, podemos verificar, pela análise da ocupação do solo e da formação do grupo, que há no novo denominativo a expressão do desejo de realização de potencialidades individuais:

[...] lembrando o coronel, a necessidade de mudar-lhe o nome para Promissão, pois Hector Legru, financista belga que emprestara o dinheiro para a construção da linha Noroeste, nada significava em relação à fertilidade das terras e nenhuma relação histórica possuía com sua auspiciosa povoação. (MARTINS, 1968, p. 144)

A seleção do signo promessa – na definição de Houaiss (2001, p. 2.310): “séc. XIII. 1. ato ou efeito de prometer; promessa (Canaã é chamada na Bíblia de Terra da Promissão) 2. por ext. coisa prometida” – implicou a observância do significado daquelas terras para os moradores, estabelecendo uma relação entre o signo lingüístico e os anseios da população.

Não podemos nos esquecer de que as expectativas daqueles homens foram forjadas dentro de um contexto histórico e socioeconômico desolador, como foi exposto no Capítulo 3 deste trabalho. O motivo que impulsionava aqueles fazendeiros, colonos e comerciantes era o

mesmo que impulsionara, séculos antes, os bandeirantes: o enriquecimento. A busca por ouro e esmeraldas esgotou as minas. Agora a riqueza viria por meio da agricultura do café, e as terras do recém-criado distrito apontavam um futuro promissor para essa cultura.

A sujeição dos indivíduos aos mesmos processos sociais gera uma identidade grupal, também chamada *self*, que opera sobre as realizações humanas diárias. O topônimo funciona como um representante ou símbolo desse *self* e, como afirma Benveniste (2005, p. 29), “a transformação simbólica dos elementos da realidade ou da experiência em conceitos é o processo pelo qual se cumpre o poder racionalizante do espírito”.

Dessa forma, a carga semântica do topônimo Promissão referencializa o “conhecimento” do grupo sobre o espaço que habita, no sentido aferido por Arnauld e Lancelot e Arnauld e Nicole, abordado no Capítulo 1 desta dissertação. Essa referência é ratificada miticamente pelo epíteto da cidade: “a Canaã da Noroeste”. A identificação com o mito bíblico da Terra Prometida descortina a esperança do denominador. É preciso lembrar que a reverência aos santos e apóstolos foi durante séculos a marca da onomástica dos grupos católicos, revelando a crença na proteção do santo pela doação de seu nome a um indivíduo ou lugar.

O que verificamos, no entanto, no caso de Promissão, é um fenômeno de outra ordem. Atentemos ao fato de que essa cidade se formou num período em que a Igreja não era mais a tutora da administração pública nem o centro irradiador da ocupação da terra. O município não se originou a partir da capela, mas sim da estação de trem e do interesse de negociantes de terras. Esse dado já coloca a cidade num divisor de processos geradores de nomes. A esperança contida na escolha do nome não diz respeito à proteção divina, como acontecia anteriormente; ela remete à crença na força criadora da palavra proferida e repetida e na transposição de atributos entre seres e lugares pela utilização da mesma denominação. Esse processo denominativo poderia ser relacionado ao que Foucault (1981, p. 40) chamou de

simpatia: atração entre as coisas por características exteriores e visíveis, que seria, neste caso, a atração pelos nomes.

A substituição do topônimo pode ser explicada como uma reflexão do grupo sobre o espaço e sua representatividade para os indivíduos, capaz de suscitar determinada seleção paradigmática. Como ressalta Sapir (1969), a relevância de determinado traço ambiental dentro da sociedade pode determinar maior variedade e especificidade no campo lexical correspondente, sem, contudo, incorrer em variações morfossintáticas.

Outro fator a ser considerado é o critério de distinção entre os seres, surgido no século XVII com as ciências naturais (FOUCAULT, 1981). Esse critério considera a identidade e a diferença entre os indivíduos. Os seres que contêm em si as mesmas identidades, e que não comportam diferenças, recebem o mesmo nome. Os seres que não possuem identidades entre si e apresentam muitas diferenças recebem nomes diferentes. Assim, dentro de um quadro de correlações, o nome une e desune tanto indivíduos como lugares.

No momento da renomeação de Hector Legru, houve a intenção de evidenciar a identidade do crescente distrito com a cidade bíblica repleta de dádivas e, ao mesmo tempo, evidenciar a distinção em relação a suas vizinhas, pelos valores morais e econômicos contidos no signo lingüístico promessa. Seguindo o pensamento de Ricouer (1991), o reconhecimento mútuo dos indivíduos que compartilham valores morais, história, heróis e desejos opera ativamente para a construção do *self* do grupo.

Temos então uma dupla função do signo toponímico Promissão. Num primeiro momento, ele operou como um produto do *self* grupal, selecionado dentre uma variedade de lexias de representação eufemística para expressar o *ethos* do grupo. O nome foi ratificado pelo epíteto “Canaã da Noroeste”, que, por sua vez, remete à história da estrada de ferro e à esperança no progresso da região. Mas ele também opera como construtor do *self* grupal, já que, ao desvendarmos os elementos envolvidos na seleção toponímica no momento da

nomeação, somos capazes de identificar os valores morais e as características histórico-sociais do grupo denominador, ou seja, sua “personalidade”.

5.2.2 Os bairros e logradouros

5.2.2.1 Vila Velha

O povoado de Hector Legru iniciou seu desenvolvimento na área entre a estação e o córrego Patinhos, também chamada “parte baixa”¹. Tendo em vista que os córregos e riachos correm nas partes mais baixas do terreno, a umidade do solo torna essa área insalubre, com maior proliferação de insetos.

Como as estações eram instaladas perto dos veios d’água para garantir a manutenção das máquinas, geralmente o povoado ocupava a parte alta, mas no caso de Promissão a distância entre a estação e o córrego permitiu que o povoado se estabelecesse nesse espaço intermediário, apesar das condições do terreno. Com a alteração do traçado da ferrovia e a mudança da estação para mais perto do córrego, em 1971, essa região ficou ainda mais desvalorizada.

Por volta de 1940, o comércio já havia se transferido para a “parte alta”, próximo ao local onde foi construída a nova igreja matriz. O abandono gradual da primeira zona urbana e a troca do nome do distrito levou a uma divisão denominativa. Segundo a professora Reyes (informação pessoal)², por volta da década de 60 esse lugar ainda era chamado de Hector Legru, em oposição à nova zona comercial, reconhecida como Promissão.

Na planta da cidade, oferecida pelo Departamento de Obras, encontramos o topônimo Vila Velha em referência àquele local. Sua configuração apresenta um recorte referente ao

¹ Cf. Mapa 2.

² Informação fornecida pela profa. Maria Regina Reyes em 2008.

bairro Vila N.O.B. Seu limite horizontal, a partir da avenida Francisco Gimenes para baixo (em direção ao córrego Patinhos) até a avenida Acre, é mais extenso, indo da rua Campos Sales até a rua Josefina Vasconcelos de Freitas. No entanto, a partir da avenida Acre até a avenida Paraíba, sua extensão vai da rua Jonas de Freitas até a rua Josefina Vasconcelos de Freitas.

O significado do topônimo Vila Velha é facilmente compreendido quando se conhece a história do município. Esse é um denominativo recorrente em antigos centros urbanos cujas atividades comerciais e sociais foram transferidas para outra localidade. A relação dos topônimos Vila Velha e Centro pode ser representada da seguinte maneira:

Vila Velha	≠	Centro
=		=
Centro (antigo)	≠	Vila Nova

A carga semântica desse topônimo é reforçada pela área toponímica constituída pelos nomes de seus logradouros. Embora muitos topônimos tenham sido substituídos, nesse bairro encontramos corotopônimos³ remanescentes da primeira fase de doação dos nomes: ruas Acre e Paraíba, avenida Ceará.

Datam dessa época também os historiotopônimos Padre José de Anchieta e Tiradentes, o antropotopônimo Campos Salles, além de homenagens às duas principais etnias indígenas presentes na formação do Brasil – tupis e guaranis (hoje existe apenas a rua Guarani). O historiotopônimo Ipiranga, homenagem à Independência do Brasil, apareceu posteriormente, substituindo o topônimo Paineiras. Percebemos o reforço à memória de certos eventos pela

³ Cf. Mapa 2.

repetição de nomes a eles relacionados, como Tiradentes e Ipiranga, cujo vínculo pelo movimento libertário pode evidenciar uma tendência grupal.

Essa classe de motivações é recorrente por todo o país e atesta o caráter identitário do grupo com o meio em que está inserido. Elas evidenciam a participação de diferentes grupos nos mesmos eventos e a forma como esses eventos foram racionalizados pela sociedade. Assim, é uma maneira de os habitantes “reconhecerem-se com”⁴ os demais grupos com que se relacionam e criar as próprias referências.

As substituições vão possibilitando a construção de novas áreas toponímicas, estabelecendo relações, não só dos nomes entre si, mas deles com seu entorno, definidas pelo critério sócio-temporal e histórico.

O topônimo Tupi foi substituído por José da Silva Barbosa, figura importante na história do serviço de saúde local. Ele ajudou na construção do Centro de Puericultura e do Lactário Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Também compôs a Comissão Estatutária da Santa Casa de Promissão na segunda tentativa de instalação do serviço (REYES, s.d.). O primeiro intento foi frustrado e as instalações foram entregues à administração estadual, que as transformou no Hospital Geral de Promissão (REYES, s.d.; BARRERA, s.d.).

A Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Promissão foi fundada em 12 de agosto de 1970, mas a inauguração se deu no dia 18 de agosto de 1996, já com o nome de Hospital e Maternidade América (REYES, s.d.; BARRERA, s.d.). O nome de José da Silva Barbosa ficou registrado ao lado deste serviço de saúde, por haver concentrado os maiores esforços da comunidade para seu estabelecimento, com o qual ele próprio contribuiu.

Encontramos, ao lado desse antropônimo, outros que remetem aos primeiros desbravadores daquele sertão: Francisco Gimenes, Francisco Martin Romera, Jonas de Freitas e Rodrigo Monteiro.

⁴ Cf. RICOEUR (1991), p. 147.

A partir de 1913, Jonas de Freitas, de quem constam poucas informações, e Francisco Gimenes se estabeleceram na localidade. Esse último construiu a primeira casa residencial, que serviu por algum tempo como hospedaria para quem ia comprar terras. Esse prédio estava localizado na avenida Rio de Janeiro, onde seu nome ficou registrado a partir de 1952 (REYES, 2008). No entanto, já em 1919, quando da solenidade de instalação do distrito, o prefeito de Penápolis, Coronel Bento da Cruz, indicara que ele fosse homenageado, dado seu grande auxílio para o progresso do povoado (REYES, s.d.).

Nessa época, outras áreas pouco distantes da estação já estavam ocupadas e produzindo. Os desbravadores dessas terras, embora não compartilhassem da rotina da vila, perpetuaram seus nomes na toponímia local, como é o caso de Rodrigo Monteiro: o Coronel Rodrigo Monteiro Diniz Junqueira foi responsável pelo arruamento e desenvolvimento da Vila Dinízia, atual distrito que pertence a Promissão (REYES, s.d.). O reconhecimento de seu trabalho e de sua forte influência na economia local nas décadas de 20 e 30 explica a denominação tão distante da área em que ele vivia.

Ainda por volta de 1918 chegou Francisco Martin Romera. Os primeiros rumores de guerra na Europa fizeram com que ele deixasse Sevilha, acompanhado de sua família. Estabeleceu-se em Bebedouro e depois foi para Promissão como colono. Após três anos comprou o sítio onde trabalhava e aos poucos foi ampliando seu patrimônio. Sua residência era na Fazenda São Francisco. Lá, Martin Romera recebeu os soldados constitucionistas, em 1932, amparando-os com refeições e medicamentos, e deixou seu nome registrado na história política e social da cidade, como atestam Barrera (s.d.) e Bonadio (informação pessoal)⁵.

Além desses pioneiros, encontramos, imortalizado na Vila Velha, o primeiro prefeito de Promissão, Artur Franco. A homenagem ao político foi prestada em 1951, com a nomeação da segunda paralela à avenida Ademar de Barros, hoje região central. Em 1971, o topônimo

⁵ Informação fornecida por Suseli Martin Gualda Bonadio, em 2008.

foi substituído por Esperanto e, dois anos mais tarde, Artur Franco ressurgiu no bairro Vila Velha (REYES, 2008), paralelamente aos seus contemporâneos.

Há motivos para acreditar que os limites da Vila Velha abrangiam os da Vila N.O.B., mas a ausência de oficialização dos nomes e de cartas mais antigas, além da constante alteração dos limites dos bairros e vilas, não permitem essa afirmação. De fato, os limites da Vila Velha estão se perdendo: segundo Octávio Augusto Parreira Cardoso, diretor administrativo da prefeitura de Promissão (informação pessoal)⁶, um pequeno trecho desse bairro, entre as ruas Ceará e Josefina Vasconcelos de Freitas, é atualmente conhecido pelo topônimo Paineiras, embora este não conste da planta da cidade.

O fato é que esse topônimo já existiu no bairro. Era o nome da atual praça Ipiranga, que compreendia também a área da rodoviária (BARRERA, s.d.) e o largo de São Benedito. Nesse largo está a primeira capela do distrito, a Capela de São Francisco. As paineiras que dominavam a paisagem do lugar foram derrubadas, mas o grande número de exemplares dessa árvore nos arredores da rodoviária está reavivando esse topônimo.

Há também nesse bairro referências a moradores pouco conhecidos. É o caso do topônimo Josefina Vasconcelos de Freitas, que em 1993 substituiu o nome Piauí, devido ao falecimento da ex-funcionária dos Correios. Essa renomeação evidencia uma atitude pouco refletida sobre os critérios de nomeação, por se tratar de homenagem significativa para um grupo muito restrito de habitantes, se não apenas ao grupo familiar.

O que percebemos pela conjugação desses dados é que a Vila Velha foi durante alguns anos o centro econômico, social e cultural do povoado. As manifestações populares, próprias das praças públicas, aconteciam “[...] na avenida fronteira à estação, fato este reforçado pela existência de um coreto junto à área pertencente à ferrovia, ao lado da estação” (GHIRARDELLO, 2002, p. 196). Também era ali que “aos domingos nos horários dos trens,

⁶ Informação fornecida por Octávio Augusto Parreira Cardoso, em 2008.

a Estação se transformava num verdadeiro *footing*, cheio de flertes e paqueras com os passageiros” (BARRERA, s.d.).

O magnetismo da estrada de ferro sucumbiu ao crescimento das estradas de rodagem impulsionadas pela indústria automotiva. Para a Vila Velha, a transferência do comércio e posteriormente da N.O.B. significou o apagar das luzes sobre o palco social. Em 1996 ainda havia confusão sobre os limites entre esse bairro e a Vila América, haja vista que esta influenciou a escolha do nome do Hospital e Maternidade América.

O topônimo inicial do município, Hector Legru, apresenta uma trajetória marcada pela ascensão e queda de seu valor de representação social, semelhante ao que ocorreu com o bairro em que se insere. Ele surgiu como referencial de uma estação, devido à ausência de motivadores locais para a denominação⁷; estendeu-se ao povoado, depois ao distrito, e paulatinamente foi perdendo força no ideário local, à medida que a comunidade foi tecendo sua história e sua imagem. Por alguns anos foi denominativo do bairro; hoje, a lembrança de Hector Legru sobrevive na rua de entrada da área urbana para os que chegam à cidade de ônibus, e constitui um “fóssil toponímico”.

5.2.2.2 Vila N.O.B.

A estação de Promissão foi transferida para uma região pouco valorizada, mais próxima ao córrego Patinhos. O entorno da nova estação foi modificado pela rotina da ferrovia e pelo conjunto de construções de propriedade da EFNOB. Eram galpões, armazéns e casas de funcionários, todos locados em um pequeno trecho de cerca de nove quadras. A nova paisagem, saturada de elementos constituintes do universo ferroviário, sugere, metonimicamente, a denominação N.O.B.

⁷ Cf. GHIRARDELLO (2002), p. 87, citado no Capítulo 4 desta dissertação.

Sob esse signo toponímico há a identificação do denominador com o movimento do trem que traz em si a vida da comunidade. É esse movimento que garante a importação e exportação de víveres. Mas, ao mesmo tempo, sua decadência dentro do sistema de transportes do estado elimina a imagem glamourosa das estações do passado.

O denominativo se apresenta como um descritor da conjunção dos elementos constituintes da paisagem local: todos os caracteres físicos e humanos do bairro – as instalações da ferrovia e os moradores – são abarcados pelo nome da estrada de ferro. Assim, ao contrário de outros empreendimentos e projetos sociais que perpetuaram seus nomes na carta geográfica da cidade e também na memória dos falantes, a ocorrência do topônimo Vila N.O.B., no discurso, diminuiu após o encerramento do serviço de transporte de passageiros, a redução dos trens de carga e a troca do denominativo da ferrovia, em 1996, para Novoeste e a desativação da estação.

Essa área é citada por muitos informantes como pertencente à Vila América, um bairro vizinho, que na representação cartográfica se assemelha a um recorte num retângulo maior, a Vila Velha. Essa observação se embasa no fato de encontrarmos na Vila N.O.B. os prolongamentos das avenidas Acre e Paraíba e das ruas Padre José de Anchieta, Tiradentes e José da Silva Barbosa, estudadas junto à Vila Velha.

Além desses logradouros, o bairro conta com as ruas Osvaldo J. de Barros, Romílio Aimoni Girodo e Jácomo Pavoni, a praça Expedicionários e a avenida Esplanada. Os dois primeiros topônimos revelam homenagens a moradores locais que faleceram logo após a abertura das vias, de acordo com Borgo (informação pessoal)⁸. Sabemos que Romílio Aimoni Girodo foi motorista da linha Lins-Promissão da Empresa Rápido Linense e sua esposa, funcionária da Escola Estadual Miguel Couto. Essas nomeações são homenagens de âmbito muito restrito, semelhantes ao caso da rua Josefina Vasconcelos de Freitas.

⁸ Informação fornecida pelo prof. José Augusto Borgo em 2008.

Já a família Pavoni exerce forte influência na onomástica promissense. Pavoni, o patriarca, foi o responsável pelas expressivas safras de café do distrito e contava muitas terras na região do córrego dos Patos, próximas ao atual bairro Parque Industrial. Muitos são os estabelecimentos comerciais conhecidos apenas pelo apelido dessa família, até mesmo na cidade de Lins, embora pertençam a diferentes membros, como afirma Catardo (informação pessoal)⁹.

Ainda encontramos nesse bairro dois denominativos de outra taxa. O primeiro é Expedicionários, que se caracteriza como uma homenagem aos jovens Osvaldo Geremias, Geraldo Moura Andrade, Armando Ferracioli e Filogônio José de Oliveira, que lutaram na Segunda Guerra Mundial (BARRERA, s.d.).

O outro denominativo, o último a ser apresentado dentre os topônimos desse bairro, é o geomorfotopônimo Esplanada. Segundo Houaiss (2001, p. 1.234): “s.f. 1. terreno plano, largo, extenso, em frente a uma fortificação ou a um edifício importante; largo, praça. 2. sítio elevado e aberto de onde se tem boa visão; chapada, altiplano, platô”. Esse topônimo, atribuído à avenida em frente à antiga estação, foi trazido para a Vila N.O.B. com a mudança da ferrovia. Ele fora referencial da atual avenida Júlio Prestes, localizada em frente à antiga estação. Esse dado evidencia sua forte relação com o universo da estrada de ferro por questões geográficas e lingüísticas, sendo comum encontrar esse denominativo em paisagens semelhantes a essa. O nome Esplanada está incluso no campo semântico do nome N.O.B., já que este é referencial da estrada de ferro e as estações estão localizadas em terrenos planos a cujo prolongamento se dá o nome de esplanada.

Muito embora não haja distância física considerável entre o Centro e os bairros Vila Velha e Vila N.O.B., a discrepância de infra-estrutura entre as duas áreas é nítida.

⁹ Informação fornecida por Elza Pavoni Catardo, em 2008.

5.2.2.3 O Centro

Subindo a partir da Vila Velha, a área compreendida pelo Centro se inicia na avenida Júlio Prestes e segue até a avenida Esperanto; vai da rua da Saudade até a rua Miguel Martin Gualda.

Os sítios e fazendas foram loteados, gradativamente o espaço foi se urbanizando e o aumento da densidade demográfica fomentou o comércio. A denominação se justifica pela intensa centralização de lojas, lanchonetes e restaurantes, principalmente entre as avenidas Minas Gerais, Pedro de Toledo e Rio Grande, e as ruas Coronel João Francisco Coelho, Gentil Moreira, Érico de Abreu Sodré, Olívio Pereira Ramos, Baltazar Rodrigues e São Paulo. Nas demais ruas e avenidas, embora existam lojas, predominam as empresas prestadoras de serviços. A orientação da cidade se dá horizontalmente: poucas casas são assobradadas e há apenas um “arranha-céu”, de ocupação residencial.

Também é importante notar que a área acima¹⁰ da avenida Eurico Gaspar Dutra, antiga avenida do Café, pertencia ao distrito de Itacolomy:

Criado pela lei nº 2.982, de 13 de janeiro de 1937, no município de Promissão, comarca de Lins e instalado a 20 de março do mesmo ano. Foi extinto no ano de 1944.

[...] sendo suas divisas assim formadas: da Av. do Café, beirava os trilhos da N.O.B. até o córrego Gonzaga, subindo por este até o espigão divisor Tietê-Feio e deste até a cabeceira dos Patos; seguindo o espigão divisor Promissão-Guaíçara, em linha reta, até encontrar a estrada municipal que liga Promissão a Guaíçara e desta, até ao seu ponto de partida, isto é, a Av. do Café. (REYES, s.d., p. 73-4)

No entanto, o arruamento daquelas terras cresceu a partir de 1948¹¹, como é o caso das avenidas Ademar de Barros e Ernesto Monte, que conservaram a primeira denominação, e da

¹⁰ Estamos utilizando as referências “acima” e “abaixo” conforme a orientação anterior, que determina o Centro como “parte alta” e a Vila Velha como “parte baixa”.

¹¹ Conforme consta no Livro de Leis do Município de Promissão. A informação foi consultada em REYES (2008, no prelo).

avenida Esperanto, antiga Artur Franco. Na década de 50, houve a abertura de várias vias, pela retalhação dos sítios e fazendas. Acompanhando o mapa¹², verificamos que aquela área do distrito de Itacolomy, à direita da rua Baltazar Rodrigues, sofreu ligeira alteração na configuração das quadras, culminando no desaparecimento dos quarteirões. Estes se apresentam mais simétricos em relação à região esquerda da referida rua e à região acima da avenida Eurico Gaspar Dutra.

É nessa área que localizamos o prolongamento da rua São Paulo, denominado Lúcio Raimundo do Prado, e as ruas Doutor Uetsuka, Dom Pedro II, Dom Pedro I e Santo Antônio. Todos esses logradouros conservaram a primeira denominação.

Na área à esquerda da rua Baltazar Rodrigues, ainda acima da avenida Eurico Gaspar Dutra, notamos que houve o prolongamento da rua Olívio Pereira Ramos, interrompido apenas no quarteirão do Hospital Geral de Promissão.

Da mesma forma, data dessa época a abertura da rua Roberto Simonsen (que também conservou o primeiro nome), rua das Nações (atual Dr. Gomes Neto) e ruas Eugênio Bonadio, do Beco, Bruno Sammarco, Miguel Martin Gualda e Adelino Marques, todas localizadas na região abaixo da avenida tomada como referência. Quanto à travessa Maira e à rua José Antônio de Mello, não encontramos referências acerca da abertura ou renomeação dessas vias.

No texto toponímico do Centro, localizamos principalmente motivações históricas e antroponímicas, embora ocorram nomes de outras taxas. Os exemplos de historiotopônimos são: D. Pedro I e D. Pedro II, que ocorrem seqüencialmente, em ruas paralelas, Bandeirantes, Zumbi, 1º de Maio e Nove de Julho.

a) Historiotopônimos

¹² Cf. Mapa 4.

Dessa classe de topônimos, 1º de Maio e Nove de Julho estão relacionados diretamente à história do município. Em 1º de maio de 1924 foi instalado o primeiro governo municipal, tendo Artur Franco como prefeito e Mário Monteiro Diniz Junqueira como presidente da Câmara (REYES, s.d.). Segundo Reyes (informação pessoal)¹³, o prefeito Bruno Sammarco (1960-1963) estabeleceu essa data para as comemorações de aniversário do município, mas o decreto foi revogado na gestão seguinte.

Já Nilton Bonadio (informação pessoal)¹⁴ afirma que durante “muitos anos” após a criação do município essa foi a data oficial do aniversário da cidade. Logicamente, a expressão “muitos anos” deve ser considerada, dentro da cronologia da cidade, como algo não superior a vinte anos. Assim, segundo o informante, teríamos a comemoração do aniversário nessa data até 1944, no máximo, passando depois para 29 de novembro (data da criação do município, em 1923), voltando para 1º de maio, entre 1960 e 1963, e retornando a novembro, em 1964, no governo de Antônio Figueiredo Navas.

Quanto ao Nove de Julho, além de ser um signo toponímico identitário e recorrente dentro do grupo de cidades paulistas, guarda estreita relação com a história promissense, pois cerca de cem jovens da cidade compuseram as Forças Constitucionalistas. É na praça Nove de Julho que esses jovens são lembrados todos os anos. Ela forma, com outros topônimos que estudaremos, o campo semântico do movimento revolucionário de 1932, que é um sema forte dentro da ideologia do grupo.

Os topônimos Zumbi e Bandeirantes revelam mais uma vez a participação do grupo promissense na construção da memória do grupo maior em que está inserido. A necessidade de manter, dentro de seus limites, homenagens a figuras que tiveram papel determinante na

¹³ Informação fornecida pela profa. Maria Regina Reyes e por Nilton Sérgio Bonadio, em 2008. Não foram encontrados tais dados nos livros de decretos consultados, o que não invalida a informação, pois verificamos falhas no arquivamento dos documentos.

¹⁴ Informação fornecida por Nilton Sérgio Bonadio em 2008.

história nacional indica que essa é a maneira pela qual os habitantes se identificam com essa história.

b) Corotopônimos

No início, as ruas e avenidas centrais, abertas logo após a inauguração da estação, receberam nomes dos estados brasileiros, conforme os modelos da época. Assim como os topônimos Bandeirantes (relacionado ao topônimo São Paulo), 21 de Abril e 24 de Outubro (data da inauguração da iluminação do Jardim Público), alguns corotopônimos foram substituídos.

Percebemos que há relação entre os topônimos, embora eles estejam espalhados pela região central, de modo que a visualização das áreas toponímicas ou dos campos semânticos só é possível quando o mapa é analisado como um todo. Podemos estabelecer pequenas relações locais, como no caso dos historiotopônimos já vistos e dos corotopônimos Minas Gerais e Rio Grande, que são avenidas paralelas entre si, e a rua São Paulo, perpendicular a ambas. A rua Bandeirantes está localizada perpendicularmente à rua São Paulo e seu nome está contido no campo semântico desta.

Outros corotopônimos foram substituídos¹⁵, a exemplo dos historiotopônimos 21 de Abril e 24 de Outubro, por nomes de motivação antroponímica, que veremos a seguir.

c) Antropotopônimos e axiotopônimos

¹⁵ Cf. Lista de nomeações e renomeações dos logradouros 1947-1993, no Anexo A.

Dentro do grande grupo dos antropotopônimos a percepção de áreas toponímicas é complexa. Por esse motivo, verificamos as nuances das motivações e redividimos os topônimos de acordo com a homenagem que constituem:

a) figuras que participaram direta ou indiretamente na formação da CEFNOB e do povoado (Bento da Cruz e Afonso Pena);

b) políticos e pessoas ilustres em âmbito nacional, estadual e regional, sem influência direta na história da cidade, mas contemporâneos a ela (João XXIII, Roberto Simonsen, Eurico Gaspar Dutra, Ernesto Monte, Pedro de Toledo e Júlio Prestes);

c) políticos e pessoas ilustres em âmbito nacional, estadual e regional com influência direta na história da cidade (Washington Luís, Adhemar de Barros, Érico de Abreu Sodré);

d) moradores do local, tanto os que tiveram grande participação na vida pública e econômica do município quanto os pouco conhecidos (Genaro Sammarco, Gentil Moreira, Baltazar Rodrigues, Eugênio Bonadio, Sassaichi Mazaki, José Antônio de Melo, Antônio Ferreira Grama, Nilton R. Ferreira Grama, Iva Sartori Grama e Maira);

e) políticos locais e juízes (Miguel Martin Gualda, Olívio Pereira Ramos, José Orlando Pereira, Milton Ferreira Grama, Dante Rocchi e Lúcio Raimundo do Prado);

f) funcionários públicos e tabeliães (Adelino Marques, Roque Francisco da Cunha e Silvano Faria).

Esses antropotopônimos aparecem no texto toponímico do Centro, intercalados pelos axiotopônimos Conselheiro Antônio Prado, Coronel João Francisco Coelho, Dr. Bruno Sammarco, Dr. Gomes Neto e Dr. Uetsuka. É importante notar que não houve toponimização dos títulos presidente e papa, nos casos de Eurico Gaspar Dutra e João XXIII, respectivamente, nem de outros políticos nacionais.

Na verdade, encontramos referências aos títulos nos historiotopônimos Dom Pedro I e Dom Pedro II, no Centro, e Padre José de Anchieta, na Vila Velha, por constituírem formas já

consagradas, e nos nomes de figuras locais cuja referência era assim enunciada. Pelo exposto, entende-se que o título doutor não foi toponimizado junto ao antropotopônimo José da Silva Barbosa porque a forma com o título (Dr. Barbosa) não era a enunciação habitual. Por outro lado, houve a toponimização do mesmo título em Dr. Gomes Neto, dado que essa era a forma como ele era conhecido.

O mesmo ocorreu com a cristalização do título de algumas figuras nacionais como o Conselheiro Antônio Prado, mas não com o Presidente General Eurico Gaspar Dutra. Notamos que, nas placas de indicação do nome na rua, há a referência ao título general, que não consta no mapa, base de nossa pesquisa. A primeira explicação possível seria a necessidade de economia de espaço na representação cartográfica. Mas ela é logo refutada pela presença de Coronel João Francisco Coelho, um dos axiotopônimos de âmbito local, cujo espaço para disposição do nome no mapa é igual ou menor do que o espaço para o nome do referido presidente¹⁶.

A permanência dos títulos diante dos nomes de personagens locais e sua ausência diante dos nomes de personagens nacionais e internacionais sinalizam algumas tendências: valorização do elemento constituinte local pela reverência prestada através dos títulos; aproximação com o elemento nacional pela familiaridade, cuja marca é a dispensa do uso de títulos; valorização do caráter do indivíduo e do conjunto de suas obras, bem como as ações que o destacaram dentre os indivíduos que ocuparam a mesma posição. Podemos inferir, também, a renovação da carga semântica do topônimo pela supressão do título já cristalizado nos sintagmas toponímicos presentes em outras regiões.

Das homenagens realizadas na região central, os topônimos mais antigos são: Conselheiro Antônio Prado, que compôs a comitiva do presidente Affonso Augusto Moreira Penna, inaugurando a estação de Hector Legru; Afonso Pena, presidente e um dos

¹⁶ Cf. Mapa 4.

responsáveis pela construção da estrada de ferro; e Bento da Cruz, que tinha forte participação política e iniciou o parcelamento das terras de Legru.

Os três compõem os antecedentes históricos do município que compreendem a história da ferrovia e da ocupação da zona Noroeste. A presença desses nomes nas ruas laterais do bairro, a ausência de renomeações e a utilização dessas ruas como referenciais para o parcelamento posterior das terras evidenciam que sua nomeação aconteceu em data anterior ao processo de expansão iniciado a partir dos anos 40.

Ao lado desses nomes encontramos o topônimo Coronel João Francisco Coelho. Esse personagem foi contemporâneo de Bento da Cruz, considerado o fundador de Promissão, mas a homenagem só se deu em 1948, com a renomeação da rua Bahia, local onde construiu uma grande residência (BARRERA, s.d.; REYES, s.d.). Ele partiu de Jaboticabal para Hector Legru em 1916 e foi o responsável por diversas melhorias no povoado: abriu o primeiro caminho ligando Legru a Miguel Calmon; construiu a primeira capela, cujo padroeiro, São Francisco, foi escolhido em sua homenagem; construiu o cinema São João, nomeado também em sua homenagem; auxiliou na construção da primeira matriz.

As realizações do Coronel João Francisco eram possíveis porque ele pertencia ao mesmo partido do Coronel Bento da Cruz e porque foi vereador, por diversas vezes, e prefeito de Penápolis, além de ter sido presidente municipal do PRP. Estava sempre presente nas solenidades e comissões ligadas à ordem pública, integrando inclusive a Comissão de Ouro de Promissão para o Bem de São Paulo, constituída no ano de 1932 em prol da revolução (REYES, s.d.).

Ele era a representação clássica do coronel que engendrava interesses públicos e privados numa teia indissociável capaz de ofuscar o benefício próprio pelo brilho das grandes obras sociais. Apesar disso, não é possível, nem lícito, negar a importância de suas articulações para o desenvolvimento do povoado e, posteriormente, do distrito. Encontramos

duas versões para o final da história do Coronel em Promissão. Segundo Reyes (s.d., p. 50) em 7 de maio de 1939 houve um jantar de despedida para ele e sua família, antes de se mudarem para Botucatu. Segundo Barrera (s.d., p. 16-17) e o site da Câmara Municipal de Promissão, ele residiu até seu falecimento, em 1944, na mansão próxima à praça Nove de Julho.

Dentre as figuras ilustres da política nacional e estadual que influenciaram a história da cidade, a principal é Washington Luís, que foi quem criou o município, em 1923. As outras duas personalidades tiveram participação esporádica: no mandato de Adhemar de Barros foram criados o Instituto de Educação Estadual de Promissão, em 1948, e os Cursos Práticos do Ensino Profissional, em abril de 1950; Érico de Abreu Sodré instalou o Banco Bandeirantes do Comércio. De qualquer forma, a importância dessas instituições para a vida local motivou a toponimização de seus nomes.

Essas homenagens refletem a repetição de modelos evidenciados em outras cidades do estado e do país. O mesmo ocorre no caso dos topônimos Eurico Gaspar Dutra e João XXIII, como vimos, e também Ernesto Monte e Roberto Simonsen. Ernesto Monte foi prefeito do município de Bauru entre junho de 1938 e março de 1947.

Roberto Simonsen foi chefe da Diretoria Geral da prefeitura de Santos, em 1912, e deixou o cargo para fundar a Cia. Construtora de Santos. O sucesso de sua empresa, alcançado pela racionalização do funcionamento desenvolvida pelo proprietário, tornou-o uma celebridade na economia nacional. Em 1919, participou da Missão Comercial Brasileira enviada à Inglaterra. Em 1932, assumiu papel de destaque na direção do Movimento Constitucionalista de São Paulo. Foi deputado, presidente da Fiesp e senador; faleceu em 1948.

Não é possível negar a relevância da participação de Roberto Simonsen no movimento de 1932 para a motivação toponímica, ainda porque encontramos mais três nomes diretamente

ligados ao sema desse movimento: as avenidas Júlio Prestes e Pedro de Toledo e a praça Nove de Julho, já estudada. Poderíamos atribuir outras causas para a presença desses antropônimos na toponímia local, como a visita de Júlio Prestes à cidade, em 6 de abril de 1929, quando era presidente do estado, e o fato de Pedro de Toledo pertencer ao mesmo partido que as autoridades políticas locais. No entanto, não foram homenageados outros presidentes do estado que visitaram a cidade, bem como muitos políticos do PRP.

A escolha desses nomes, especificamente, indica uma confluência de interesses que privilegia o espírito revolucionário e empreendedor. Assim, identificamos esse campo semântico como critério de seleção desses topônimos, com pontos de intersecção em outras motivações denominativas encontradas no município.

Houve homenagem a moradores da cidade que também estiveram ligados ao movimento de 1932, como é o caso de Francisco Martin Romera e Miguel Martin Gualda. O primeiro deu abrigo aos combatentes e o segundo, seu filho, foi ao combate. No entanto, a grande participação dessas figuras na vida social e política da cidade não permite pensar que a homenagem tenha sido prestada exclusivamente devido àquele evento.

Além de sua expressiva presença nos acontecimentos da cidade, Miguel Martin Gualda foi duas vezes prefeito. Na primeira gestão, entre 1952 e 1955, enfrentou dura oposição, mas, ainda assim, realizou inúmeras obras, o que lhe rendeu a reeleição em 1972. Seu nome consta na rua paralela à rua Dr. Bruno Sammarco (REYES, s.d.).

Bruno Sammarco, assim como Miguel Martin Gualda, era filho de um membro influente da sociedade promissense. Foi promotor público *ad hoc* na instalação da comarca, em 13 de novembro de 1945; prefeito entre 1960 e 1963; e quatro vezes vereador: de 1952 a 1955, entre 1956 e 1957, de 1964 a 1967 e de 1969 a 1972 (REYES, s.d.). Atualmente, comanda o departamento jurídico do frigorífico Bertin, em Lins (informação pessoal)¹⁷.

¹⁷ Informação fornecida pela profa. Maria Regina Reyes, em 2008.

Outros políticos compõem o texto toponímico do Centro, como José Orlando Pereira, vereador e vice-prefeito em 1929, de quem pouco se sabe, e Dante Rocchi, prefeito entre 1933 e 1935 e primeiro escrivão do distrito de Dinízia. Encontramos para esse topônimo as variantes Dante Roque e Dante Rocha, em outros mapas da cidade com data posterior, além da variante Prefeito Dante Rocchi. Segundo a Monção n° 146/98, do vereador Edson Buzetti, essa última é a forma oficial.

Lúcio Raimundo do Prado Sobrinho ficou registrado sem o signo identificador da posição do indivíduo na hierarquia familiar, “sobrinho”. Esse dado pode ser considerado como uma desvinculação do nome em relação ao meio familiar em que se originou. Ao mesmo tempo, a não-identificação do indivíduo ocasiona a valorização do apelido da família Prado, pela possibilidade de fazer referência ao antecedente familiar do homenageado e a necessidade de traçar o histórico familiar para a reconstrução da motivação toponímica. Além de ter sido prefeito, Lúcio do Prado Sobrinho se elegeu vereador e teve participação na vida religiosa da cidade como primeiro presidente da Conferência São Vicente de Paulo, Nossa Senhora Aparecida de Promissão, mantenedora do asilo São Vicente (REYES, s.d.).

Além dessas figuras, a de Gentil Moreira, embora tenha sido prefeito e vereador, destacou-se pelo império do Grupo GJ (referência a Gentil e Julieta, sua esposa), com grande participação na pecuária, indústria e comércio. Construiu a conhecida Casa Moreira, cuja filosofia era vender barato para vender muito (BARRERA, s.d.), e assim foi durante anos o líder no comércio popular. Ainda há lojas da família em Promissão e outras cidades do interior. Em razão de sua importância na vida social e econômica do município e do estado ter sido determinante para sua participação política, colocamo-lo ao lado dos moradores e não dos políticos.

Outros moradores mereceram destaque na toponímia local por vários motivos. Genaro Samarco, pai do ex-prefeito Bruno Sammarco, participava de todos os eventos sociais e

políticos e, dada sua eloquência, freqüentemente era convidado a discursar, como na solenidade de instalação da Comarca, em que o prefeito Júlio Noronha do Nascimento “pediu que [ele] falasse em seu nome”¹⁸. Essa intensa atividade social foi imortalizada na toponimização de seu nome, que ficou registrado com a variação ortográfica Samarco em que foi suprimida a letra m, diferentemente de seu filho, que manteve a forma original Sammarco.

Há casos em que a ocorrência do nome do morador ou funcionário se dá no local de influência do indivíduo, como no exemplo de D. Josefina, em Vila Velha, e do Coronel João Francisco, no Centro. Também encontramos nessa área um jardim com o nome de Antônio Ferreira Grama. Esse é um dos mais recentes loteamentos da cidade.

O nome de Antônio Ferreira Grama se repete numa alameda ali localizada e está ao lado do nome de outros membros da família: Iva Sartori Grama e Nilton R. Ferreira Grama. Os limites desse loteamento correspondem aos limites do sítio do homenageado, onde estava localizada a Serraria Incomadeiral, de sua propriedade. Ele chegou a Promissão em 1930 e começou como funcionário da Serraria Luzitana. Alguns anos depois, comprou a serraria e a rebatizou (BARRERA, s.d., p. 114). Seus filhos Ivo, Milton e Mauro foram, respectivamente, prefeito e vereadores do município. O nome de Milton Ferreira Grama é encontrado numa praça no outro extremo do Centro.

Da mesma forma, mas numa dimensão bem menor, verificamos no município outras relações entre o espaço e o homenageado. É o caso do nome do juiz de direito Antônio Gomes Neto na rua onde se localizava a antiga Casa de Menores, da qual ele foi o primeiro diretor. O Dr. Gomes Neto foi perseguido durante a ditadura militar e só não foi preso devido à ajuda de amigos.

Essa relação também se verifica na presença dos nomes do funcionário público Roque Francisco da Cunha, que tocava pistom e trombone e reorganizou a banda municipal, na rua

¹⁸ Livro nº 1 do Cartório de Registro (apud REYES, s.d).

ao lado da sede do grupo musical; e do primeiro juiz de paz de Promissão, Olívio Pereira Ramos, na rua ao lado do prédio do Fórum. Ele chegou a Hector Legru em 1915, fazendo parte do grupo de desbravadores que levantaram o povoado, e inaugurou a primeira livraria da cidade (BARRERA, s.d.).

Paralela à rua que recebeu seu nome encontramos a rua Baltazar Rodrigues. Essa é uma homenagem a um dos carroceiros que faziam o transporte de materiais para construção, agricultura etc., pelo povoado. Baltazar Rodrigues morava na Fazenda Bela Vista, destino de muitos moradores que desejavam apreciar o nascer do sol ou tomar leite fresco pela manhã (BARRERA, s.d.). Ele participava ativamente da vida da cidade e compôs o grupo que empreendeu os primeiros esforços para a instalação da Santa Casa de Misericórdia de Promissão, que originou o Hospital Geral de Promissão inaugurado em 1956.

A importância dos carroceiros para o desenvolvimento do povoado é inegável. Eugênio Bonadio também exerceu esse ofício quando chegou à localidade, no ano de 1930. Ele recolhia pó de serra das serrarias e distribuía aos moradores para a manutenção das criações (informação pessoal)¹⁹. Seu nome é citado no registro de solenidades públicas.

Outra figura marcante na história de Promissão foi Silvano Faria, primeiro escrivão do Registro Civil. Com a instalação do distrito, em 1920, assumiu o cargo de oficial do Registro Civil. Ele chegou em 1917 com a família e, segundo Climene Faria, sua filha, a casa onde moravam foi vítima de furtos por parte de alguns índios caingangues (informação pessoal)²⁰.

Apesar da referência depreciativa ao grupo indígena, esse foi o único relato acerca da presença caingange na região. No mais, a lembrança dos índios originais do local foi totalmente apagada após a missão de pacificação e a quase dizimação daquele grupo pela gripe espanhola, em 1918. Os sobreviventes foram transferidos para a Fazenda Icatu, em Braúna (REYES, s.d.; GHIRARDELLO, 2002; NEVES, 1959).

¹⁹ Informação fornecida por Nilton Sérgio Bonadio em 2008.

²⁰ Informação fornecida por Climene Faria em 2004.

Ainda temos na toponímia do Centro a homenagem a Adelino Marques, José Antônio de Melo e Maira. O primeiro foi funcionário público e venceu o concurso que escolheu o brasão de armas, do qual foi o idealizador e criador. Segundo José Esdras Marques de Oliveira (informação pessoal)²¹, Adelino Marques não teve em vida sua realização devidamente reconhecida pelas autoridades municipais, já que a homenagem prestada pela toponimização de seu nome foi posterior ao seu falecimento.

Sobre José Antônio de Melo, Reyes e Borgo (informação pessoal)²² afirmam que era baiano e proprietário de muitos sítios, os quais, depois de loteados, deram origem à Vila Carioca.

Quanto ao topônimo Maira, evidencia a repetição do modelo já encontrado na Vila Velha e na Vila N.O.B. de homenagem de âmbito restrito. No entanto, encontramos aqui a particularidade da ausência do apelido de família, o que impossibilitou a recuperação da memória do indivíduo, dado que esse prenome não apareceu em nenhum relato histórico.

Tal como aconteceu com alguns topônimos localizados na Vila N.O.B., verificamos também no Centro a ocorrência de representação metonímica na denominação das ruas Sassaichi Mazaki e Dr. Uetsuka. Ambos foram os expoentes da colonização japonesa em Promissão e representam o reconhecimento à contribuição dos imigrantes japoneses para o desenvolvimento do povoado, uma vez que o Dr. Uetsuka colonizou os bairros Barra Mansa, Barreiro, Antinhas, Borá²³ e Córrego Azul com o apoio de Mazaki.

A participação de Sassaichi Mazaki no comércio e na vida da colônia japonesa foi marcante. No período da Segunda Guerra, as notícias não chegavam àquelas paragens, mas Sassaichi Mazaki captou com seu rádio uma transmissão em que soube da derrota japonesa. Ao divulgar a notícia, foi duramente perseguido pelo grupo japonês mais radical, que não admitia o fato. Apesar de sua forte influência dentro do grupo, seu nome, assim como o de

²¹ Informação fornecida por José Esdras Marques de Oliveira, em 2008.

²² Informações fornecidas pela profa. Maria Regina Reyes e pelo prof. José Augusto Borgo, em 2008.

²³ Informação coletada em www.promissao.sp.gov.br, acessado em 2007.

Francisco Iyda, fez parte de uma lista negra e a vida de ambos foi salva graças a amigos e autoridades que negociaram a paz local. Em 1963, o prefeito Bruno Sammarco entregou-lhe o título de Cidadão Promissense (REYES, s.d.).

Shuei Uetsuka, por sua vez, é reconhecido no país como o responsável pela imigração japonesa para o Brasil. Após formar-se em direito, chegou aqui a 28 de abril de 1908, encabeçando um grupo de imigrantes, e adquiriu terras em Hector Legru em 1918. É preciso lembrar que nessa época havia intensa propaganda das terras à venda, negociadas a preços muito baixos. Nessas propriedades, o Dr. Uetsuka construiu escolas, abriu estradas, fundou associações, sempre contando com o amparo do governo japonês. Além dos bairros colonizados com o auxílio do conterrâneo Mazaki, promoveu a ocupação dos bairros Bom Sucesso, Gonzaga e, posteriormente, Birigüizinho²⁴.

A importância do Dr. Uetsuka é demonstrada pela recorrência de seu nome em logradouros públicos. Além da rua na área central da cidade, localizamos a variante do topônimo Dr. Shuei Uetsuka em uma praça situada fora dos limites impostos ao nosso estudo, na via de acesso à estrada vicinal e na estrada vicinal que leva à rodovia Marechal Rondon.

O mesmo ocorre com os topônimos Gentil Moreira e Silvano Faria, localizados, além dos logradouros anteriormente descritos, em uma estrada vicinal e em uma travessa, respectivamente, ambas situadas fora da área compreendida por nosso estudo.

d) Outras taxionomias

No Centro encontramos a maior variedade de motivações toponímicas, com a presença de historiotopônimos, corotopônimos e a grande classe dos antropotopônimos, seguida pelos

²⁴ Idem.

axiotopônimos. Além dessas, foram observadas mais sete classes de ocorrência única ou baixa ocorrência, que apresentamos a seguir.

Um exemplo de baixa ocorrência são os cardinotopônimos. Encontramos nesta classe dois denominativos: Centro, que já vimos, e Noroeste. Notamos, em relação a este topônimo, a variação semântica entre o signo lingüístico e o signo toponímico Noroeste. Enquanto signo lingüístico, ele indica direção e sua escolha se justifica pela orientação geográfica que os trilhos da ferrovia deveriam seguir. A sua presença no sintagma toponímico da estrada de ferro manteve esse valor semântico. No entanto, ao ser novamente toponimizado, esse nome sofreu o processo de re-significação, passando a referir a CEFNOB, e não mais a orientação geográfica. Esse topônimo é a memória dos trilhos que passaram por aquela avenida.

O caminho dos trilhos em direção ao antigo prédio da estação, hoje Câmara Municipal, se perdeu. Na direção contrária, o leito da ferrovia cedeu lugar à rua da Saudade, onde se localizam o cemitério e o velório municipais, que explicam a escolha do nome. Esse animotopônimo é recorrente e expressa a relação do denominador com o sentimento suscitado pelo espaço. Embora a presença do cemitério e do velório seja suficiente para a compreensão da escolha toponímica, ela sugere ainda a relação entre a estrada de ferro e o apogeu da economia local na memória do grupo.

Ressaltemos que no lugar onde hoje está o velório ficava um desembarcadouro de gado. A pecuária, como vimos, substituiu a produção cafeeira após a quebra da Bolsa de Nova Iorque e manteve em pé a economia promissense. Os animais chegavam e saíam dali pela avenida Minas Gerais. Depois, o desembarcadouro mudou-se para a esplanada, e posteriormente a linha férrea também mudou (BARRERA, s.d.). Nenhum referencial da ferrovia e de seu movimento sobreviveu na avenida. Dessa forma, o topônimo Saudade pode também se aplicar à memória do movimento econômico representado por aquele lugar.

A praça onde se localiza o prédio do velório recebeu o nome da Bíblia, no ano de 1983. A escolha do signo lingüístico bíblia decorre do expressivo número de fiéis, de diferentes religiões, que têm a Bíblia como referencial de conduta. Por esse motivo, a praça se caracteriza como um espaço de culto ecumênico, já que esse é o único velório da cidade. Esse hierotopônimo é o único nome que integra o sema religioso.

Ao lado, localiza-se a praça Rotary, vizinha ao prédio da delegacia. Como acontece em todas as cidades que contam com o Clube Rotary, a praça recebeu o nome dessa organização não-governamental que é sua mantenedora. A proposta do grupo formado por líderes de negócios é promover ações sociais e educativas que minimizem as desigualdades e estimular a convivência harmoniosa e respeitosa não só entre seus sócios, mas em toda a comunidade de que faz parte. Para isso, conta com doações e serviços de voluntários. O Rotary Club de Promissão foi instalado em 6 de maio de 1952. Fizeram parte da primeira reunião para constituição do Conselho Diretor Provisório do Rotary Club de Promissão, entre outros, Sassaishi Mazaki e Miguel Martin Gualda, além de Bruno Sammarco. Os dois últimos foram presidentes da entidade nas gestões de 1957-58 e 1965-66, respectivamente (REYES, s.d.).

Encontramos um hodotopônimo, do Beco. Esse topônimo remete ao antigo beco que foi transformado em rua após a desapropriação, em 1956, de terrenos que permitiriam sua ligação com as avenidas Eurico Gaspar Dutra e José Orlando Pereira. A rua ainda tem a aparência de beco, por ser estreita, mas não constitui mais uma via sem saída.

A construção desse sintagma, com o acréscimo da preposição ao substantivo, se compara às construções da Saudade e da Bíblia. Segundo Houaiss (2001, p. 913), figuram entre os sentidos expressos pela preposição de: “[...] 2.6 continente ou conteúdo [...] 2.8 característica genérica ou particular”. Podemos afirmar, no caso da rua do Beco, que a preposição estabelece relação entre os campos semânticos dos dois signos: rua e beco. Nesse

sentido, a expressão do Beco opera como uma locução adjetiva que descreve a característica da rua.

A mesma análise é válida para rua da Saudade. No entanto, por se tratar de um animotopônimo e por estar localizada entre o cemitério e o velório, no antigo leito da ferrovia, podemos inferir que o lugar contém em si o sentimento por cujo nome é referencializado.

Essa explicação não se aplica, contudo, ao sintagma praça da Bíblia. A Bíblia, enquanto mensagem de Deus para os homens, traz a revelação da verdade e, segundo a fé cristã, deve ser consultada sempre, principalmente nos momentos de aflição. Assim, a locução da Bíblia é empregada numa relação metonímica de continente pelo conteúdo, ou seja, o livro sagrado pela verdade e conforto que supostamente ele guarda. A preposição opera a transposição do sentido do signo lingüístico para o lugar, indicando o que ele contém ou como ele é. Nesse caso, não é possível afirmar que o lugar tem por característica, ou contém, o conforto de Deus. Devemos pensar, então, na referência ao poder da palavra de Deus contido na Bíblia.

Logo, esse topônimo se caracteriza como uma homenagem semelhante aos outros compostos sem a preposição, como avenida Bandeirantes, praça Ipiranga e praça Expedicionários.

O hagiotopônimo Santo Antônio foi assim classificado com base no aspecto semântico do sintagma nominal, que é apenas um dos elementos a serem considerados no estudo da motivação toponímica. O outro elemento, a intencionalidade, requer a reconstrução da história local e do processo de nomear. A estranheza da ocorrência única se desfez com o conhecimento da intenção do denominador de manter a memória dos caminhos antigos. Há um curtume na via de acesso Shuei Uetsuka que foi construído por uma família japonesa e se localiza num sítio de nome Santo Antônio. A atual rua Santo Antônio era chamada de estrada de Santo Antônio em referência ao sítio e ao curtume, como afirma Borgo (informação

peçoal)²⁵. Logo, a denominação melhor se encaixaria no quebra-cabeça toponímico da cidade se fosse classificada como ergotopônimo, em referência ao Sítio Santo Antônio.

No entanto, isso acarretaria a perda da uniformidade que buscamos ao adequar a classificação dos antropotopônimos, axiotopônimos e historiotopônimos, com base na consideração do sema a partir da estrutura sintagmática do signo lingüístico toponimizado, e não a partir da intencionalidade do denominador. Esta, enquanto resultado de um julgamento acerca do mundo, constrói o liame entre o referente (espaço) e o referencial (nome).

Esperanto é último topônimo que compõe nosso *corpus*. Ele é referido por todos os informantes como uma homenagem a Lair Alves Moreira. “Seu Lair” era muito conhecido por dirigir uma jardineira pela cidade. Ele foi um dos fundadores da União Municipal Espírita de Promissão, em 30 de março de 1952, e iniciou a divulgação da língua internacional no município. Entre as décadas de 60 e 70, não se sabe ao certo, a cidade sediou um encontro para promover a expansão do esperanto (informação pessoal)²⁶. Em 1971, a avenida Artur Franco foi renomeada, passando a se chamar Esperanto (REYES, 2008), mas o nome do primeiro prefeito, como já foi visto, ressurgiu em 1973, no bairro Vila Velha.

Apesar de todos os seus feitos e do reconhecimento do grupo sobre a participação de “Seu Lair” na motivação daquele topônimo, ele se refere semanticamente à língua, ao evento ali sediado e aos seus participantes. Somente pela re-significação é que ele refere “Seu Lair”.

Assim, encerra-se o quadro dos topônimos localizados no Centro do município de Promissão. Percebemos o predomínio de antropotopônimos de influência local, que apontam o sentido da alteridade assumida pelo povo promissense.

²⁵ Informação fornecida pelo prof. José Augusto Borgo em 2008.

²⁶ Informação concedida pelo prof. José Augusto Borgo em 2008.

5.3 DISCURSO TOPONÍMICO: O ELO ENTRE A HISTÓRIA DOS HOMENS E A HISTÓRIA DO LUGAR

O texto toponímico do município de Promissão foi intensamente marcado pelo processo de renomeação dos logradouros das primeiras áreas ocupadas. Notamos que esse texto privilegia principalmente a memória dos moradores locais e das pessoas com participação na vida política e econômica do estado e do país que tiveram algum vínculo com movimentos revolucionários. As demais referências a homens públicos são em menor número e se constituem como homenagens recorrentes em outras localidades.

Esse privilégio não é fruto de mera simpatia do denominador pelos feitos heróicos dos homenageados. Ele se apresenta como uma reflexão do indivíduo acerca dos fenômenos vivenciados e a constatação da existência de correlações entre sua experiência pessoal, a experiência daquelas pessoas e a experiência de seus antecessores.

Nesse contexto, a ocorrência de topônimos tão marcadamente ligados ao ano de 1932 e seus acontecimentos, como Júlio Prestes, Pedro de Toledo, Roberto Simonsen e Nove de Julho, ao lado de topônimos como Bandeirantes e Tiradentes, torna opaca a carga semântica destes últimos, que poderiam ser estudados como homenagens históricas de grande recorrência pelo país.

No entanto, esses nomes ganham força quando consideramos o fio da história que conduziu o homem branco, desde a Europa até a zona Noroeste de São Paulo, e passam a constituir, com os topônimos que compõem o campo semântico do movimento revolucionário de 1932, um campo semântico maior: o da luta pela sobrevivência em seus mais variados níveis. Esse campo semântico é o núcleo identitário do *self* promissense, ou seja, o centro das referências identificadoras da personalidade desse grupo.

Contribui com a construção desse *self* a memória de seus moradores por meio da toponimização de seus nomes. Afinal, eles empreenderam a luta pela sobrevivência numa região descoberta séculos atrás pelos bandeirantes e enfrentaram os mesmos perigos que aqueles desbravadores: índios, doenças, dificuldade de acesso, sertão.

A ausência de denominativos para a região, cujo referencial nos mapas era “terras desconhecidas habitadas por índios” ou “terras devolutas”, e a história de sua conquista e das tentativas de ocupação, sempre marcadas pelos obstáculos impostos pela natureza, criaram uma imagem negativa: a imagem de uma terra sem atrativos, visto que não despertara a cobiça dos bandeirantes nem dos sesmeiros; uma terra sem justiça, onde índios e brancos mantinham embates violentos; uma terra insalubre, na qual imperava a febre amarela e o paludismo.

Quem se aventuraria a morar em lugar tão cheio de perigos, sem infra-estrutura, tão distante, e cuja única via de comunicação com a capital estava ainda inacabada?

Certamente, pessoas que não tivessem muito a perder; que acreditassem nas propagandas divulgadas pelas empresas de loteamento, como a do Coronel Bento da Cruz. Pessoas que eram atraídas pelos altos salários oferecidos pelos fazendeiros e comerciantes, possibilitando que em pouco tempo se tornassem proprietárias e até ganhassem destaque dentro do grupo. Francisco Gimenes, Francisco Martin Romera, Baltazar Rodrigues, Sassaichi Mazaki, Antônio Ferreira Grama e Dr. Uetsuka são exemplos de indivíduos que passaram por essa situação.

O movimento desses homens foi semelhante ao movimento dos bandeirantes. Eles ocuparam um espaço que durante séculos foi renegado. O nome do banqueiro Hector Legru, dado à estação de trem e conseqüentemente ao povoado, não foi capaz de reverter a imagem negativa que representava o lugar. A ausência de intimidade do homenageado com o povoado,

e mesmo com a história do país, fazia crescer a idéia de não-pertença do grupo ao ideário nacional.

Havia duas possibilidades: a reprodução de modelos já consagrados na região, com homenagens a políticos nacionais (como em Penápolis) e a descrição da paisagem (caso de Cafelândia e Avanhadava)²⁷, ou um nome que revelasse as expectativas que aquele espaço (pedacinho do Oeste) despertou no homem ao longo dos séculos e que se materializavam naquele momento.

Recorreu-se ao poder da palavra “promissão”. Mistura de desejo e profecia, o nome Promissão, ao mesmo tempo em que resgata os anseios dos bandeirantes, que buscaram incansavelmente por riquezas, e dos imigrantes que povoaram o município, aponta para a realização do mito da Terra Prometida através do empenho e dedicação de seus moradores.

A identificação do homem com o meio em que habita se realiza por intermédio da palavra. O nome dado pelo indivíduo ao espaço ocupado guarda em si o julgamento do indivíduo sobre o objeto (espaço). Esse julgamento, por sua vez, se pauta no passado do denominador, no *ethos* do grupo em que está inserido e na forma de manifestação desse *ethos*, que chamamos de *self*.

Assim, o nome Promissão conduz o grupo à expectativa da realização de seu potencial pela noção de pertença a uma terra prodigiosa. Essa noção é reforçada quando, pelo processo de renomeação, o nome do homem passa a “dizer” o espaço. Também constitui um modo de transformar a fisionomia local, antes reconhecida pela história de sofrimento e pelo nome Hector Legru, determinado mecanicamente, sem a reflexão necessária sobre o lugar. A renomeação impôs ao espaço a representação do julgamento do denominador sobre ele.

Não podemos esquecer que, dentre os topônimos analisados, há apenas três antropotopônimos femininos e, desses, um não apresenta o apelido de família. Esses dados e

²⁷ Segundo Sampaio (1955), é a corruptela de *abá-nhandaba*: a corrida da gente; lugar onde é preciso andar “às carreiras” para fugir aos perigos da navegação.

essa escassez descortinam a estrutura patriarcal de uma sociedade comandada por coronéis em que a participação da mulher se restringia a atividades de cunho familiar ou religioso.

Novamente, a presença de topônimos ligados ao movimento de independência e ao movimento de 1932, nos faz pensar no sentido de movimentação das revoluções, com suas propostas de reconstrução social e política, que estabelece nova relação com o movimento das bandeiras. Se considerarmos essa movimentação um fenômeno de circulação de idéias em relação à circulação de homens, retornamos à afirmação de Azevedo apresentada no início do Capítulo 3 deste trabalho, acerca da importância da circulação para o desenvolvimento da civilização.

Além dos nomes ligados aos grandes movimentos, podemos citar como pertencentes ao mesmo influxo nomes como Padre José de Anchieta. Apesar de sua recorrência por todo o estado de São Paulo e pelo país, ele assume um sentido especial em Promissão, dado que é o único nome ligado à história da religião. Entendemos que sua presença se justifica pela identificação do denominador com a persistência da vocação do padre revelada nos trabalhos de catequese.

Nesse sentido, o texto toponímico de Promissão dispõe atrás de cada nome uma história de luta, que de certa forma contribui para a manutenção da carga semântica do nome do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo toponímico possibilita, através da interdisciplinaridade que comporta, abordagens variadas de seu objeto, o nome próprio de lugar. O presente estudo da toponímia do município de Promissão se fundamentou nas teorias lingüísticas constantes da proposta de Dick aplicada no Projeto ATESP e no Atlas das Cidades, em teorias de Filosofia da Linguagem, Lexicologia e Psicologia Social, para a análise do texto toponímico do município.

Esse texto, apreendido no discurso especializado em que se realiza, ou seja, no mapa, apresenta os topônimos enquanto unidades terminológicas que referencializam um espaço determinado. O tratamento terminográfico dispensado aos topônimos resultou na análise da re-significação à qual o signo lingüístico foi exposto quando de sua toponimização.

A análise do *corpus* revelou uma grande influência do processo histórico de ocupação de terras no período colonial e a relação estabelecida entre o denominador promissense e o espaço ocupado. Essa relação constitui uma experiência psíquica que se externaliza por meio da doação de nomes.

A imagem desvalorizada daquelas terras foi conseqüência do modo como ocorreu a colonização e a divisão de terras pelo sistema sesmarial e, também, da estrutura da economia colonial, baseada na cultura de cana-de-açúcar e na extração de minerais e pedras preciosas, que privilegiavam áreas extremas do território brasileiro, situadas no litoral, em Minas Gerais e Mato Grosso.

Por esse motivo, o estudo dos mecanismos e processos envolvidos na produção da linguagem se mostraram essenciais para a compreensão dos topônimos enquanto elementos constituintes do conhecimento humano. Os nomes próprios de lugares permitem reconstruir a história de uma população e seu espaço por meio das estruturas sintático-semânticas

empregadas e podem ser interpretados como produtos e como construtores da identidade psicossocial do grupo, além de serem marcadores ideológicos.

O presente estudo procurou resgatar a história do lugar onde hoje se situa o município de Promissão, abrangendo a história da criação do município e a história de seus moradores. Essas informações, aliadas ao estudo dos topônimos com base nas teorias onomasiológicas, permitiu que se vislumbrasse a relação entre o denominador e o espaço.

A toponímia do centro urbano, representada pelos topônimos dos bairros Vila Velha, Vila N.O.B. e Centro mais seus logradouros, é caracterizada, sobretudo, pela influência dos desbravadores e da política e economia local e nacional.

Identificamos no topônimo Promissão uma tentativa de resgate da imagem da região pela verbalização de seu potencial, que estabelece uma intertextualidade com o mito bíblico da Terra Prometida. Acreditamos que a força do nome do município emana da história pessoal dos moradores, incluindo as personalidades públicas, cujos nomes foram toponimizados, e dos topônimos de referentes históricos, principalmente os relacionados aos grandes movimentos sociais e políticos.

Dessa forma, conseguimos delinear os semas que estão presentes em quase 80% dos nomes encontrados (antropotopônimos, historiotopônimos, axiotopônimos e animotopônimos): a luta pela sobrevivência (nas mais variadas concepções) e a realização do potencial. Eles compõem os signos toponímicos de ocorrência ampla – como, por exemplo, Bandeirantes, Tiradentes, Zumbi, Nove de Julho, Pedro de Toledo – e os de ocorrência restrita – como Baltazar Rodrigues, Francisco Martin Romera, Francisco Gimenes, Silvano Faria –, que são homenagens a moradores. A presença destes antropotopônimos ao lado daqueles nos remeteu à identificação dos indivíduos entre si e dos indivíduos com as personalidades e os acontecimentos históricos.

A confluência dos valores morais e da ideologia dos moradores que formaram o povoado foi fundamental para a consolidação do caráter profético do denominativo Promissão. Podemos concluir que o topônimo é produto do *self* do indivíduo no momento em que ocorre a nomeação. Esse *self* passa a ser grupal pela transposição de valores do indivíduo para o espaço. Mas o topônimo é também um construtor do *self*, na medida em que permite a recuperação do *self* grupal e individual por meio do estudo toponímico.

Esta pesquisa se configurou como a primeira etapa de reconhecimento do município de Promissão por meio de estudo investigativo dos três bairros ligados à estrada de ferro. No entanto, outros levantamentos locais, em áreas de ocupação mais recente, são necessários para a identificação de novas motivações, assim como nos parece relevante estender o estudo aos designativos dos rios, riachos e córregos para o delineamento mais completo do perfil toponímico municipal.

REFERÊNCIAS

- ARNAULD; LANCELOT. **Gramática de Port-Royal**. Tradução Bruno F. Basseto; Henrique G. Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 239p.
- ARNAULD, A.; NICOLE, P. **La logique ou l'art de penser**: contenant, outre les règles communes, plusieurs observations nouvelles, propres à former le jugement, le mouvement des idées au XVIIe siècle. Paris: Flammarion, 1970. 440p.
- AZEVEDO, F. **Um trem corre para o oeste**. 2. ed. São Paulo: Livraria Martins, 1950. 375p.
- BARRERA, I. **Promissão**: saudade e reflexão. Promissão: [s.n.], 1999. 409p.
- BARROS, F.R. **Penápolis, história e geografia**. Penápolis: [s.n.], 1992. 171p.
- BARROS, L.A. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004. 285p.
- BAUMEISTER, R.F. How the self become a problem: a psychological review of historical research. In: **Journal of personality and social psychology**, n. 1, v. 52, mar. 1984. p. 163-176.
- BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral I**. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Revisão: Prof. Isaac Nicolau Salum. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 1976. 387p.
- BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos históricos, 108 v. Rio de Janeiro, 1928.
- BRANDÃO, G.M.C.M. **O passado, passado a limpo** (antes que o tempo passe tudo a raso). Penápolis: [s.n.], 1990. 229p.
- CÂMARA Municipal de Penápolis. Produção: Assessoria de Imprensa da Câmara. Disponível em: <<http://www.camaradenapolis.sp.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2008.
- CÂMARA Municipal de Promissão. Disponível em: <<http://www.camarapromissao.sp.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2008.

CUNHA, A.G. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. São Paulo: Melhoramentos/Editora da Universidade de São Paulo, 1978. 357p.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**: origine et évolution. 9ème ed. Paris: Librairie Delagrave, 1937.

DICK, M.V.P.A. **Toponímia e antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH-USP, 1990. 224p.

_____. O léxico toponímico: marcadores e recorrências lingüísticas (Um estudo de caso: a toponímia do Maranhão). In: **Revista brasileira de lingüística**, v. 8. São Paulo: Plêiade, 1995. p. 59-67.

_____. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M.G. (Org.). **As ciências do léxico**. Campo Grande: Editora UFMS, 1998. p. 77-89.

_____. Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. In: **Investigações: lingüística e teoria literária**, v. 9. UFPE, 1999. p. 119-148.

_____. A investigação lingüística na onomástica brasileira. In: HUNDT, C. et al. (Org.). **Estudos de gramática portuguesa III**. Frankfurt am Main: TFM, 2000. (Biblioteca luso-brasileira, v. 14). p. 217-239.

_____. Aspectos etnolingüísticos da toponímia carioca e paulistana: contrastes e confrontos. In: **Cadernos do CNLF** (Círculo Nacional de Lingüística e Filologia). Rio de Janeiro, 2000. p. 54-69.

_____. Caminho das águas, povos dos rios: Uma visão etnolingüística da toponímia brasileira. In: **Investigações: lingüística e teoria literária**, v. 13, 12/2001. p. 153-172.

_____. A parassinonímia nas práticas onomásticas. In: **Cadernos do CNLF** (Círculo Nacional de Lingüística e Filologia). Série IV, n. 10. Rio de Janeiro, 2001. p. 30-40.

_____. Os nomes como marcadores ideológicos. *Names as ideological makers. A case study: the Project ATESP* (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo – *Toponymic Atlas of São Paulo State*). In: **Acta semiotica et lingüística**, v. 6. São Paulo: Plêiade, 2003. p. 139-156.

- _____. A língua de São Paulo. In: **Revista da USP**. São Paulo, v. 63, n. 1. p. 36-63, 2004a.
- _____. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO e KRIEGER (Org.). **As ciências do léxico**, v. II. Campo Grande, MS: UFMS, 2004b. p. 121-130.
- DIEGUES JÚNIOR, M. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP, Ministério da Educação e Cultura, 1960. 535p.
- DRUMOND, C. **Contribuição do bororo à toponímia brasílica**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1965. 134p.
- DURHAM, E.R. (Org.). **Malinowski: antropologia**. São Paulo: Ática, 1986. 196p.
- ERIKSON, E. Identity, psychosocial. In: LILLS, D. (Ed.). **International encyclopedia of the Social Sciences**. New York: The Macmillan Company, 1968. p. 61-65.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1981. 536p.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Disponível em: www.seade.gov.br. Acesso em: 29 maio 2007.
- GAUDIN, F. **Pour une socioterminologie: des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles**. Rouen: Publications de l'Université de Rouen, 1993.
- GHIRARDELLO, N. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista**. São Paulo: Editora Unesp, 2002. 235p.
- GIESBRECHT, R.M. Estações ferroviárias do Brasil. E.F. Noroeste do Brasil (1908-1975)/RFFSA (1975-1996). Promissão (antiga Hector Legru). Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/p/promissao.htm>. Acesso em: 29 mar. 2006.
- GLEASON, P. Identifying identity: a semantic history. In: **The Journal of American History**, n. 4, v. 69, mar. 1983. p. 910-931.
- GUÉRIOS, R.F.M. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. 2. ed. São Paulo: Ed. Ave Maria, 1973. 267p.

- HISTÓRICO da Paróquia de Promissão. Promissão: Paróquia Nossa Senhora Aparecida. Apresenta histórico com fotografias do desenvolvimento da paróquia. Disponível em: <<http://www.paroquiadepromissao.org/historico>>. Acessado em: 25 mar. 2007.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IBGE. **Carta geográfica dos municípios do estado de São Paulo**. Escala 1:100.000, 1975.
- _____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, v. 29. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- _____. Cidades. O site apresenta relatórios estatísticos sobre o município de Promissão. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2008.
- KRIEGER, M.G.; FINATTO, M.J.B. **Introdução à terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004. 223p.
- LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 205p.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. Tradução Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. 400p.
- _____. **O cru e o cozido**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 377p.
- LOSNAK, C.J. **Nos trilhos da memória**: ferro e sangue. Bauru: Secretaria de Cultura, 2004. 326p.
- MALINOWSKI, B. Introduction: the subject, method and scope of this inquiry. **Argonauts of the Western Pacific**: an account of native enterprise and adventure in the archipelagoes of Melanesian New Guinea. Pref. Sir James Frazer. 4. ed. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1953. p. 1-25.
- MARTINS, O. Apontamentos biográficos Cel. Manoel Bento da Cruz. Araçatuba: Noroestina, 1968.

- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Polis, 1998. 392p.
- NEVES, C. **História da estrada de ferro Noroeste do Brasil**. Bauru: Tipografias e Livrarias Brasil S/A, 1958. 149p.
- OLIVEIRA, R.C. **Introdução**: a noção de fricção interétnica. In: OLIVEIRA, R.C. **O índio e o mundo dos brancos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 33-54. 198p.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 148p.
- PASTELLS, P. **História da Companhia de Jesus**, v. 1. Madri: Victoriano Suarez, [s.d.].
- PLANTA DA CIDADE DE PROMISSÃO: Perímetro Urbano. Escala 1:5.000, 2003.
- PLATÃO. **Teeteto – Crátilo**. Tradução Carlos Alberto Nunes. 3. ed. Belém: EDUFPA, 2001. 225p.
- PORTO, C. **O sistema sesmarial no Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, [1979]. 157p.
- PREFEITURA Municipal de Promissão. Disponível em: <<http://www.promissao.sp.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2007.
- QUEIRÓZ, P.R.C. **As curvas do trem e os meandros do poder**: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908). Campo Grande: Editora UFMS, 1997. 164p.
- REYES, M.R.A. **Promissão**: sua história e sua gente. Promissão: [s.n., s.d.]. 165p.
- _____. **Promissão**: sua história e sua gente. 2. ed. (revista e ampliada). Promissão, 2008. No prelo.
- RICARDO, C. **Marcha para oeste**: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil, v. 1. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1959.

- RICOUER, P. A identidade pessoal e a identidade narrativa. In: RICOEUR, P. **O si-mesmo como um outro**. Tradução Lucy Moreira César. Campinas, SP: Papirus, 1991. p. 137-166. 423p.
- ROSA, F.S. **A organização do espaço agrário do município de Promissão**. 1978. 161fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.
- ROSTAING, C. **Les noms de lieux**. 7ème. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1969. 126p.
- RUSSELL, B. **Investigación sobre el significado y la verdad**. Tradução José Rovira Armengol. Buenos Aires: Ed. Losada, 1946. 304p.
- SAES, F.A.M. **As ferrovias de São Paulo, 1870-1940**: expansão e declínio do transporte ferroviário em São Paulo. São Paulo: Hucitec; [Brasília]: INL, 1981. 199p.
- SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. 4. ed. Salvador: Câmara Municipal, 1955. 164p.
- SAPIR, E. **A linguagem**: introdução ao estudo da fala. Tradução e apêndice: J. Mattoso Câmara Jr. São Paulo: Perspectiva, 1980. 203p.
- _____. **Linguística como ciência**: ensaios. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969. 203p.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1969. 279p.
- SMITH, M.B. Selfhood at risk: postmodern perils and the perils of postmodern. In: **American Psychologist**, n. 5, v. 59, may, 1994. p. 405-411.
- STADEN, H. **Dois viagens ao Brasil**. Tradução Guiomar de Carvalho Franco. Prefácio: Mário Guimarães Ferri. Introdução e notas: Francisco de Assis Carvalho Franco. Belo Horizonte: Itatiaia Editora; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. 216p.
- TAUNAY, A.E. **História das bandeiras paulistas**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, [1961]. 365p.

TRILLING, L. **Sincerity and authenticity**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

WASHINGTON LUÍS. **Na capitania de São Vicente**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 409p.

WITTGENSTEIN, L. **O livro azul**. Tradução Jorge Mendes. Lisboa: Edições 70, 1958. 125p.

WÜSTER, E. **Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica**. Trad. Anne-Cécili Nokerman. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998. 227p.

ANEXO A

Tabela - Nomeações e renomeações de logradouros do município de Promissão (1947-1993)

Data	Nome atual	Nome anterior/localização
1947	praça 9 de Julho	Jardim Municipal
1947	praça Pernambuco	praça 7 de Setembro (onde ficava a feira)
1947	avenida Pedro de Toledo	avenida Pernambuco
1948	avenida Eurico Gaspar Dutra	avenida do Café
1948	avenida Ademar de Barros	avenida paralela à avenida do Café
1948	Rua Coronel João Francisco Coelho	rua Bahia
1948	Rua Hector Legru	rua Humaytá
1948	Érico de Abreu Sodré	rua Alagoas
1949	Rua Olívio Pereira Ramos	rua Sergipe
1950	Rua Dom Pedro I	terceira paralela à rua 21 de Abril
1950	Rua Santo Antonio	quinta paralela à rua 21 de Abril
1950	Rua Roberto Simonsen	paralela à rua Conselheiro Antonio Prado
1951	Rua Tupi	paralela à rua Tiradentes
1951	Rua Guarani	segunda paralela à rua Tiradentes
1951	Rua Campos Sales	rua paralela à rua Saudades
1951	Rua Jandaia	última paralela à que recebeu o nome de Campos Sales
1951	Rua das Nações	paralela à rua Bento da Cruz
1951	avenida Ernesto Monte	paralela à avenida Ademar de Barros
1951	avenida Artur Franco	segunda paralela à avenida Ademar de Barros
1951	Rua Lúcio Raimundo do Prado	rua paralela à rua 21 de Abril
1951	Rua Doutor Uetsuka	rua segunda paralela à rua 21 de Abril
1952	praça Manoel Palácios	praça Pernambuco
1953	Rua Jonas de Freitas	rua Patos
1953	Rua Francisco Gimenez	rua Rio de Janeiro
1958	avenida José Orlando Pereira	avenida 24 de outubro
1958	Rua Dr.Gomes Neto	rua das Nações
1966	Rua Baltazar Rodrigues	rua 21 de Abril
1968	Rua Sasaichi Masaki	rua Maranhão
1971	avenida Esperanto	avenida Artur Franco
1973	Rua Gentil Moreira	rua Pará
1973	Rua José da Silva Barbosa	rua Tupi
1973	Rua Genaro Samarco	rua Santa Catarina
1973	avenida Artur Franco	avenida Paraná
1973	avenida Silvano Faria	avenida Mato Grosso
1980	Rua Professor Hugo Gambetti	rua Rui Barbosa
1991	Rua Roque Francisco da Cunha	rua Goiás
1993	Rua Josefina Vasconcelos de Freitas	rua Piauí

Fonte: Reyes, 2008 (no prelo)

ANEXO B

Dados estatísticos do município de Promissão

Quadro 1 - Perfil do município de Promissão

Território e População	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Área (em km2)	2005	787	4.516	248.600
População	2007	33.584	166.607	41.029.414
Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2005	41,87	36,16	160,70
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2000/2007 (Em % a.a.)	2007	1,12	1,14	1,50
Grau de Urbanização (Em %)	2007	85,89	90,43	93,75
Índice de Envelhecimento (Em %)	2007	53,07	57,47	41,90
População com Menos de 15 Anos (Em %)	2007	22,91	22,12	23,97
População com 60 Anos e Mais (Em %)	2007	12,16	12,71	10,04
Razão de Sexos	2007	101,28	98,62	95,82
Estatísticas Vitais e Saúde	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)	2006	16,11	13,20	14,92
Taxa de Fecundidade Geral (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	2006	59,93	48,65	52,12
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2006	20,52	17,00	13,28
Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos)	2006	20,52	19,75	15,59
Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 Anos (Por cem mil habitantes)	2006	139,52	139,13	130,41
Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e Mais (Por cem mil habitantes)	2006	3.936,41	4.027,30	3.820,17
Mães Adolescentes (com menos de 18 anos) (Em %)	2006	11,01	10,57	7,59
Mães que Tiveram Sete e Mais Consultas de Pré-natal (Em %)	2006	62,12	67,07	74,89
Partos Cesáreos (Em %)	2006	74,07	74,20	54,77
Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (Em %)	2006	11,03	10,56	9,06
Gestações Pré-termo (Em %)	2006	8,76	8,85	8,20
Leitos SUS (Coeficiente por mil habitantes)	2003	10,44	5,88	1,97

Condições de Vida	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Riqueza	2002	39	36	50
	2004	40	...	52
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Longevidade	2002	71	63	67
	2004	69	...	70
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Escolaridade	2002	52	57	52
	2004	57	...	54
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS	2002	Grupo 3 - Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões		
	2004	Grupo 3 - Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões		
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM	2000	0,817	...	0,814
Renda per Capita (Em salários mínimos)	2000	1,75	2,17	2,92
Domicílios com Renda per Capita até 1/4 do Salário Mínimo (Em %)	2000	4,90	4,47	5,16
Domicílios com Renda per Capita até 1/2 do Salário Mínimo (Em %)	2000	14,59	12,72	11,19
Habitação e Infra-estrutura Urbana				
	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Domicílios com Espaço Suficiente (Em %)	2000	89,46	91,03	83,16
Domicílios com Infra-estrutura Interna Urbana Adequada (Em %)	2000	97,27	93,50	89,29
Coleta de Lixo - Nível de Atendimento (Em %)	2000	99,67	99,04	98,90
Abastecimento de Água - Nível de Atendimento (Em %)	2000	99,72	98,43	97,38
Esgoto Sanitário - Nível de Atendimento (Em %)	2000	97,74	94,43	85,72
Esgoto Sanitário Tratado (Em %)	2003	100	NA	NA
Lixo Domiciliar/Comercial Destinado a Formas Sanitariamente Recomendáveis (Em %)	2003	100	NA	NA

Educação	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais (Em %)	2000	8,91	9,34	6,64
Média de Anos de Estudos da População de 15 a 64 Anos	2000	6,64	7,18	7,64
População de 25 Anos e Mais com Menos de 8 Anos de Estudo (Em %)	2000	69,60	62,93	55,55
População de 18 a 24 Anos com Ensino Médio Completo (Em %)	2000	34,36	37,65	41,88
Emprego e Rendimento	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Participação dos Vínculos Empregatícios na Agropecuária no Total de Vínculos (Em %)	2006	33,51	18,40	3,46
Participação dos Vínculos Empregatícios na Indústria no Total de Vínculos (Em %)	2006	42,12	40,76	23,97
Participação dos Vínculos Empregatícios na Construção Civil no Total de Vínculos (Em %)	2006	0,57	3,19	3,49
Participação dos Vínculos Empregatícios no Comércio no Total de Vínculos (Em %)	2006	10,42	13,05	18,62
Participação dos Vínculos Empregatícios nos Serviços no Total de Vínculos (Em %)	2006	13,38	24,60	50,46
Rendimento Médio nos Vínculos Empregatícios na Agropecuária (Em reais correntes)	2006	902,02	734,85	701,54
Rendimento Médio nos Vínculos Empregatícios na Indústria (Em reais correntes)	2006	1.133,01	973,49	1.698,00
Rendimento Médio nos Vínculos Empregatícios na Construção Civil (Em reais correntes)	2006	639,82	1.379,78	1.043,45
Rendimento Médio nos Vínculos Empregatícios no Comércio (Em reais correntes)	2006	623,78	721,23	1.007,85
Rendimento Médio nos Vínculos Empregatícios nos Serviços (Em reais correntes)	2006	866,91	984,88	1.557,85
Rendimento Médio no Total de Vínculos Empregatícios (Em reais correntes)	2006	964,13	912,45	1.441,44

Economia	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Participação nas Exportações do Estado (Em %)	2007	0,750033	1,976312	100,000000
Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	2005	6,85	11,39	1,84
Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	2005	57,12	34,21	31,70
Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	2005	36,04	54,40	66,46
PIB (Em milhões de reais correntes)	2005	511,18	1.789,80	727.052,82
PIB per Capita (Em reais correntes)	2005	15.461,38	10.932,15	17.977,31
Participação no PIB do Estado (Em %)	2005	0,070309	0,246172	100,000000

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (www.seade.gov.br)

CONVENÇÕES UTILIZADAS: ... dado não disponível - fenômeno inexistente

x dado sigiloso **z** rigorosamente zero **p** dado preliminar
e dado estimado **0** não foi atingida a unidade adotada **NA** não se aplica

Quadro 2 - Produção Agrícola Municipal – Cereais, Leguminosas e Oleaginosas (2007)

Produto	Quantidade	
Algodão herbáceo (em caroço) - Quantidade produzida	17	Tonelada
Algodão herbáceo (em caroço) - Valor da produção	15	Mil Reais
Algodão herbáceo (em caroço) - Área plantada	13	Hectare
Algodão herbáceo (em caroço) - Área colhida	13	Hectare
Algodão herbáceo (em caroço) - Rendimento médio da produção	1.307	Kg p/ Hectare
Arroz (em casca) - Quantidade produzida	29	Tonelada
Arroz (em casca) - Valor da produção	15	Mil Reais
Arroz (em casca) - Área plantada	22	Hectare
Arroz (em casca) - Área colhida	22	Hectare
Arroz (em casca) - Rendimento médio da produção	1.318	Kg p/ Hectare
Milho (em grão) - Quantidade produzida	13.697	Tonelada
Milho (em grão) - Valor da produção	2.397	Mil Reais
Milho (em grão) - Área plantada	3.403	Hectare
Milho (em grão) - Área colhida	3.403	Hectare
Milho (em grão) - Rendimento médio da produção	4.024	Kg p/ Hectare

Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br)

Quadro 3 - Produção pecuária do município de Promissão em 2006

Tipo de Rebanho	Quantidade	
Bovinos - efetivo dos rebanhos	58.543	Cabeças
Suínos - efetivo dos rebanhos	3.400	Cabeças
Eqüinos - efetivo dos rebanhos	1.900	Cabeças
Asininos - efetivo dos rebanhos	10	Cabeças
Muares - efetivo dos rebanhos	120	Cabeças
Bubalinos – efetivo dos rebanhos	45	Cabeças
Ovinos - efetivo dos rebanhos	380	Cabeças
Galinhas - efetivo dos rebanhos	100.000	Cabeças
Galos, frangas, frangos e pintos - efetivo dos rebanhos	25.000	Cabeças
Caprinos - efetivo dos rebanhos	50	Cabeças
Vacas ordenhadas – quantidade	12.735	Cabeças
Leite de vaca - produção – quantidade	11.447	mil litros
Casulos do bicho-da-seda - produção – quantidade	17.480	Kg
Ovos de galinha - produção – quantidade	2.184	mil dúzias
Mel de abelha - produção – quantidade	1.200	Kg

Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br)

Quadro 4 - Produção da lavoura permanente do município de Promissão (2006)

Produto	Quantidade	
Banana - Quantidade produzida	400	Tonelada
Banana - Valor da produção	100	Mil Reais
Banana - Área plantada	20	Hectare
Banana - Área colhida	20	Hectare
Banana - Rendimento médio	20.000	Kg p/ Hectare
Borracha (látex coagulado) - Quantidade produzida	72	Tonelada
Borracha (látex coagulado) - Valor da produção	101	Mil Reais
Borracha (látex coagulado) - Área plantada	30	Hectare
Borracha (látex coagulado) - Área colhida	30	Hectare
Borracha (látex coagulado) - Rendimento médio	2.400	Kg p/ Hectare
Café (beneficiado) - Quantidade produzida	317	Tonelada
Café (beneficiado) - Valor da produção	898	Mil Reais
Café (beneficiado) - Área plantada	350	Hectare
Café (beneficiado) - Área colhida	350	Hectare
Café (beneficiado) - Rendimento médio	905	Kg p/ Hectare
Goiaba - Quantidade produzida	60	Tonelada
Goiaba - Valor da produção	78	Mil Reais
Goiaba - Área plantada	3	Hectare
Goiaba - Área colhida	3	Hectare
Goiaba - Rendimento médio	20.000	Kg p/ Hectare
Limão - Quantidade produzida	230	Tonelada
Limão - Valor da produção	64	Mil Reais
Limão - Área plantada	10	Hectare
Limão - Área colhida	10	Hectare
Limão - Rendimento médio	23.000	Kg p/ Hectare
Manga - Quantidade produzida	100	Tonelada
Manga - Valor da produção	90	Mil Reais
Manga - Área plantada	5	Hectare
Manga - Área colhida	5	Hectare
Manga - Rendimento médio	20.000	Kg p/ Hectare

Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br)

Quadro 5 - Perfil do setor empresarial do município de Promissão 2005

Ramo de Atividade	Números	
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal - Número de unidades locais	18	Unidade
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal - Pessoal ocupado total	2.368	Pessoas
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal - Pessoal ocupado assalariado	2.343	Pessoas
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal – Salários	24.070	Mil Reais
Pesca - Número de unidades locais	3	Unidade
Pesca - Pessoal ocupado total	31	Pessoas
Pesca - Pessoal ocupado assalariado	27	Pessoas
Pesca – Salários	151	Mil Reais
Indústrias extrativas - Número de unidades locais	1	Unidade
Indústrias de transformação - Número de unidades locais	90	Unidade
Indústrias de transformação - Pessoal ocupado total	1.682	Pessoas
Indústrias de transformação - Pessoal ocupado assalariado	1.580	Pessoas
Indústrias de transformação – Salários	20.280	Mil Reais
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água - Número de unidades locais	5	Unidade
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água - Pessoal ocupado total	85	Pessoas
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água - Pessoal ocupado assalariado	85	Pessoas
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água – Salários	2.092	Mil Reais
Construção – Número de unidades locais	14	Unidade
Construção – Pessoal ocupado total	46	Pessoas
Construção – Pessoal ocupado assalariado	33	Pessoas
Construção – Salários	316	Mil Reais
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos - Número de unidades locais	822	Unidade
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos - Pessoal ocupado total	1.650	Pessoas
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos - Pessoal ocupado assalariado	928	Pessoas
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos – Salários	6.029	Mil Reais
Alojamento e alimentação - Número de unidades locais	83	Unidade
Alojamento e alimentação - Pessoal ocupado total	155	Pessoas
Alojamento e alimentação - Pessoal ocupado assalariado	96	Pessoas
Alojamento e alimentação - Salários	485	Mil Reais

Continua

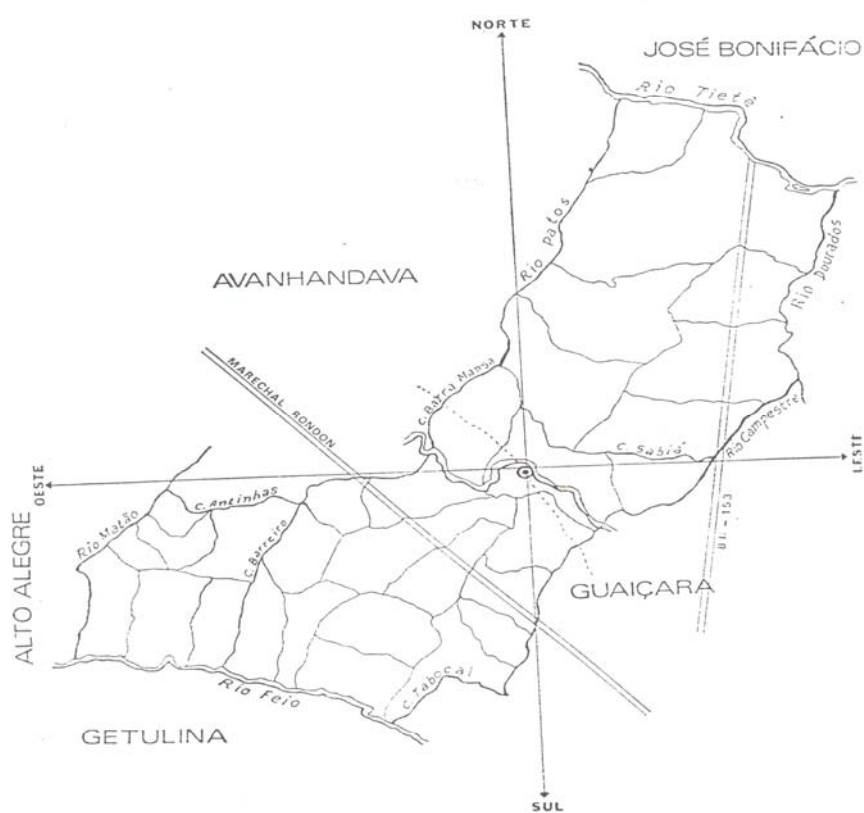
Continuação

Transporte, armazenagem e comunicações - Número de unidades locais	178	Unidade
Transporte, armazenagem e comunicações - Pessoal ocupado total	267	Pessoas
Transporte, armazenagem e comunicações - Pessoal ocupado assalariado	100	Pessoas
Transporte, armazenagem e comunicações – Salários	1.862	Mil Reais
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados - Número de unidades locais	20	Unidade
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados - Pessoal ocupado total	86	Pessoas
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados - Pessoal ocupado assalariado	65	Pessoas
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados – Salários	2.232	Mil Reais
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas - Número de unidades locais	60	Unidade
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas - Pessoal ocupado total	107	Pessoas
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas - Pessoal ocupado assalariado	44	Pessoas
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas – Salários	213	Mil Reais
Administração pública, defesa e seguridade social - Número de unidades locais	3	Unidade
Administração pública, defesa e seguridade social - Pessoal ocupado total	708	Pessoas
Administração pública, defesa e seguridade social - Pessoal ocupado assalariado	708	Pessoas
Administração pública, defesa e seguridade social – Salários	6.845	Mil Reais
Educação - Número de unidades locais	17	Unidade
Educação - Pessoal ocupado total	95	Pessoas
Educação - Pessoal ocupado assalariado	78	Pessoas
Educação – Salários	339	Mil Reais
Saúde e serviços sociais - Número de unidades locais	28	Unidade
Saúde e serviços sociais - Pessoal ocupado total	144	Pessoas
Saúde e serviços sociais - Pessoal ocupado assalariado	94	Pessoas
Saúde e serviços sociais – Salários	617	Mil Reais
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais - Pessoal ocupado total	103	Pessoas
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais - Pessoal ocupado assalariado	72	Pessoas
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais – Salários	522	Mil Reais

Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br)

ANEXO C

Mapa do município de Promissão



ANEXO D

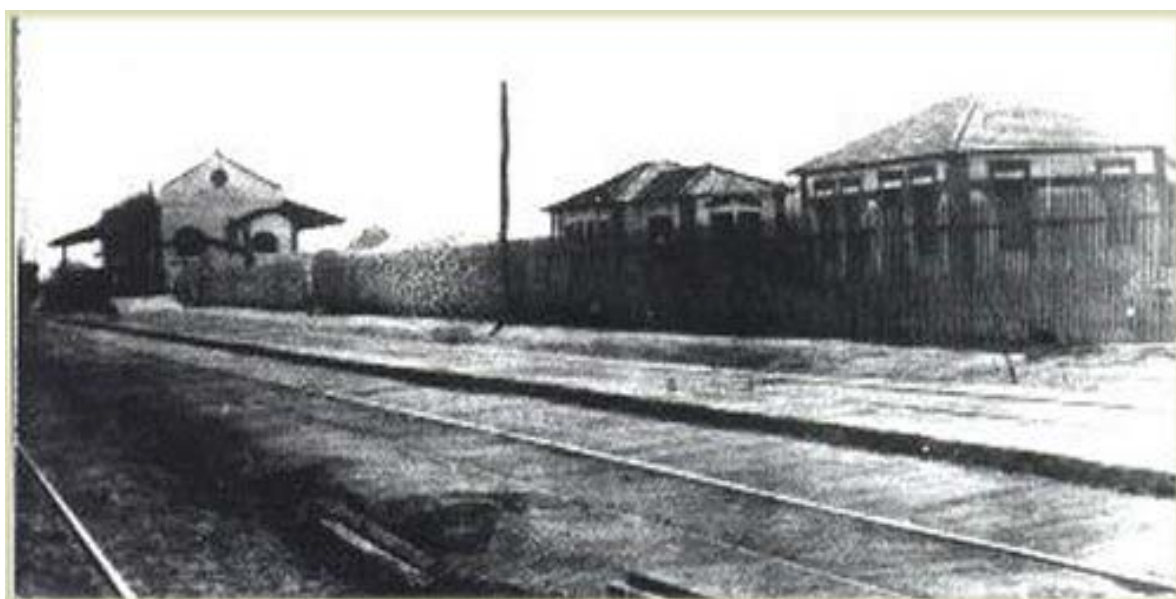
Fotos das estações de trem de Hector Legru/Promissão

1. A estação de Hector Legru, ainda em madeira (1919)



Fonte: Câmara Municipal de Promissão (www.camarapromissao.sp.gov.br)

2. A segunda estação, em 1922, já com o nome de Promissão e em alvenaria. Atual prédio da Câmara Municipal de Promissão



Fonte: Câmara Municipal de Promissão (www.camarapromissao.sp.gov.br)

3. O prédio da estação após a mudança de 1971. Hoje serve de moradia.



Fonte: Acervo pessoal

ANEXO E

Fotos do prédio da Câmara Municipal e da prefeitura de Promissão

1. Prédio onde foi instalado o primeiro governo de Promissão (Legislativo e Executivo)



Fonte: Câmara Municipal de Promissão (www.camarapromissao.sp.gov.br)

2. Atual prédio da Câmara Municipal de Promissão (antiga estação de trem)



Fonte: Acervo pessoal

3. Prédio da prefeitura de Promissão (onde também funcionava a Câmara)

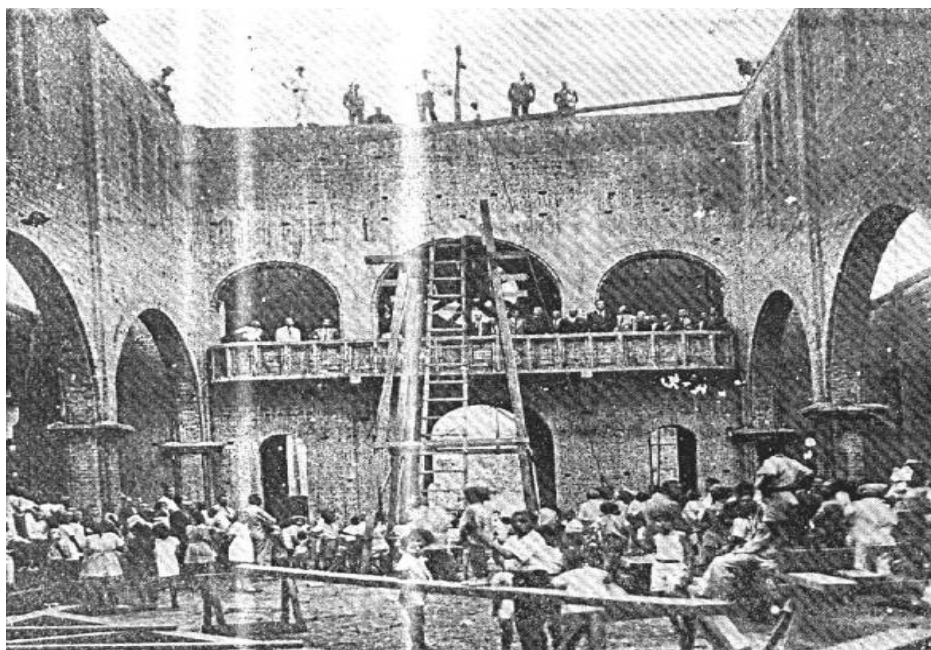


Fonte: Acervo pessoal

ANEXO F

Fotos da Igreja Matriz

1. Construção da Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida (década de 30)



Fonte: Histórico da paróquia de Promissão (www.paroquiadepromissao.org.br/historico)

2. Atual Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida (Promissão)



Fonte: Acervo pessoal

ANEXO G

Fotos de praças – município de Promissão

1. Praça 1 de Maio



Fonte: Acervo pessoal

2. Praça Nove de Julho



Fonte: Acervo pessoal

3. Jardim da Câmara Municipal. Preservação da memória do distrito de Hector Legru



Fonte: Acervo pessoal

ANEXO H

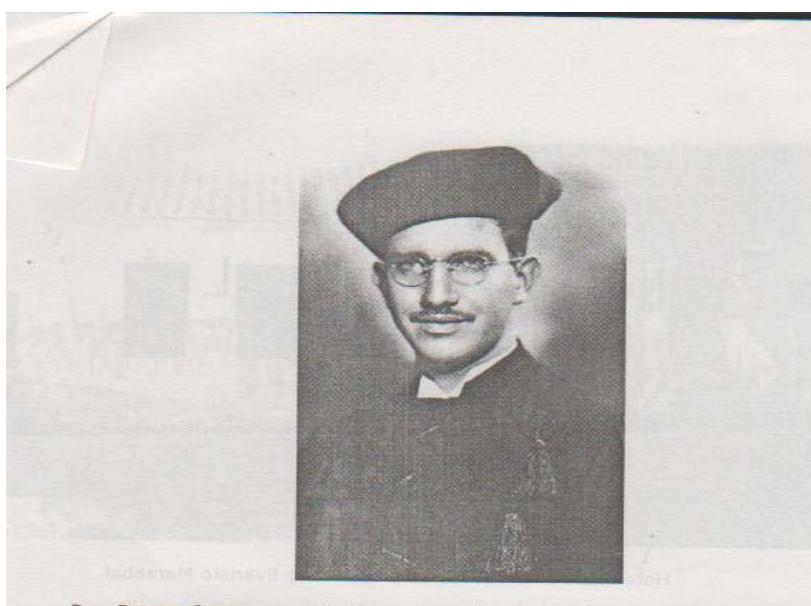
Fotos de moradores de Promissão

1. “Seu Lair” ao lado da jardineira



Fonte: Acervo pessoal

2. Dr. Bruno Sammarco



Fonte: BARRERA, I. *Promissão: saudade e reflexão.*

3. Silvano Faria



Fonte: BARRERA, I. *Promissão*: saudade e reflexão.

4. Família Roque Francisco da Cunha



Fonte: BARRERA, I. *Promissão*: saudade e reflexão.

ANEXO I

Brasão do município de Promissão

CÂMARA MUNICIPAL DE PROMISSÃO



Fonte: Câmara Municipal de Promissão (www.camarapromissao.sp.gov.br)

ANEXO J

MOÇÃO N.º 146/98

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:**

Considerando que quando se é dado o nome de alguma pessoa para uma rua ou próprio público, objetiva-se prestar uma homenagem a um ilustre cidadão que exerceu atividades em prol de sua comunidade, para que seus feitos sejam lembrados pela posteridade.

Considerando que em Promissão, objetivando homenagear um Ex-Prefeito Municipal já falecido, foi dado o nome de **Prefeito Dante Rocchi** a uma das ruas de nossa cidade.

Considerando que nessa rua está instalada, provisoriamente, a Agência de Promissão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que, entretanto, ostenta em sua máquina de registro de postagem de correspondência, um endereço incorreto, conforme cópia de registro em anexo, pois nela figura como sendo o seu endereço Rua Vereador Dante Roque, alterando o cargo exercido pelo ilustre cidadão, que foi o de Prefeito, cujo sobrenome não é Roque, mas sim, “Rocchi”.

Considerando, finalmente, que não devemos permitir que homenagens prestadas pelo município sejam desfiguradas por incorreções injustificadas, que chegam a entristecer os familiares dos homenageados,

PROPONHO À MESA, Ouvido o Nobre Plenário, seja oficiado à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Regional de Araçatuba, solicitando-lhes urgentes providências objetivando a necessária correção no endereço que é estampado por sua máquina de registro de correspondência, que ostenta erroneamente o endereço “Rua Vereador Dante Roque, 1 - Centro”, para o endereço correto que é **“Rua Prefeito Dante Rocchi, 1 - Centro”**, como é de justiça.

SALA DAS SESSÕES, em 24 de Novembro de 1.998.

**EDSON BUZETTI
VEREADOR**

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)